



Seminário Cultural

Caderno de
Resumos Expandidos

PATRIMÔNIO CULTURAL DA SERRA CATARINENSE:

40 anos

DE CONQUISTAS E DESAFIOS

Preservação e Valorização do Patrimônio Histórico
e Cultural na Região Serrana de Santa Catarina



Produção



Apoio



Sesc Fecomerício
Senac

Realização



Fundação
Catarinense
de cultura



Proposta Cultural realizada com recursos do Governo do Estado de Santa Catarina, pela Fundação Catarinense de Cultura [FCC], por meio do Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura – Edição 2023.

Sumário

Apresentação.....	05
Patrimônio Cultural e Preservação no Município de Lages/SC: Uma Trajetória de Quatro Décadas	09
O Lugar do Planalto Serrano Catarinense nas Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural	25
Preservação das Identidades: a valorização dos saberes, fazeres e celebrações de um povo.....	44
O Coletivo Memórias Que Habitamos e a Preservação do Patrimônio Cultural da Serra Catarinense	54
O Continente das Lagens: a elaboração de um patrimônio.....	65
A estátua do Monge João Maria de Agostini: um patrimônio lageano.....	74
Memória e religião na guerra do contestado: O monumento do Monge João Maria em Curitiba (SC)	84



Seminário Cultural



**PATRIMÔNIO CULTURAL
DA SERRA CATARINENSE:**

40 anos

DE CONQUISTAS E DESAFIOS

Preservação e Valorização do Patrimônio Histórico
e Cultural na Região Serrana de Santa Catarina

FAZER GESTÃO CULTURAL LTDA.

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Sérgio Gregório Sartori
Públio Sartori
Gessica Coelho

CURADORIA DOS TEXTOS

Fabiano Teixeira dos Santos
Lilian Louise Fabre Santos

PRODUÇÃO GRÁFICA

Franciele Schneider

REVISÃO E FICHA CATALOGRÁFICA

Ana Cláudia Philippi Pizzorno
Bibliotecária CRB 14/525

TEXTOS

Carla Juliane Souza
Fabiano Teixeira dos Santos
Lilian Louise Fabre Santos
Zilma Isabel Peixer
Gessica Coelho
Kássia Zanchett
Lia Moraes
Bruna Chaves
Lilian Louise Fabre Santos
Sara Nunes
Cleber Duarte Coelho
Lara Lima Felisberto
Juliana Aparecida Biasi

Lages/SC, novembro 2024

Ficha Catalográfica

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

S471

Seminário Patrimônio Cultural da Serra Catarinense (1: 2024: Lages,SC).
Seminário Patrimônio Cultural da Serra Catarinense: 40 anos de conquistas e desafios [recurso eletrônico] / [organização] Fazer Cultural. – Lages: Fazer Cultural, 2024.
91 p. : il. color

Preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural na região serrana de Santa Catarina.

ISBN 978-65-992669-5-9

1. Patrimônio cultural – Santa Catarina. 2. Patrimônio cultural – Lages. I. Fazer Cultural. II. Título.

CDD (21. ed.) 720.98164

Apresentação

Esta publicação é resultante das discussões apresentadas no Seminário Patrimônio Cultural da Serra Catarinense: 40 Anos de Conquistas e Desafios que ocorreu entre os dias 16 e 17 de agosto de 2024, na cidade de Lages-SC. Evento promovido pela produtora Fazer Gestão Cultural, com o apoio do Coletivo Memórias que Habitamos, do SESC Lages e da Fundação Catarinense de Cultura, por meio do Edital Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura. No centro do debate, a preservação e a valorização do patrimônio histórico e cultural da Região Serrana de Santa Catarina.

Os dois dias de evento contemplaram a realização de três painéis, um momento de apresentação de resumos expandidos, uma oficina e uma visita técnica. A promoção e o fomento às discussões sobre a proteção e a preservação dos bens culturais de interesse público, de natureza material e imaterial, como o patrimônio arqueológico, arquitetônico, paisagístico, os modos de criar, fazer e viver direcionaram o desenvolvimento desta ação. A gestão do patrimônio cultural nos municípios da região Serrana e as políticas de preservação, tendo em vista a salvaguarda, o fomento e a valorização desses patrimônios perpassaram as falas dos ministrantes, bem como, emergem fortemente dos textos que integram esta publicação.

Em 26 de janeiro de 1984, o prédio do Grupo Escolar Vidal Ramos, em Lages, foi tombado por meio do Decreto nº 21.327. Esse é o marco referencial para a trajetória da política estadual de pre-

servação patrimonial na região Serrana e em Lages. Após quatro décadas desse ato, têm-se motivos para considerar que houveram esforços de preservação. No entanto, há fatos os quais atestam que, mesmo bens patrimonializados, são passíveis de sofrer os reveses dos interesses divergentes à preservação. Logo, manter vigilância constante, permanente debate e ampliar a participação dos diversos grupos sociais se faz uma constante.

Os textos apresentados na primeira parte desta publicação denotam o afinamento desses sujeitos produtores de uma escrita que extrapola o individual, que se encontra situada, espacial e temporalmente, em um compromisso conjunto. O texto de Fabiano Teixeira dos Santos, Patrimônio Cultural e Preservação no Município de Lages (SC): Uma Trajetória de Quatro Décadas, oferece uma síntese contextualizada historicamente da trajetória de quarenta anos das iniciativas e mecanismos de proteção ao patrimônio cultural em Lages, completadas em 2024. Uma vez apresentada a conceitualização de patrimônio cultural, o leitor é guiado a conhecer as transformações do espaço, nos meios rural e urbano, relacionando-as às mudanças econômicas e culturais, bem como às políticas públicas de preservação patrimonial.

No percurso evidenciado pelo autor, a cronologia das medidas de proteção ao patrimônio cultural, iniciada em 1984, é didaticamente apresentada, em âmbito estadual, e, com especial atenção, em âmbito municipal. Aos bens de natureza arqueológica, relacionados às popula-

ções do tronco linguístico *Macro-Jê*, somam-se os exemplares arquitetônicos referentes ao processo de colonização luso-brasileira, as fazendas históricas e os corredores de taipas. Já no século XX, há os elementos do Ecletismo, do *Art Déco*, do Modernismo, as residências neocoloniais e bangalôs, nos estilos Missões ou Californiano (Santos, 2024). O autor dá a ver as lacunas temporais, bem como os desafios impostos pela negligência e pelos interesses contrários à patrimonialização.

A seguir, Lilian Louise Fabre Santos, em *O Lugar do Planalto Serrano Catarinense nas Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural* apresenta a relação entre as modificações do conceito de patrimônio cultural e das políticas públicas de preservação. Para tal, analisa dois contextos históricos: a fundação do SPHAN em 1938 e a junção entre o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e o CNRN (Centro Nacional de Referências Culturais) em 1979, quando o conceito passa a ser permeado pela noção de referência cultural (Santos, 2024), situada pela autora no decorrer do texto. Essas mudanças são apresentadas nas escalas estadual (Santa Catarina) e regional (Mesorregião do Planalto Serrano), com especial atenção a essa última.

As referências às narrativas colonialistas de patrimônio cultural construídas ao longo do tempo no Brasil, evidenciadas por Fabiano Teixeira dos Santos em seu artigo, são retomadas neste texto. A autora apresenta também, as críticas de Aílton Krenak, autor indígena, à associação de patrimônio como marca distintiva de um lugar de privilégio. Nesta trajetória, de 1938 até os dias atuais, Lilian Louise Fabre Santos conclui que, o campo da preservação do patrimônio evoluiu significativamente, seja pelas políticas de

Estado, seja por contemplar outras vozes na definição do que constitui o patrimônio cultural.

O compromisso em ser escuta e estabelecer diálogo com diferentes vozes no campo do patrimônio cultural segue como elemento central nas pesquisas apresentadas por Zilma Isabel Peixer em *Preservação das Identidades: a valorização dos saberes, fazeres e celebrações de um povo*. Neste artigo, o leitor tem a possibilidade de conhecer mais da produção desta pesquisadora que inicia sua trajetória em 1993, com o objetivo de compreender a configuração do espaço urbano de Lages a partir da construção cotidiana dos diferentes grupos sociais (Peixer, 2024). Entre elementos materiais da tecitura do espaço da cidade à imaterialidade das festas e dos termos regionalistas, fica o convite para percorrer uma Lages que se desvela instigante e contraditória.

Fabiano e Zilma dão emergência aos processos de ocupação do território, discutem os diferentes ciclos econômicos e visibilizam em primeiro plano os sujeitos desses processos – os diferentes grupos humanos que fizeram e fazem deste seu lugar. Os silenciamentos para além dos discursos dos grupos hegemônicos são elementos fortemente presentes nos três artigos até aqui apresentados, discussão retomada em diferentes abordagens também nos demais textos a seguir.

O Coletivo *Memórias que Habitamos e a Preservação do Patrimônio Cultural da Serra Catarinense*, de autoria de Gesica Coelho, Kássia Zanchett, Lia Moraes, Bruna Chaves e Lilian Louise Fabre Santos apresenta algumas das atividades deste grupo composto por arquitetas e urbanistas. O artigo situa a trajetória na realização de projetos culturais deste coletivo que teve seu início no ano de 2020,

na cidade de Lages. O objetivo inicial foi o de desenvolver um material técnico sobre a produção da arquitetura neocolonial e seus impactos na construção da identidade de quatro cidades da Serra Catarinense (Silva, 2024).

No entanto, ao passo que o trabalho era desenvolvido, diversas edificações representativas, inclusive neocoloniais, eram demolidas no centro de Lages. Logo, o trabalho de pesquisa, seguido de ações de educação patrimonial, passou a ser um compromisso assumido pelo coletivo. Do tema da arquitetura neocolonial o grupo passou a produzir outras pesquisas que deram origem a materiais como mapas ilustrados do patrimônio arquitetônico. A seguir, a atividade de capacitação para professores de História e Geografia, o Seminário 1º Dia do Patrimônio Cultural em Lages e, mais recentemente, atividades voltadas à inclusão de pessoas surdas. A defesa do direito à cultura e à memória por meio do patrimônio edificado perpassa as ações deste coletivo.

A segunda parte desta publicação é composta por três artigos que participaram do evento na modalidade de *banner* de resumo expandido. É importante registrar nesta publicação o agradecimento às autoras e ao autor destes textos.

O Continente das Lagens: a elaboração de um patrimônio, o artigo de Sara Nunes analisa a elaboração da obra de autoria do lageano Licurgo Ramos da Costa, intitulada "O continente das Lagens: sua influência no sertão da terra firme". Publicada pela primeira vez em 1982, "O Continente" passou no ano de 2022 por uma segunda edição, resultado, conforme aponta a autora, do significado patrimonial da obra. As condições históricas de escrita e publicação do livro, seu impacto ao longo de mais de 40 anos, sua inserção no cenário da produção his-

toriográfica catarinense e a atuação do próprio autor nesse espaço são evidenciadas neste artigo.

Produzida entre 1975 a 1982, a obra apresenta narrativas que vão desde os povos originários, denominados como "primitivos habitantes" chegando ao século XX. Temas como política, educação, economia, esportes, religião, entre outros, são desenvolvidos ao longo dos quatro volumes. A carreira profissional do autor e o trabalho de escrita também são objeto de reflexão da pesquisadora, bem como, as intencionalidades que permeiam a construção desta obra. A autora conclui que o Continente tornou-se um memorial para celebrar a lembrança de alguns, não de todos (Nunes, 2024).

A Estátua do Monge João Maria de Agostini: Um Patrimônio Lageano é o artigo de autoria de Cleber Duarte Coelho. Nele, o autor analisa aspectos sobre a personalidade do monge João Maria de Agostini, personagem da religiosidade popular do povo caboclo, bem como, analisa a instalação de uma estátua em sua homenagem na cidade de Lages. O autor problematiza: até que ponto os imaginários constituídos acerca de Agostini sobre sua presença em Lages e a própria imagem escolhida se coadunam com os fatos históricos? (Silva, 2024)

Os imaginários constituídos acerca do monge são investigados, ao passo que a imagem que o representa é discutida. As fontes históricas apresentadas permitem ao leitor entender a trajetória de três sujeitos: João Maria de Agostini (Giovanni Maria), João Maria de Jesus (Anastás Marcaf) e José Maria (que morreu no combate do Irani, no início da Guerra do Contestado) e contribuem para situar tão intrincada relação. Ao passo que a individualidade de cada um se torna mais demarcada, emerge a fusão dos três perso-

nagens em um único ser, o “Monge João Maria”. Essa fusão, por um lado ocorre pelo viés da crença popular, por outro, pelas escolhas que orientam sua representação em uma diversidade de obras, como o monumento em questão, situado ao lado da Igreja Santa Cruz, no centro da cidade de Lages.

As questões relacionadas ao monge João Maria como patrimônio do povo serrano, são retomadas no último artigo desta publicação, de autoria de Lara Lima Felisberto e Juliana Aparecida Biasi Memória e Religião na Guerra do Contestado: O monumento do Monge João Maria em Curitiba (SC). Nele, aspectos que se referem à produção do monumento ao monge como dispositivo de memória sobre a Guerra do Contestado e da religiosidade popular são discutidos. As autoras situam a cidade de Curitiba no contexto do conflito ocorrido entre 1912 e 1916, com ênfase para a Batalha de Ta-

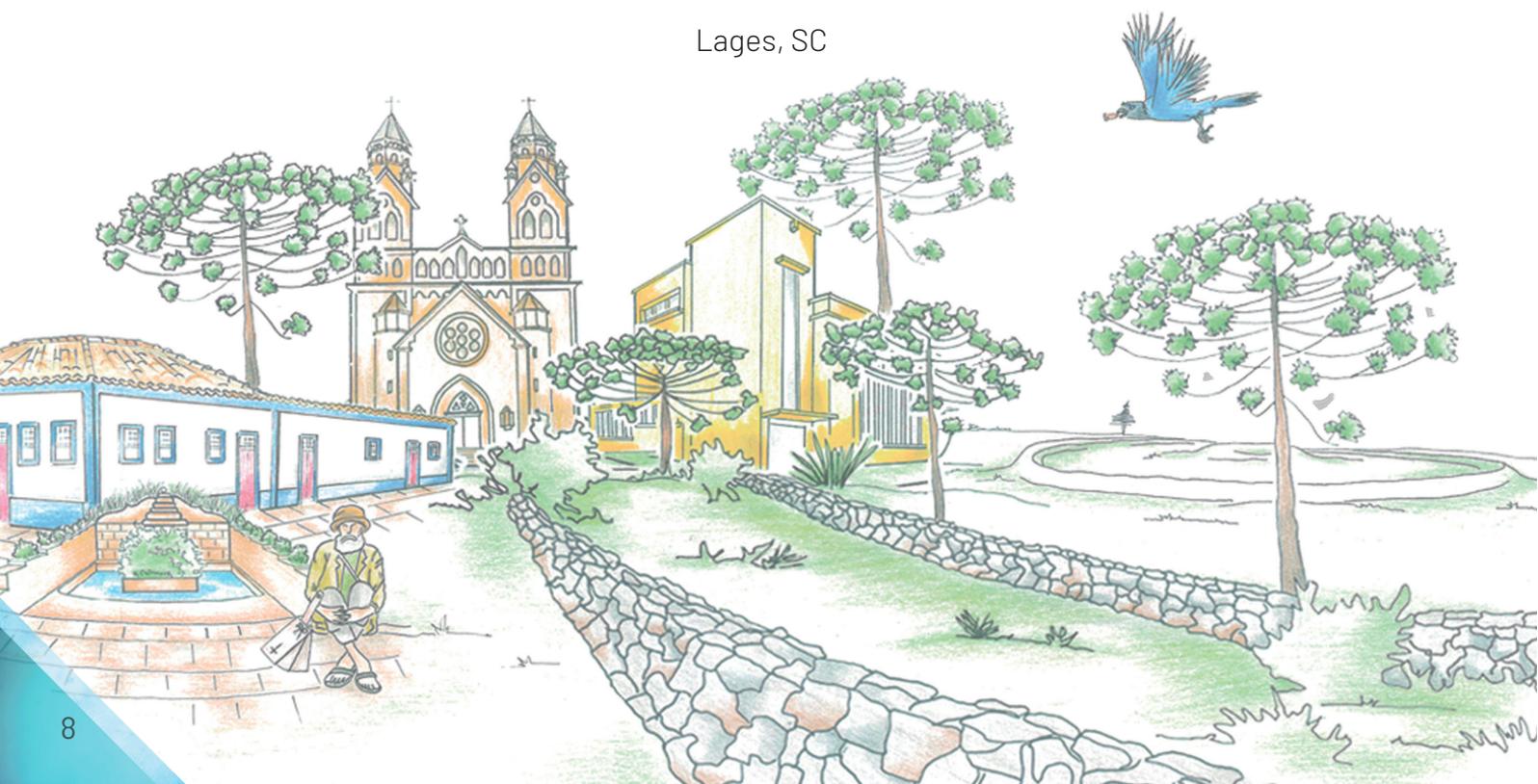
quaruçu, bem como discorrem sobre as figuras dos três monges e suas peregrinações pela região.

A fé em torno da tríade de personagens, conforme discutido no texto de Cleber Duarte Coelho, funde-os em uma só figura. Em Curitiba encontra representação em um monumento situado em propriedade particular. Os dois artigos discutem a materialidade dos monumentos existentes em Lages e Curitiba, mas também convidam o leitor a perceber a imaterialidade que os cerca, que os transborda e que atribui sentido à sua existência e à sua preservação.

Esta publicação é um convite ao leitor, para (re)olhar para os monumentos, para as ruas, para as taipas, para os conceitos, para as pessoas. É preciso não naturalizar silenciamentos, ausências, perdas. É preciso acreditar na força do fazer coletivo. Boa leitura!

Carla Juliane Nogueira de Souza

Lages, SC



Fabiano Teixeira dos Santos

PATRIMÔNIO CULTURAL E PRESERVAÇÃO NO MUNICÍPIO DE LAGES/SC: Uma Trajetória de Quatro Décadas

A cidade de Lages, vista do Morro do Posto, em 1866. Desenho de autoria de Thiago Pessanha, elaborado em 1903, a partir do original de E. N. Pires. Acervo: Museu Thiago de Castro.



Resumo

No município de Lages (SC), as iniciativas e políticas de proteção ao patrimônio cultural resultam de uma trajetória que completa quatro décadas neste ano de 2024, mediante o reconhecimento e o acautelamento de um expressivo conjunto de bens, principalmente imóveis. Esses correspondem ao processo de ocupação e desenvolvimento de seu território, passando pelos diferentes períodos e ciclos econômicos que se seguiram, e que tornaram possível o surgimento e o progresso daquela que é hoje uma das cidades mais populosas do interior de Santa Catarina. Partindo de contextualização histórica, o texto busca sintetizar os quarenta anos de conquistas e desafios desta trajetória, apresentando o meio, as condicionantes e os atores que a protagonizaram. Por fim, possibilita reflexões e a conclusão de que, para além das dificuldades enfrentadas, são recorrentes na área de preservação patrimonial, é preciso celebrar esta marca que representa a salvaguarda de uma parcela expressiva de bens portadores da memória social e da identidade cultural do povo serrano.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Preservação; Lages; Santa Catarina.



1. Introdução

Constituem o patrimônio cultural de determinado local ou região o conjunto de objetos, edificações, estruturas, conhecimentos, manifestações e modos de fazer os mais diversos, de natureza material e imaterial, representativos da memória coletiva e da identidade das diferentes populações que ali viveram, e que por elas foi legado às gerações posteriores.

Ao terem a sua importância reconhecida formalmente pelos entes públicos, por meio de leis específicas, esses bens culturais passam a ser acautelados, ou seja, tornam-se passíveis de proteção formal, por meio de ações e mecanismos legais próprios, que visam a assegurar-lhes a devida preservação.

A própria Constituição Federal do Brasil, em seu Artigo 216, conceitua o patrimônio cultural do país a partir de uma perspectiva ampla, buscando contemplar suas várias formas e dimensões, e pactuando entre os entes federativos – união, estados e municípios – e a comunidade em geral, as responsabilidades e demais questões que envolvem a sua proteção.

No município de Lages (SC), as políticas de preservação do patrimônio resultam de uma trajetória que completa quatro décadas neste ano de 2024, e que têm buscado reconhecer e acautelar um expressivo conjunto patrimonial que corresponde, sobretudo, ao processo de ocupação e desenvolvimento desse território pelos povoadores luso-brasileiros e africanos no período colonial, passando pelos diferentes momentos e ciclos econômicos que se seguiram e que tornaram possível o surgimento e o progresso da cidade de Lages, hoje uma

das mais populosas do interior do estado catarinense.

É preciso destacar que embora a pecuária venha perdendo espaço com a introdução da silvicultura e, mais recentemente, da lavoura mecanizada de soja, ainda hoje consiste numa das principais atividades econômicas não apenas no município de Lages, como em toda a região serrana. Esse forte vínculo com o passado pastoril deve explicar, para além das mudanças pelas quais vêm passando, a manutenção de fazendas históricas e de parte dos antigos corredores de tropas a atravessarem os campos, definidos pelos quilométricos muros de taipas de pedra que além de delimitarem esses antigos caminhos, também cercavam as propriedades, áreas de pastagens, cemitérios e as mangueiras (currais) para manejo do gado, junto às sedes das fazendas (SANTOS, 2021).

Se no meio rural essas construções e estruturas remanescentes dos velhos latifúndios escravistas foram preservadas, nos espaços urbanos a maioria dos edifícios erguidos no período histórico inicial – séculos XVIII e XIX – não resistiu às transformações introduzidas, sobretudo, ao longo do século XX, quando se deram profundas mudanças de ordem social e econômica. Há de se destacar entre os agentes responsáveis por essas transformações, a expansão e o adensamento das áreas urbanas, a partir do Ciclo da Madeira (décadas de 1940, 1950 e 1960), o surgimento e profusão de novas tecnologias construtivas, como o concreto armado, e a verticalização das construções, com os edifícios atendendo às novas demandas decorrentes da modernidade (SANTOS, 2020).

Contudo, ainda que em número reduzido, alguns exemplares arquitetônicos urbanos foram mantidos graças às políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural edificado, por meio da aplicação de legislação específica, com destaque para os tombamentos. São essas as iniciativas que acabam de completar quarenta anos e que impediram o desaparecimento completo das construções mais antigas de Lages, incluindo-se neste rol também alguns edifícios que marcaram o período moderno na cidade.

Importa referir ainda os bens culturais de natureza arqueológica e o patrimônio imaterial, sendo que em relação aos primeiros, protegidos por legislação federal específica, são contabilizados centenas de sítios, na sua maioria pré-históricos e relacionados às populações indígenas de tronco linguístico macro Je, ancestrais dos atuais xokleng e kaingang, que povoaram os campos nativos e florestas de araucária desde os primeiros séculos da era cristã. Estes

sítios estão localizados principalmente nas áreas de planalto, destacando-se os aterros geométricos conhecidos como “danceiros”, com função ritualística, e as estruturas escavadas de formato circular a ovalado, que ocorrem isoladas, aos pares ou em grandes agrupamentos e que no Planalto Catarinense chegam a uma centena. As “casas subterrâneas” ou “buracos de bugre” como popularmente são conhecidas, tinham função de moradia, onde também já foram identificados fornos e fogueiras (PERIN *et al.*, 2019).

Quanto ao patrimônio imaterial, sabidamente muito rico, tem crescido nos últimos anos o interesse pelo seu conhecimento, situação que corresponde a uma realidade mundial e que deve em breve culminar com novas ações de inventário e de registro para o seu devido acautelamento, a exemplo do recente reconhecimento do saber e fazer o queijo artesanal serrano como Patrimônio Cultural Imaterial de Santa Catarina.

2. Lages: de vila tropeira à “Princesa da Serra”

Em sua área urbana, Lages conserva poucas feições da época de fundação, que remonta a 1766, ano em que o governador da capitania de São Paulo – cujo território se estendia até a região serrana de Santa Catarina – incumbiu o português Antônio Correa Pinto de Macedo de fundar uma vila, sendo ele seu capitão-mor.

Essa vila deveria servir como defesa contra os espanhóis que cobriam as terras meridionais do Brasil, ao mesmo tempo que forneceria abrigo aos tropeiros que cruzavam o planalto serrano transportando principalmente muares, então amplamente utilizados como meio

de transporte, destinados às feiras paulistas durante o Ciclo do Ouro. Uma povoação nessa região serviria como ponto de apoio a esse mercado, dada sua posição estratégica entre o Rio Grande do Sul (centro produtor) e São Paulo (centro de comercialização e consumo). Oficializou-se, portanto, em 22 de novembro de 1766, o povoado de Nossa Senhora dos Prazeres das Lages, que cinco anos após, foi enfim elevado à vila, constituindo-se no primeiro município do interior catarinense (COSTA, 1984).

Para os trabalhos de edificação da póvoa, o capitão-mor, após escolhido o

sítio com as condições mais convenientes para essa finalidade, estabeleceu dois arruamentos em forma de esquadro, as atuais ruas Nereu Ramos e Correia Pinto, formando-se na junção delas um largo – a atual praça João Costa – em que foi edificada a casa de câmara e cadeia, sede do poder político local. Foi a partir deste núcleo original que se desenvolveu o traçado urbano ortogonal, herança do período colonial português, e que se formaram outras duas praças: no ponto mais alto, aquela destinada à igreja matriz, onde atualmente se ergue a Catedral de Nossa Senhora dos Prazeres (atual praça João Ribeiro); e no ponto mais baixo, aos pés da colina na qual se assentou a cidade, a praça que servia à realização das cavalcadas e das feiras, e onde na segunda metade do século XIX foi construído o primitivo mercado municipal (atual praça Vidal Ramos Sênior)(SANTOS, 2020).

Embora Lages não tenha registrado maiores transformações em suas características coloniais até as primeiras décadas do século XX, Zilma Peixer (2002) descreve que entre as poucas mudanças, três foram significativas para a reconfiguração da cidade e a reorganização das forças oficiais: a construção, em 1901, do palácio municipal, atual prefeitura, na praça em que existiu a primitiva igreja matriz; seguida da construção, em 1913, do primeiro colégio público e laico em local próximo, que recebeu o nome de Vidal Ramos, em homenagem ao lageano que então ocupava o cargo de governador de Santa Catarina; e um terceiro marco urbano, que foi a inauguração da catedral diocesana em 1922, construída no lugar da primitiva matriz, ao lado, portanto, do palácio municipal.

A construção desses três importantes edifícios em locais de destaque na configuração urbana, com características arquitetônicas consideradas mo-

dernas para a época, correspondia ao discurso que pregava a necessidade de embelezamento, higienização e progresso, fato associado a melhoramentos urbanos, como a arborização de ruas e praças, e a implantação da iluminação pública.

A própria legislação urbana, na forma das posturas municipais, havia sofrido desde a virada do século XIX para o século XX uma série de modificações que forçavam os donos de imóveis, moradores, comerciantes etc., a progressivamente promoverem melhoramentos em seus edifícios. Isso levou, se não prontamente à construção de novos prédios, pelo menos à renovação de antigas fachadas, conforme este ideal, adotaram calhas e platibandas, vãos e pé-direito maiores, visando à salubridade dos espaços internos, e a decoração com uma nova estética que combinava elementos historicistas por vezes em profusão, denominada Ecletismo.

Também datam dessa época as contribuições dos imigrantes europeus e descendentes que provinham de antigas regiões coloniais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, notadamente, alemães e italianos, sendo esses responsáveis, principalmente, pela introdução de técnicas construtivas mais sofisticadas de trabalho com a madeira, mediante a exploração das florestas de araucárias da região (SANTOS, 2020).

A partir de 1930, procurou-se romper definitivamente com as características de vila que ainda permaneciam na cidade, ocorrendo uma fase de intenso desenvolvimento econômico e cultural, graças à exploração industrial da araucária, o “Ciclo da Madeira”. Foi um período marcado por decretos urbanos que buscavam ordenar os tipos de construção, nomeando materiais, cores, alturas e tipologias das edificações, visando a

manter um padrão estilístico das edificações e um certo requinte do centro da cidade, sobretudo, ao que se somou a remodelação de praças e jardins, a pavimentação das ruas e a implantação do sistema de abastecimento público de água. Procurava-se construir uma nova cidade que deveria representar “os tempos modernos” evidentes, principalmente, nos estilos arquitetônicos das casas e edifícios públicos (PEIXER, 2002).

Figuras 1 e 2 – Lages em dois momentos: à esquerda, por volta de 1900, quando ainda conservava as feições luso-brasileiras de antiga vila colonial, surgida do Ciclo das Tropas, e à direita, no início da década de 1970, quando graças à exploração industrial da araucária, tornou-se a maior e mais populosa cidade do interior catarinense. O patrimônio cultural do município, bastante diverso, é resultado dessas sucessivas transformações e momentos históricos.

Figuras 1 – Lages, por volta de 1900, quando ainda conservava as feições luso-brasileiras de antiga vila colonial, surgida do Ciclo das Tropas.



Figura 2 – No início da década de 1970, quando graças à exploração industrial da araucária, tornou-se a maior e mais populosa cidade do interior catarinense.

Fonte: Acervo do Museu Histórico Thiago de Castro, Lages.

O patrimônio cultural do município, bastante diverso, é resultado dessas sucessivas transformações e momentos históricos.

O desenvolvimento acelerado e o grande *boom* econômico proporcionado pelo Ciclo da Madeira levaram a um aumento populacional considerável, a uma intensa urbanização e à verticalização das construções e adensamento da área central da cidade, o que consagrou Lages como polo da Serra Catarinense e uma das cidades mais populosas do estado, recebendo o título de “Princesa da Serra”.

Datam desse período, que se estendeu até por volta de 1970, inúmeros prédios de apartamentos, galerias comerciais e salas de cinema, destacando o estilo *Art Déco* (exemplificado com notoriedade pelo Edifício Dr. Accacio e pelo Cineteatro Marajoara), mas também havendo exemplares notáveis do Modernismo, como a antiga sede do banco INCO e o Cinema Marrocos. Também não faltaram residências neocoloniais e bangalôs

no estilo “Missões” ou “Californiano”, copiados das populares revistas de arquitetura que circularam entre os anos 1940 a 1960, inspirando a modernidade nas moradias de todo o país.

Após os anos 1970, com a decadência do ciclo madeireiro, a cidade passou por mais uma remodelação econômica e social, porém, sofrendo com a evasão de uma parcela considerável de sua população, que migrou para outras regiões de Santa Catarina em busca de melhores condições de vida e de trabalho, somando-se a um expressivo êxodo rural. Desde então, o núcleo urbano vem enfrentando dificuldades de gestão e planejamento urbano, o que inclui o desafio de reconhecer e preservar, enquanto patrimônio cultural, espaços públicos e edifícios históricos remanescentes que testemunharam esses mais de 250 anos de transformações sucessivas.

3. Quarenta anos de conquistas e desafios

A proteção ao patrimônio cultural arquitetônico em Lages completa em 2024 quatro décadas, consistindo numa trajetória iniciada em 1984 com o tombamento estadual do antigo Colégio Vidal Ramos (Grupo Escolar Vidal Ramos), por meio do Decreto nº 21.327, de 26 de janeiro daquele ano. Juno aos tombamentos realizados em outros municípios, esse ato inaugurou o início da política estadual de preservação patrimonial em Santa Catarina, a cargo da Fundação Catarinense de Cultura – FCC, cinco anos após a criação desta instituição.

Ao tombamento do antigo Colégio Vidal Ramos, que atualmente sedia as atividades culturais do SESC na cidade,

seguiu-se em 1985 à proteção estadual da ala remanescente do Conventinho Frei Rogério, por meio do Decreto nº 25.116. Trata-se de importante edificação erguida no final do século XIX na técnica enxaimel pelos padres franciscanos alemães que foram responsáveis pela reorganização da paróquia católica em Lages, e hoje se encontra integrada ao complexo educacional Bom Jesus Diocesano.

A legislação vigente para a proteção desses dois imóveis corresponde à Lei Estadual nº 17.565, de 6 de agosto de 2018 (que atualizou a Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980 – Lei Estadual do Patrimônio), sendo responsável também pelo

tombamento de outros quinze bens localizados no núcleo fundacional da cidade, por meio dos decretos nº 3.462/2001 e nº 3.962/2006. Após a realização de um amplo inventário de conhecimento realizado na década de 1990, foram tombados em âmbito estadual: a Catedral Diocesana Nossa Senhora dos Prazeres; a edificação localizada na praça João Ribeiro, nº 16, esquina com a rua Benjamin Constant; as edificações de nº 40 e de nº 28 da praça João Ribeiro; o edifício da Prefeitura Municipal; o Casarão Juca Antunes, localizado na esquina da Rua Benjamin

Constant com a Rua Coronel Córdova; o antigo prédio do Fórum Nereu Ramos, que hoje abriga o Museu Histórico Thiago de Castro; a edificação à rua Correia Pinto, nº 49; o Cine Teatro Tamoio; o Palacete Gamborgi; o conjunto formado pela Igreja Presbiteriana e a antiga escola evangélica; a Igreja e o Convento Franciscano São José do Patrocínio; o Colégio Santa Rosa de Lima; o edifício denominado “Antiga Casa União”, à Rua Coronel Córdova, nº 25, esquina com a rua Quintino Bocaiúva; e a edificação localizada na rua Nereu Ramos, nº 148.



Figura 3 – Colégio Vidal Ramos, atualmente centro cultural administrado pelo Serviço Social do Comércio – SESC, foi o primeiro imóvel protegido por tombamento em Lages, e um dos primeiros a ser tombado em Santa Catarina na esfera estadual, em 1984.

Foto: Alcimar Luiz Callegari, 2017.
Fonte: pt.wikivoyage.org

Já os três bens tombados pelo município – Parque Jonas Ramos (Tanque), Cine Teatro Marajoara e Edifício Dr. Accacio – encontram-se sob a tutela da Lei Municipal Complementar nº 22, de 21 de setembro de 1995, criada no momento em que o governo local implantava diversas ações em prol do segmento cultural lageano, priorizando a salvaguarda do patrimônio. Até hoje esta lei, baseada nas leis federal e estadual, serve de modelo para a implantação da legislação patrimonial no âmbito dos municípios, sendo inclusive disponibilizada pela Fundação Catarinense de Cultura em seu site.

Aos tombamentos municipais, realizados por meio de decretos específicos, soma-se a proteção imposta pela Lei Orgânica do Município de Lages, contemplando as seguintes edificações (dentre as quais, algumas já tombadas na esfera estadual): Catedral Diocesana; Mercado Municipal; Colégio Vidal Ramos; Prédio do Antigo Fórum; Prédio da Prefeitura Municipal; Igreja São José do Patrocínio; Prédio da fazenda experimental de Lages (EMPASC); Igreja Presbiteriana; Cacimba; Cúria Diocesana; Teatro Marajoara; Prédio que abriga o Cine Marrocos.

Figuras 4 e 5 - Entre os bens acautelados na instância municipal em Lages, encontram-se: a antiga Cacimba (à esquerda), fonte do século XIX que abastecia a cidade, protegida pela Lei Orgânica; e o Cine Teatro Marajoara (à direita), construído na década de 1940 em estilo *Art Déco*, sendo um dos marcos da modernidade na cidade durante o Ciclo da Madeira.



Fonte: Fotos de Fabiano Teixeira dos Santos, 2009.

Apesar dessas importantes iniciativas, a gestão da preservação do patrimônio cultural em Lages tem se mostrado bastante desafiadora, especialmente nos últimos anos e inclusive no que diz respeito ao uso dos instrumentos de proteção legal do patrimônio edificado, pois os casos de destruição de imóveis protegidos têm sido recorrentes (SANTOS, L. L. F. *et al.*, 2019).

A começar pelo arruinação criminoso do sobrado do século XIX que pertenceu ao Coronel Belisário Ramos, o qual, apesar de se encontrar em processo de tombamento estadual (além de já estar protegido pela Lei Orgânica do município), acabou demolido no ano 2000. Anos depois, transcorrido moroso processo judicial que culminou com a condenação dos proprietários, Prefeitura

de Lages e Fundação Catarinense de Cultura, mediante pagamento de multa, os escombros foram removidos, construindo-se no terreno uma edificação pré-moldada de uso comercial.

Outro exemplo foi a demolição, em 2017, do prédio que ao longo de oitenta anos abrigou, na Praça João Costa, o Colégio Aristiliano Ramos, o qual também se encontrava protegido pela Lei Orgânica do Município. Neste caso, a edificação foi demolida por iniciativa do próprio governo estadual e com o apoio da prefeitura, após anos de embate judicial, uma vez que boa parte da população foi contrária ao ato, tendo havido ação movida pelo Ministério Público Estadual contra a demolição. Ou seja, as instâncias de governo que deveriam dar exemplo na preservação do patrimônio se tornaram as princi-

pais responsáveis pela destruição de um bem de reconhecido valor cultural, o que resulta em um perigoso precedente para a preservação patrimonial não apenas em Lages, como em todo o estado.

A situação recente que envolve o Edifício Dr. Accacio, importante exemplar do estilo *Art Déco* na área central de Lages, projetado na década de 1940 pelo arquiteto suíço, radicado em Santa Catarina, Wolfgang Ludwig Rau, também é polêmica: no ano de 2017 ele teve as fachadas parcialmente descaracterizadas, de maneira proposital, em reforma empreendida pelo proprietário. A partir da mobilização de estudantes e professores de universidades locais, do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB e do Ministério Público Estadual, a edificação tornou-se objeto de processo de tombamento municipal, sendo esse aprovado pelo COM-PAC – Conselho de Patrimônio Cultural Municipal. O proprietário recorreu da decisão e ganhou em primeira instância, situação agravada pelo fato de a prefeit-

ra não ter recorrido da decisão no prazo estipulado, deixando o bem cultural desprotegido. A reviravolta no caso se deu em 2022, com uma nova decisão judicial, que restabeleceu a medida protetiva do tombamento, situação que permanece, embora o proprietário até o momento não empreendeu obra para a recuperação dos danos causados.

Outro episódio com larga repercussão na cidade foi a derrubada em 2021 do monumento a Getúlio Vargas, localizado na praça João Ribeiro, em frente à Catedral, mesmo após mobilização da comunidade e o ajuizamento de ação do Ministério Público estadual que visava a impedir a demolição pela prefeitura municipal. O monumento de linhas modernistas, projetado pelo arquiteto João Argon Preto de Oliveira e inaugurado em 1958, não se encontrava sob proteção legal e, segundo a administração municipal, sua permanência representava um obstáculo à proposta de revitalização da praça, que, por fim, foi executada, apesar de todos os protestos.

Figuras 6 e 7 – À esquerda, flagrante da demolição do Colégio Aristiliano Ramos em 2017, e abaixo, mobilização da comunidade em 2021 pela preservação do monumento a Getúlio Vargas, que também acabou demolido.



Fonte: Jornal Correio Lageano (disponível em <https://clmais.com.br/retrospectiva/>); IAB/Núcleo Lages (disponível em <https://visornoticias.com.br/mpsc-obtem-liminar-que-proibe-demolicao-de-edificacao-historica-nao-tombada-em-lages/>).

Ambos os episódios exemplificam não apenas a omissão, mas também a participação do próprio poder público como agente contrário à preservação do patrimônio cultural em Lages.

Além dos casos envolvendo edificações já valoradas como patrimônio cultural e que se encontravam acauteladas ou em processo, mais recentemente, inúmeras edificações históricas que haviam sido inventariadas em trabalho de pesquisa e extensão envolvendo professores e estudantes de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, foram demolidas, em sua maioria, para dar lugar a estacionamentos ou empreendimentos imobiliários (SANTOS, L. L. F. *et al.*, 2019).

Esta situação, em que pese, além da inoperância dos gestores públicos, o flagrante descaso ou indiferença por parte de uma parcela significativa da população local, talvez devido à inexistência de ações que promovam a educação patrimonial, incentivando a apropriação do patrimônio pela comunidade, resulta em um crescen-

te empobrecimento da paisagem urbana e da identidade cultural de Lages, computando perdas irreparáveis para a memória da cidade.

Um caso à parte em meio a esses episódios é o que envolve o Casarão Juca Antunes, localizado no centro de Lages e tombado pelo Estado (Decreto Nº 3.462/2001). Após enfrentar anos de abandono e chegando ao arruinamento, foi adquirido e doado à Prefeitura, sendo restaurado entre 2018 e 2020, e transformado em espaço de cultura, memória e educação. Isso só foi possível graças à intervenção do Ministério Público Estadual, que por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, obteve os recursos necessários que asseguraram essa importante vitória para a preservação patrimonial em Lages, servindo de exemplo para futuras ações de acautelamento.



Figura 8 – A aquisição e recuperação do Casarão Juca Antunes, bem estadual tombado, transformado em equipamento cultural, foi uma importante vitória para a preservação patrimonial em Lages, em meio a tantas perdas contabilizadas nos últimos anos.

Fonte: Foto de Fabiano Teixeira dos Santos, 2020

4. Proteção ao patrimônio tropeiro na Coxilha Rica

As primeiras iniciativas visando ao acautelamento do patrimônio cultural relacionado aos antigos caminhos de tropeiros em Santa Catarina, o qual se concentra no interior do município de Lages e municípios vizinhos (Capão Alto e Paineira), na região conhecida como Coxilha Rica, teve início ainda na década de 1980, quando a Fundação Catarinense de Cultura – FCC, por meio de sua Diretoria de Patrimônio Cultural, realizou nessa região os primeiros levantamentos relacionados a isso, por meio de um ousado projeto de proteção patrimonial que incluía os três estados do Sul, além de São Paulo.

Embora tal projeto não tenha prosperado na sua abrangência interestadual, acabou por lançar as bases de uma importante iniciativa que anos depois foi encampada pela Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em Santa Cata-

rina, visando à preservação do chamado “Caminho das Tropas”. Antes disso, em caráter isolado, houve duas iniciativas de acautelamento do patrimônio tropeiro na região: a primeira se deu em 1993, quando a prefeitura de Lages realizou, por meio do Decreto nº 3.782, o tombamento do Passo de Santa Vitória. Sítio histórico e natural de grande relevância, foi no período colonial o principal local de travessia do rio Pelotas, na divisa entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, utilizado pelos tropeiros de mulas que deixavam os Campos de Viamão (RS) com destino à grande feira de Sorocaba, em São Paulo.

A fundação de Lages em 1766, junto à antiga rota de ligação entre o Sul e o Sudeste, nas proximidades deste ponto de travessia, está diretamente relacionada ao Passo de Santa Vitória, uma vez que a vila tinha justamente a atribuição de apoiar o movimento das tropas.



Figura 9 – Fazenda Cajurú, primeira edificação rural a ser protegida em Lages pela instância estadual mediante tombamento voluntário, encontra-se atualmente em processo de tombamento federal. Foto: Charles Steuck, 2014.

A segunda iniciativa ocorreu em 2005, quando, a pedido do proprietário, a Fundação Catarinense de Cultura procedeu ao tombamento da sede da Fazenda Cajurú, também no município de Lages, por meio do Decreto Nº 3.288. Essa medida consistiu em um dos raros tombamentos voluntários (quando feito a pedido do proprietário) ocorridos no estado, reconhecendo a importância de uma das maiores residências rurais do século XIX remanescentes do ciclo da pecuária e das tropas em Santa Catarina, e que se encontra implantada junto ao histórico caminho Viamão-Sorocaba (SANTOS, 2021).

Nos últimos anos, alguns riscos em potencial passaram a ameaçar a conservação do patrimônio tropeiro na Coxilha Rica, especialmente a plantação, em larga escala, de pinheiro americano, e a introdução da lavoura mecanizada de soja,

as quais vêm alterando radicalmente o ambiente natural e a paisagem da região, além de outros impactos ainda pouco avaliados.

Também foi a partir dos anos 2000 que um projeto de implantação de diversas usinas hidrelétricas na Coxilha Rica, igualmente representando grandes impactos, levou o IPHAN a priorizar as ações voltadas para a proteção federal do acervo patrimonial ali existente. A partir daí foram estabelecidas parcerias de cooperação técnica com instituições de ensino e pesquisa, entre as quais, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, a Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC e a Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, resultando inclusive em trabalhos acadêmicos e publicações (ALMEIDA, R. et al., 2006).

Figura 10 – Vista aérea do trecho de um dos “corredores de taipas” existentes na região da Coxilha Rica. Trata-se de antigos caminhos delimitados por muros de pedras, erguidos durante o ciclo tropeiro, para facilitar o transporte dos animais pelos campos.



Foto: Ricardo Almeida/IPHAN, 2007.

Entre 2007 e 2012, o material bruto de pesquisas que resultaram dessas ações foi compilado, incluindo um estudo preliminar a respeito do patrimônio imaterial, com ênfase nos saberes e fazeres locais, e o inventário e georreferenciamento do patrimônio material da Coxilha Rica entre os municípios de Lages, Capão Alto e Painel, abrangendo: o cemitério do Guarda-Mor; o

já referido Passo de Santa Vitória, na divisa com o Rio Grande do Sul; os passos dos rios Penteado e Pelotinhas; alguns trechos de corredores de taipas dotados de maior monumentalidade e apelo cênico; e as sedes de fazendas históricas, entre as quais, São José da Boa Vista (Painel), São José (Capão Alto), Cajurú, São João, Santa Teresa, Morrinhos e Tijolo, todas em La-

ges. Essas informações foram utilizadas, inicialmente, na abertura de um processo de tombamento emergencial do Passo de Santa Vitória, diante do risco de sua destruição pela construção da Hidrelétrica de Pai Querê, o que felizmente não aconteceu, revertendo a medida do IPHAN no arquivamento do projeto da usina.

Na sequência, passaram a compor o Processo de Tombamento nº 1652/2012, intitulado “Remanescentes do Caminho

do Viamão, situado entre os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina”, e classificado como “Conjunto Rural”, ao qual foram acrescentados os resultados de estudos complementares realizados entre 2013 e 2019.

Atualmente, o processo encontra-se em instrução na Superintendência de Santa Catarina, aguardando sua aprovação e homologação pelo Conselho Consultivo do IPHAN.



Figura 11 – Queijo artesanal serrano, declarado Patrimônio Cultural Imaterial de Santa Catarina em 2018.

Foto: Ruy Luiz Machado, 2020.

Por fim, é preciso destacar o reconhecimento pela Fundação Catarinense de Cultura, no ano de 2018, da fabricação do queijo artesanal serrano como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Santa Catarina, com base no Decreto Lei nº 2.504, de 29 de setembro de 2004. Após anos de estudos e levantamentos, o queijo artesanal serrano pôde finalmente contar com a sua indicação geográfica, o que embasou a chancela da FCC, atestando tratar-se de um alimento tradicional produzido exclusivamente nas regiões serranas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, a partir de receita trazida pelos primeiros povoadores portugueses no período colonial, resultado de sua

adaptação às condições únicas desse território.

Este ato consiste em um primeiro passo das políticas públicas em defesa do patrimônio de natureza intangível na região de Lages, uma vez que boa parte da produção de queijo serrano acontece nas fazendas da Coxilha Rica. Além disso, inspirou a adoção de medida similar no vizinho estado gaúcho, sendo que já tramita em estágio avançado no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE, o processo de reconhecimento do queijo artesanal serrano como Patrimônio Cultural Imaterial do Rio Grande do Sul.

5. Conclusão

Apresentados o contexto histórico e o panorama da trajetória das políticas de preservação ao patrimônio cultural em Lages, fica evidente a diversidade do expressivo conjunto de bens culturais existentes no município e região, isso se deve, portanto, à contribuição dos diferentes grupos humanos que desde tempos mais remotos ali se estabeleceram.

A partir dos casos comentados, também é possível concluir que, mesmo passadas quatro décadas desde a implementação das primeiras iniciativas para reconhecimento e proteção desses bens, o acautelamento do patrimônio cultural lageano impõe uma maior atenção, sendo contabilizadas inúmeras perdas, principalmente nos últimos anos. Atenção essa que implica na adoção de medidas mais efetivas, que passam tanto pela gestão e fiscalização por parte dos entes públicos e das autoridades competentes, colocando em prática a legislação vigente, como pelo desenvolvimento de ações educativas voltadas, por exemplo, ao público escolar, universitário e à comunidade em geral, possibilitando a apropriação desse importante legado pela e para toda a sociedade.

Ou ainda, no âmbito dos licenciamentos ambientais de empreendimentos que, via de regra, podem representar algum tipo de impacto ao patrimônio, sendo recorrentes na região, podendo assim reverter em ações que contemplem a sua valorização e proteção.

Também o aproveitamento consciente e sustentável do acervo patrimonial por meio do Turismo, que cada vez mais se mostra como uma atividade econômica não apenas viável, mas com perspectivas bastante positivas de desenvolvimento

em toda a serra catarinense, pode ser um instrumento para a promoção do patrimônio cultural de Lages. Aliás, Lages é conhecida como Capital Nacional do Turismo Rural, embora seja sabido que se encontra distante de atingir um nível de excelência turística que corresponda de fato e esse *status*, carecendo de novos projetos e investimentos que corroborem para que tal condição seja alcançada.

Seja como for, é preciso celebrar a marca histórica de quarenta anos desde a primeira ação de preservação patrimonial no município, o tombamento estadual do antigo Colégio Vidal Ramos Jr., o “Colégio Rosa”, como é carinhosamente conhecido e chamado pelos moradores locais, passando pelo tombamento municipal do Edifício Dr. Accacio em 2022, após anos de uma batalha judicial travada com os proprietários, que pretendiam a descaracterização desse ícone da arquitetura *Art Déco* em Lages.

Cada bem cultural que foi reconhecido e que tem sido protegido desde então é resultado da iniciativa de inúmeras pessoas e instituições, entre técnicos, pesquisadores, gestores públicos e voluntários, os quais se dedicaram com profissionalismo e, muitas vezes, abnegação, para ajudar a proteger essa parcela expressiva do conjunto de bens culturais catarinenses, portadores das memórias e das referências identitárias do povo lageano.



Figura 12 – Tombamento municipal do Edifício Dr. Accacio, em 2022, isso representou importante conquista para a preservação do patrimônio cultural na cidade.

Foto: Fabiano Teixeira dos Santos, 2009.

6. Referências

ALMEIDA, R.; LOCKS, G. A.; MOREIRA, S. C.; SARTORI, S.; VARELA, I. A. Caminho das Tropas: caminhos, pousos e passos em Santa Catarina. Lages: UNIPLAC, 2006.

COSTA, L. O Continente das Lagens – sua história e influência no sertão da terra firme. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Modelo de lei de tombamento municipal. Disponível em: <<https://www.cultura.sc.gov.br/a-fcc/sobre/1404-patrimonio-cultural/patrimonio-cultural-material/4403-4403-modelo-de-lei-de-tombamento-municipal>>. Acesso: 10 ago. 2024.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Patrimônio Imaterial. Bens Imateriais Registrados pelo Estado. Disponível em: <<https://www.cultura.sc.gov.br/a-fcc/patrimoniocultural/patrimonio-imaterial#bens-imateriais-registrados-pelo-estado>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Patrimônio Material. Conheça os bens imóveis tombados. Disponível em: <<https://www.cultura.sc.gov.br/a-fcc/patrimonio-cultural/patrimonio-material>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO. Parecer: Modo de Fazer Queijo Artesanal Serrano. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=noticiasDetalhesAc&item=80502>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Constituição de 5 de outubro de 1988. Artigos referentes ao Patrimônio cultural brasileiro. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso: 3/4/ 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

LEIS MUNICIPAIS. Decreto de tombamento municipal do Passo de Santa Vitória. Disponível em: <<https://leis-municipais.com.br/a/sc/l/lages/decreto/1993/379/3782/decreto-n-3782-1993>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

LEIS MUNICIPAIS. Lei Orgânica do Município de Lages/SC. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/lei-organica-lages-sc>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

PEIXER, Z. I. A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages. Lages: Editora Uniplac, 2002.

PERIN, E. B.; HERBERTS, A. L.; OLIVEIRA, M. A. T. D. A cronologia Jê meridional e os novos dados para o alto curso do Arroio Cará, Coxilha Rica, Lages, Santa Catarina. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 14, n. 2, p. 581-609, 2019.

PORTAL LAGEANO. FCL lista bens tombados pelo Patrimônio Histórico. Disponível em: <<https://www.portallageano.com.br/noticias/5269/fcl-lista-bens-tombados-pelo-patrimonio-historico>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

SANTOS, F. T. A Casa do Planalto Catarinense: Arquitetura rural e urbana nos campos de Lages, séculos XVIII e XIX. 2 ed. rev. e ampl. Lages: Fazer Gestão Cultural. Lages, 2020.

SANTOS, F. T. Fazendas Históricas da Coxilha Rica: Guia de Arquitetura. Fazer Gestão Cultural. Lages, 2021.

SANTOS, L. L. F.; SILVA, G. C.; PASSOS, B. T.; SANTOS, F. T. A condição da preservação do patrimônio arquitetônico no núcleo fundacional de Lages/SC. In: II Congresso Nacional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural, 2019, Cachoeira do Sul. Anais do II Congresso Nacional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural: as problemáticas da preservação do patrimônio cultural no século XXI: Anais: Volume III: Paisagem em suas várias dimensões. Cachoeira do Sul: UFSC-CS, 2019. p. 22-35.

Lilian Louise Fabre Santos

O LUGAR DO PLANALTO SERRANO CATARINENSE NAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

1911

Construção da Catedral Diocesana de Lages, início da década de 1920.

1. Introdução

Iniciamos a discussão sobre patrimônio cultural a partir do entendimento de que, como todo fato social, a preservação do patrimônio cultural “consiste em ações simbólicas desenvolvidas em arenas ou situações sociais por sujeitos (indivíduos e instituições) estruturalmente posicionados a partir de motivações e estratégias referidas a sistemas de forças sociais” (Arantes, 2006, p.426). Contudo, diferentemente dos fatos de memória, que são elaborados, transmitidos e realimentados diretamente pelos atores sociais, o patrimônio é uma realidade instituída pelo Estado.

A preservação do patrimônio no Brasil é definida pela Constituição Federal como responsabilidade concorrente da União, dos Estados e dos Municípios, e compartilhada com a sociedade civil. Resulta, portanto, de práticas desenvolvidas na interface entre agências governamentais e segmentos específicos e especializados da sociedade. Para Arantes (2006, p.426), essa é “uma atividade

de especializada e não parte da cultura comum – que coloca em cena o Estado como representante do interesse público nos processos de construção de representações simbólicas da nação e da identidade dos grupos que a formam”.

As políticas públicas de preservação cultural no Brasil partem da orientação do conceito de patrimônio cultural, que é historicamente constituído e se modifica ao longo do tempo (Chuva, 2012). Podemos perceber especialmente as alterações deste conceito e das políticas públicas de preservação em dois contextos históricos: na fundação do SPHAN, em 1937, e na junção entre o SPHAN e o CNRN, em 1979, quando o conceito de patrimônio cultural é permeado pela noção de referência cultural. Em cada momento estudado, analisaremos a influência desses entendimentos nas políticas públicas de preservação do patrimônio cultural nas escalas estadual (Santa Catarina) e regional (Mesorregião do Planalto Serrano).

2. Patrimônio cultural no Brasil: Alguns entendimentos e políticas públicas

A historiografia sobre o tema demarca que a constituição do campo da preservação do patrimônio cultural no Brasil iniciou na década de 1930, especialmente com a fundação do então SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁵, em 1937. Essa fase fundacional foi pautada principalmente pela visão dos intelectuais que

faziam parte deste grupo de “modernos”⁶. Para a autora, esse entendimento daria forma ao pensamento que buscava constituir a fisionomia de um Brasil que se enquadrasse em “padrões universais”, sem regionalismos, garantindo um

5 Hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

6 Rodrigo Melo Franco de Andrade foi presidente do SPHAN de 1937 a 1967. Carlos Drummond de Andrade, Lúcio Costa e Mario de Andrade também fazia parte deste grupo, porém este último tinha uma visão diversa sobre o patrimônio brasileiro que só foi retomada na década de 80.

possível pertencimento ao mundo das nações modernas.

Essa fisionomia do Brasil que se delineava, a partir de seu patrimônio histórico e cultural, seria expressa especialmente na arquitetura que representasse o passado colonial, período compreendido como a origem da nação, “[...] conferindo-lhe uma ancestralidade que deveria referenciar-se numa matriz portuguesa, mas que, a partir dela, configuraria um universo tipicamente brasileiro” (Chuva, 2003, p. 324).

Diante do longo trabalho que estava por se realizar para que a nação brasileira se constituísse, Rodrigo Melo Franco considerava fundamental, ao mesmo tempo, reafirmar uma herança europeia – portuguesa – e, em contrapartida, negar uma possível herança indígena (Chuva, 2003, p.316).

Esta escolha de narrativa de uma nação fundada a partir do domínio e influência europeia, negando a ancestralidade indígena, fez com que, durante muito tempo, o patrimônio cultural foi tido como “[...] o instrumento de diferenciação de privilégio daqueles que podiam acessar os bens culturais, daqueles que podiam acessar os lugares onde nós, essas periferias humanas, não podiam chegar” (Krenak, 2023, 2h21min.). Segundo o autor, para os povos originários e para os povos da diáspora africana, patrimônio era aquilo que o colonial constituía, tanto que essas palavras quase que se confundiam.

O patrimonialismo, a patriarcalidade, o domínio, os lugares interditados para o comum. Interditados para nós, estes comuns que não foram contemplados pelo privilégio branco da sociedade europeia. Patrimônio em muitos termos para mim, significava a marca distintiva da sociedade que

tinha o poder de dominar as nossas experiências de vida (Krenak, 2023, 2h23min.).

Nesta fase inicial, já bastante estudada pela historiografia, o eixo de interesse do patrimônio cultural estava focado na arquitetura religiosa representada principalmente pelo barroco mineiro e o olhar para o sul do Brasil, incluindo o estado de Santa Catarina, ainda era escasso. Entretanto, ainda no primeiro ano de atuação do SPHAN (1938), foram tombados em nível federal quatro fortificações localizadas no estado de Santa Catarina: Fortaleza de Santo Antônio, em Ratonés (Florianópolis/SC), Fortaleza de Santana (Florianópolis/SC), Fortaleza de São José da Ponta Grossa (Florianópolis/SC) e Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim (Governador Celso Ramos/SC). Segundo Gonçalves (2016), tais fortificações foram selecionadas com outras de diferentes localidades do litoral brasileiro⁷, de modo a compor um conjunto mais amplo que documentasse a preocupação da metrópole portuguesa em manter o controle do território colonizado, corroborando o apontamento de Krenak (2023) do patrimônio cultural como uma marca de distinção das sociedades com poder de dominação do território não só físico, mas também humano.

Márcia Chuva (2012) aponta que no percurso de construção do campo do patrimônio cultural no Brasil, há sempre diferentes concepções de patrimônio em jogo, em campos de ação que se entrecruzam na trajetória histórico-política dessas concepções (lembrando que tivemos contextos de ditaduras em meio a esses processos). Como é possível compreender a partir do caso de outro tom-

7 Itaparica e Salvador (Bahia), Cabedelo (Paraíba), Paulista e Recife (Pernambuco), Niterói e Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) e Ilha do Mel (Paraná).

bamento, também em nível federal, o “Palácio dos Príncipes”, em 1939, edificação que desde 1953 abriga o Museu Nacional da Imigração e da Colonização em Joinville/SC.

Gonçalves (2016) analisa que o processo de tombamento deste bem não o associou à imigração alemã diretamente, pois, para o Estado Novo, o “outro”, no caso o imigrante, era avesso à construção de uma identidade nacional, que deveria acabar com os regionalismos. Inclusive, o patrimônio era uma forma de unificar esta nação e à população residente.

No entanto, o SPHAN foi criado sob a égide do Estado Novo, mas não era reflexo dele (Rubino, *apud* Gonçalves, 2016), o que permitiu que se observasse a importância arquitetônica de certas edificações, ainda que silenciando, de forma proposital ou não, questões sobre seu uso e seus construtores e/ou habitantes. Segundo Gonçalves (2016), até a emergência da Segunda Guerra esse imigrante representava um perigo à ordem nacional e não teve sequer seu patrimônio nominado. Somente na década de 1950 iniciou um processo de reconsideração sobre sua participação na sociedade brasileira, e conseqüente discussão da importância de seu patrimônio como parte da identidade nacional⁸.

Retomando a discussão em escala nacional, o complexo jogo do patrimônio

8 Além dos bens supracitados, até o início dos anos 1980 a lista dos bens tombados em Santa Catarina vai incluir apenas: Casa Natal de Victor Meirelles em Florianópolis (1950), Antigo Paço Municipal de Laguna (1954), Cemitério Protestante em Joinville (1962), Parque à Rua Marechal Deodoro também em Joinville (1965), Vila de São Miguel: conjunto arquitetônico e paisagístico em Biguaçu (1969), Antiga Alfândega de Florianópolis (1975) e a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba em Palhoça (1980). Gonçalves (2016) e Planilha de bens tombados e processos, fornecida pela Superintendência do IPHAN em Santa Catarina (2022).

cultural vai se delinear de diversas formas no vasto território brasileiro, até o que Chuva (2012) identifica, em meados de 1970, como uma estabilização de nichos e separação de categorias. Como, por exemplo, associações correntes feitas entre patrimônio histórico e artístico com a arquitetura e, do outro lado, a cultura popular com a antropologia. Conseqüentemente, a primeira vai ter como órgão responsável o SPHAN e a segunda categoria encontraria representação na Comissão Nacional do Folclore (CNF)⁹, na Fundação Nacional de Artes (Funarte)¹⁰ e no Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC). O CNRC apesar de iniciar sua trajetória distinta do patrimônio, vai ser a ele incorporado e modificar a sua noção, especialmente pela adoção do conceito de referência cultural.

O Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) foi criado em 1975, em plena ditadura militar¹¹, porém, com a visão crítica de que as políticas públicas daquele

9 A Comissão Nacional do Folclore (CNF) foi criada em 1947, sendo uma das comissões temáticas do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), inserida em um movimento vinculado à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O processo deu origem, em 1958, à instalação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, primeiro órgão permanente dedicado a esse campo, vinculado ao então Ministério da Educação e Cultura. Em 1976, a Campanha foi incorporada à Funarte como Instituto Nacional do Folclore. Em 2003, a instituição integra a estrutura do IPHAN e passa a se chamar Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (Fonte: site do IPHAN).

10 Em seu início, em 1975, a Funarte englobava apenas música – popular, de concerto e de bandas – e artes plásticas/visuais. Convivia com a Fundação Nacional de Artes Cênicas (Fundacen), o Instituto Nacional de Folclore (INF) e a Fundação do Cinema Brasileiro (FCB), todas ligadas ao Ministério da Educação e Cultura e depois ao Ministério da Cultura (MinC). (Fonte: site da Funarte)

11 O CNRC foi criado a partir da iniciativa do *designer* e artista plástico pernambucano, Aloísio Magalhães, com um grupo de colaboradores das áreas diversas como a matemática, a sociologia e a ainda incipiente ciência da computação.

contexto, “de um lado se tinha a cultura oficial referida a um passado “morto”, que era museificado, de outro, verificava-se a absorção acrítica dos valores exógenos, da modernização, da tecnologia e do mercado” (Fonseca, 2001, p.116). Acreditava-se, portanto, que “a reação a esse processo devia ser buscada na cultura, domínio do particular, da diversidade. Mas não na cultura “morta” do patrimônio do passado, referências concretas, porém, estáticas e distantes da nacionalidade”, onde era preciso buscar as raízes vivas da identidade nacional exatamente naqueles contextos e bens que o SPHAN excluía de sua atividade, por considerar estranhos aos critérios (histórico, artístico, de excepcionalidade) que presidiam os tombamentos

Considerava-se que o Brasil possuía uma posição privilegiada em termos de perspectiva de desenvolvimento, justamente por coexistir, naquele momento, o mundo avançado da tecnologia e da indústria e o mundo das tradições populares, do fazer artesanal. No projeto do CNRC pretendia-se cruzar esses dois mundos e utilizar das mais modernas tecnologias para recuperar e proteger as raízes “autênticas” da nacionalidade com o objetivo de fornecer indicadores para um desenvolvimento apropriado. O objetivo do CNRC era, portanto, o traçado de um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira (Magalhães, 1985 *apud* Fonseca, 2001).

Após apenas quatro anos de existência, em 1979, o CNRC funde-se com o SPHAN criando a Fundação Nacional Pró-memória, um marco de uma nova perspectiva para a preservação de bens culturais, ao ser introduzido no vocabulário, agora das políticas do patrimônio cultural, a noção de referência cultural (Gonçalves, 1996; Fonseca, 2001; Chuva, 2012).

[...] a partir da criação da Fundação Nacional pró-Memória e a fusão do Iphan e do CNRC, participando das políticas de patrimônio cultural, os trabalhos calcados na noção de Referência Cultural buscam fortalecer uma ampliação da representatividade de bens culturais que representassem contextos sub-representados ou não existentes no acervo de patrimônios nacionais reconhecidos, e que eram ligados, sobretudo, às comunidades indígenas, afro-brasileiras, dos imigrantes europeus não-portugueses e da chamada cultura popular, além de contextos culturais urbanos em periferias das grandes cidades (Clerot, 2019, p.167).

Para Chuva (2012), esta noção foi fundamental para a inclusão dos atores sociais e agentes produtores e reprodutores da cultura na definição do patrimônio cultural. O entendimento do patrimônio cultural passa a não se constituir mais como uma coleção de objetos intrinsecamente valiosos, nem o entendimento de referências significa apenas armazenar bens ou informações¹². Determinados elementos podem ser identificados como particularmente significativos, quando os grupos sociais se identificam e o relacionam com uma representação coletiva. “Falar em referências culturais nesse caso significa, pois, dirigir o olhar para representações que configuram uma identidade da região para seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e aos objetos, aos fazeres e saberes, aos crenças, hábitos, etc.” (Fonseca, 2001, p 113).

12 Este entendimento calcado no conceito de referência cultural não necessariamente foi predominante nos órgãos de preservação, segundo Clerot (2019), o termo é uma construção histórica, um resultado de uma série de contextos e condicionantes que são analisados com mais profundidade em sua dissertação.

Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens - que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu "peso" material e simbólico - para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados (Fonseca, 2001, p.113).

A noção de referência cultural consolidou-se ao longo das últimas décadas, nomeando setores e programas, qualificando um dos principais instrumentos de identificação de bens culturais do Iphan, especialmente os de natureza imaterial, que é o Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC (Clerot, 2019) e aparecendo no texto da Constituição de 1988 em sua definição de patrimônio cultural brasileiro:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, Art. 216)

Essa perspectiva passou a pôr em destaque a dimensão social e política do patrimônio cultural que, até então, era uma atividade vista como eminentemente técnica. Nesse momento, iniciaram indagações sobre quem tinha legitimidade para selecionar o que deve ser preservado, a partir de que valores, em nome de que interesses e grupos, isto é, o entendimento que preservar traços de sua cultura é também uma demonstração de poder (Fonseca, 2001).

No caso catarinense, é neste contexto de discussão que vai se iniciar a política de reconhecimento do patrimônio cultural das correntes imigratórias europeias (não portuguesas). Até então esses grupos não eram considerados nas políticas nacionais, inclusive, suas manifestações arquitetônicas, categoria mais reconhecida como patrimônio cultural, eram consideradas como vernaculares ou populares, isto é, sem valor monumental ou estilístico suficiente para se encaixar no rol de bens imóveis tombados pelo IPHAN, por exemplo.

Nos anos 1980, o órgão nacional de preservação começou a valorizar outras expressões culturais relacionados à temática da imigração no Sul do Brasil, como a criação em 1980 do Museu do Ar Livre, de Orleans/SC¹³ e o investimento em estudos e mapeamentos amplos sobre o acervo cultural dos municípios da região de imigração italiana do estado do

¹³ Na gestão de Aloísio Magalhães. Segundo informações do site oficial: o Museu do Ar Livre Princesa Isabel é uma instituição de caráter tecnológico, histórico e documental que preserva, pesquisa e divulga o patrimônio cultural de diversas etnias, destacando um acervo proveniente da imigração em Orleans e região sul de Santa Catarina. A expressão "ao Ar Livre" corresponde à forma de apresentação do acervo num ambiente natural e ecológico, destacando o modo de vida dos colonizadores, do final do século XIX e meados do século XX. O equipamento foi tombado pelo Iphan em 1987.

Rio Grande do Sul¹⁴. O início da década de 1980 marcou a política de preservação de Santa Catarina, por meio da criação da legislação estadual sobre patrimônio, que atribuiu à FCC – Fundação Catarinense de Cultura a responsabilidade pela preservação do patrimônio cultural no estado¹⁵, e da instalação, em 1983, de um escritório técnico do Iphan em Florianópolis (Pistorello, 2020; Gonçalves, 2016).

Segundo Gonçalves (2016, p.175), sem negligenciar os modelos arquitetônicos já consagrados em nível federal, “a política estadual de preservação tratou de voltar-se, de modo privilegiado, para o talento construtivo de gerações de imigrantes e seus descendentes”. Valorização feita, segundo a autora, de forma contundente diferentemente das escassas iniciativas federais anteriores, no estado.

Nesses tombamentos estaduais, a história e o patrimônio de Santa Catarina foram prioritariamente interpretados na sua relação com contingentes de europeus que ocuparam e povoaram diferentes áreas do território, desde o século XVIII e sobretudo no século XIX. Assim, haveria uma Santa Catarina “alemã” no Norte e no Vale do Itajaí, “italiana”, no Vale do Rio dos Cedros e no Sul, “polonesa” e “ucraniana” no Planalto Norte, “açoriana” em sua faixa litorânea, mesmo

que estas designações fizessem pouco sentido para os próprios imigrantes, no momento em que chegaram ao Brasil (Gonçalves, 2016, p.175, grifo nosso).

Precisaríamos de um estudo aprofundado, nos documentos e processos de tombamento, para compreender em que medida as políticas públicas deste contexto histórico foram permeadas pela participação dos grupos sociais na identificação dos elementos significativos de sua representação coletiva. Porém, podemos compreender com as informações levantadas que, a partir da ampliação do conceito de patrimônio cultural (aliada à noção de referência cultural), foi possível visualizar e privilegiar novos grupos, no caso os descendentes de correntes imigratórias europeias no estado, contudo, a inclusão desses grupos segue uma lógica de poder e de hegemonia cultural na escala estadual.

14 Inicialmente por meio do inventário realizado pela 10ª Diretoria da Sphan, em conjunto com a Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas do Rio Grande do Sul, como também por meio dos trabalhos realizados pelo arquiteto Günter Weimer sobre a arquitetura teuto-brasileira no Rio Grande do Sul (Pistorello, 2020).

15 “Pelo Decreto Estadual nº 7.439, de 1979, foi instituída a Fundação Catarinense de Cultura, cujos objetivos incluíam ‘promover a defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina’(art. 2º, inciso VIII)’ (Gonçalves, 2016, p.158).

3. Políticas de reconhecimento do patrimônio cultural catarinense

A política de preservação do patrimônio no estado de Santa Catarina, empreendida desde os anos 1980, em nível federal e estadual, construiu a identificação do patrimônio catarinense, valorizando o caráter étnico.

O panorama abordado até aqui permite perceber que as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural em Santa Catarina, realizadas conjuntamente pelo Iphan e pela FCC durante os anos 1980 contribuíram para a criação de narrativas que privilegiaram o componente étnico de grupos de imigrantes como representativo do patrimônio cultural da imigração no Brasil. Mais do que isso, forneceram, através de pesquisas e inventários, as bases para o projeto Roteiros Nacionais de Imigração que, de certa forma, transformou-se em referência de preservação do patrimônio do imigrante no país (Pistorello, 2020, p.21, grifo nosso).

Podemos visualizar também essa afirmação na fala introdutória de uma publicação sobre os bens tombados pelo Estado de Santa Catarina:

Como substrato da história, podemos afirmar que, mais do que qualquer outro, Santa Catarina é um estado de imigrantes, e dessa afirmação podemos concluir que a arquitetura que nos caracteriza é marcada pelo povoamento induzido, independente de ciclos econômicos significativos, e portanto particularizada pela ausência de monumentalidade e uma certa ausência de erudição: construímos uma arquitetura popular, quase simples, edificada por uma sociedade que por muito tempo teve como horizonte a pura e simples subsistência (Vieira Filho, 2003, p.11).

Este imigrante selecionado como representativo não é qualquer imigrante, mas o idealizado para construção de uma identidade étnica para o estado. Isto é, os imigrantes alemães e italianos, constantemente são apresentados nas narrativas produzidas pela historiografia tradicional sobre Santa Catarina como responsáveis pelo desenvolvimento regional tão almejado pela elite local (Pistorello, 2020). O patrimônio não é o único responsável pela criação dessa narrativa, que exclui a diversidade dos grupos formadores do estado, mas certamente endossa essa visão, já que, “pela via do patrimônio, mais uma vez foi posta em jogo a relação entre Santa Catarina e a presença estrangeira; mais uma vez forjado um projeto de construção identitária para o estado” (Gonçalves, 2016, p.177).

Todavia, se ampliarmos nosso olhar para a perspectiva do patrimônio nacional, o estado de Santa Catarina passou a ter maior visibilidade a partir do projeto Roteiros Nacionais de Imigração, lançado em 2007 pelo IPHAN, justamente por ampliar a diversidade do patrimônio cultural brasileiro à medida que inseria no rol do patrimônio de novos grupos e reconhecia uma arquitetura até então tida como menor por ser “particularizada pela ausência de monumentalidade e uma certa ausência de erudição”, se comparada à grande parte dos patrimônios nacionais.

Este caso levantou discussões importantes que podemos perceber nas declarações dos membros do Conselho Consultivo do IPHAN⁵. Como o caráter de

⁵ A primeira etapa de tombamentos foi aprovada em 06.12.2007, na 55ª Reunião do Conselho Consultivo do Iphan, porém, 13 bens que necessitavam de comple-

conjunto que confere valor às partes, “nós estamos julgando um desses casos raros em que se faz um estudo de conjunto de bens culturais e se define uma política de conjunto que dá sentido a essas partes, inclusive casas muito simples que têm um valor específico no conjunto, isoladamente não podem ter” (Iphan, 2007, p.29)⁶. Foram apontados outros aspectos importantes do modo de vida dos imigrantes, como a diversidade linguística e a culinária, além da importância de os roteiros mobilizarem os recursos culturais para continuar o desenvolvimento destes locais e desses modos de vida.

Outro aspecto importante foi relativizar o contexto da Segunda Guerra Mundial no qual se entendia como ameaça a manutenção do vínculo linguístico e cultural de comunidades estrangeiras no Brasil, especialmente as advindas de nações adversárias⁷, tanto que o então governo do Brasil interditou a educação em outras línguas e criou uma série de obstáculos para a expressão cultural desses imigrantes.

Os aspectos simbólicos deste processo de tombamento e que, dentre as motivações, estavam a não monumentalidade, a leitura em conjunto e em escala regional do patrimônio cultural, os bens imateriais associados (inclusive discutiu-se a proteção a partir do conceito de paisagem cultural, mas que no momento não havia instrumento legal para sua efetivação), além de uma ideia de reparação a esses grupos e a apropriação da diversidade cultural brasileira, diferentemen-

mentação documental tiveram seu tombamento aprovado em 03 de maio de 2011 na 67ª Reunião do Conselho Consultivo do Iphan. As informações e falas dos conselheiros foram retidas das Atas destas reuniões.

6 Manifestação de Ulpiano Bezerra de Menezes, na Ata da 55ª Reunião do Conselho Consultivo do Iphan, 2007.

7 Como Alemanha, Itália e Japão.

te do contexto fundacional do campo do patrimônio brasileiro, conforme anteriormente apontado.

Porém, segundo Pistorello (2020), apesar deste projeto ressaltar a presença do patrimônio de imigração polonesa e ucraniana, o que ficou em evidência foi o patrimônio do imigrante alemão e italiano, nessa ordem de importância, tornando praticamente ausentes outros processos migratórios. Pistorello (2020, p.23) entende, ainda, que o imigrante representado pelo projeto foi forjado a partir da síntese das narrativas produzidas, “idealizando o imigrante alemão ou italiano que possuía uma pequena propriedade rural, trabalhava nela de forma quase exclusivamente artesanal e convivia harmoniosamente no seu território”.

Para abarcar essa relação entre o ser humano e seu território, o projeto Roteiros Nacionais de Imigração é atravessado pela noção de paisagem cultural, tendo inclusive uma tentativa de utilização da Chancela⁸ como instrumento de proteção. Porém, o que se efetivou foi o tombamento de 62 bens, por meio do processo de tombamento de “Edificações e Núcleos Urbanos e Rurais relacionados com a imigração em Santa Catarina”, identificados como patrimônio cultural de alemães, italianos, poloneses e ucranianos presentes nessa unidade federativa. Para Pistorello (2020), ainda que essa experiência estivesse ampa-

8 Paisagem cultural: conceito adotado pelo IPHAN no Brasil, está sistematizado na Portaria IPHAN nº 127 de 30/04/2009 (disponível em https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-127-2009_214271.html), que estabeleceu a chancela da Paisagem Cultural Brasileira e que, atualmente, está em revisão. Define no artigo 1º “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”.

rada no discurso da diversidade cultural, percebe-se que o patrimônio cultural da imigração ainda estava bastante centrado na arquitetura.

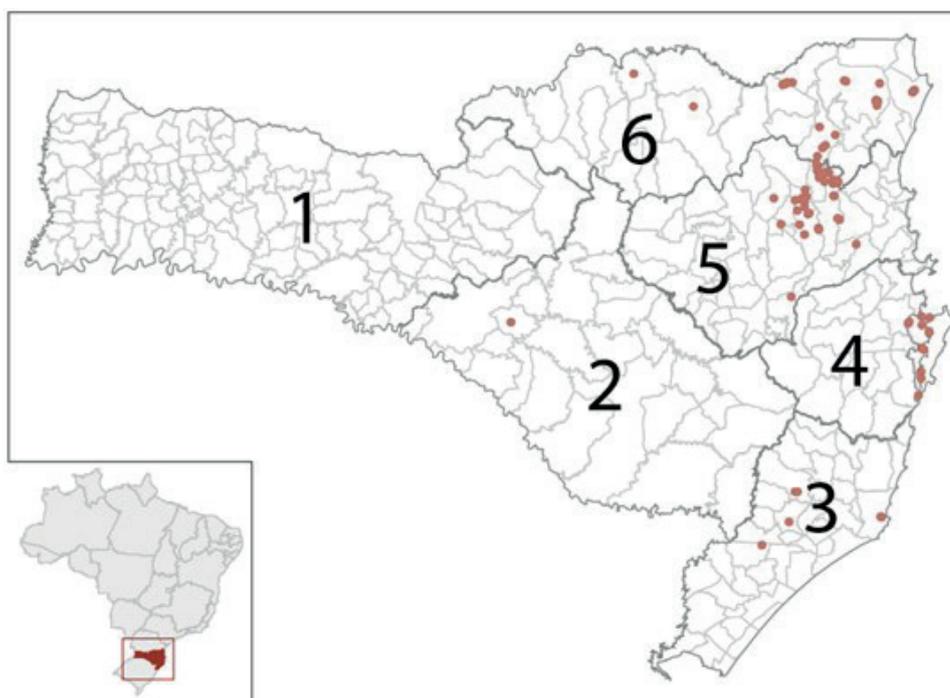
Conforme apontado, patrimônio cultural é uma prática social desenvolvida em arenas “por sujeitos (indivíduos e instituições) estruturalmente posicionados a partir de motivações e estratégias referidas a sistemas de forças sociais” (Arantes, 2006, p.426). Bem como, apesar da noção de referência cultural trazer a perspectiva dos grupos sociais, em oposição a uma atividade meramente técnica, a seleção dos bens culturais a serem reconhecidos segue pautada por relações de poder. Gonçalves (2007) argumenta que os discursos do patrimônio cultural, presentes em todas as modernas sociedades nacionais, florescem nos meios intelectuais e são produzidos e disseminados por empreendimentos políticos e ideológicos de construção de “identidades” e “memórias”, sejam de sociedades nacionais, sejam de gru-

pos étnicos, ou de outras coletividades. No caso catarinense, como foi possível verificar que o patrimônio cultural reconhecido não é simplesmente uma coleção de objetos e estruturas materiais existindo por si mesmas, mas que são, em grande parte, discursivamente constituídos. Os discursos produzidos em decorrência dos Roteiros Nacionais de Imigração, sem dúvida apontam a diversidade na escala nacional, porém contraditoriamente, na escala estadual fortalecem a imagem de um estado branco, “moderno” e que se desenvolveu pela lógica de trabalho capitalista, trazida principalmente pelos imigrantes alemães e italianos.

Assim, até o momento, o patrimônio cultural na ótica de Santa Catarina não tem sido um instrumento que evidencia a diversidade cultural presente na formação deste estado, mas que reforça uma ideia de predominância das referências culturais trazidas pelos europeus, mantidas por seus descendentes.

Figura 01: Mapa de estado de Santa Catarina dividido por regiões intermediárias e marcação de bens tombados pelo IPHAN.

- 1: Mesorregião Oeste;
- 2: Mesorregião Planalto Serrano;
- 3: Mesorregião Sul;
- 4: Mesorregião da Grande Florianópolis;
- 5: Mesorregião do Vale do Itajaí;
- 6: Mesorregião Norte.



Fonte: Elaborado por Bruna Chaves a partir de dados do SICG-IPHAN, 2022.

Seja através de uma relação presente e ativa de “propriedade” ou através de uma relação baseada na “memória”, o que é importante assinalar é que, em ambos os casos, do ponto de vista nativo, estabelece-se uma relação metonímica entre proprietário e propriedade; e entre monumentos e passado (Gonçalves, 2007, p.122).

O discurso de um estado europeizado, reforçado pela valorização do patrimônio cultural desses grupos, aprofunda a relação de propriedade dos grupos dominantes e expropriam grupos minoritários como indígenas, negros e caboclos. Inclusive, a escolha étnica causa também um desequilíbrio territorial, pois este “imigrante ideal” não está em todas as regiões do estado, conforme observa-se no mapeamento dos bens tombados pelo IPHAN em Santa Catarina (Figura 01).

Este mapeamento ilustra que, em termos de patrimônio material, para além da costa marcada pela ocupação colonizadora portuguesa e açoriana (tendo conjuntos urbanos tombados sob esta ótica, em especial São Francisco do Sul, Laguna e Florianópolis), e das áreas colonizadas por europeus no século XIX, restaram vazios patrimoniais, como no Oeste e no Planalto Serrano, que conta apenas com uma igreja tombada também na lista dos Roteiros Nacionais de Imigração.

Produziu-se o apagamento de populações, grupos sociais e experiências históricas que não pudessem ser compreendidos a partir daquela imigração, ou que não se identificassem com os perfis étnicos priorizados, mesmo nas regiões em estudo. Foi obliterada a multiplicidade de atores que, em cada uma das regiões, construíram, concomitantemente ou

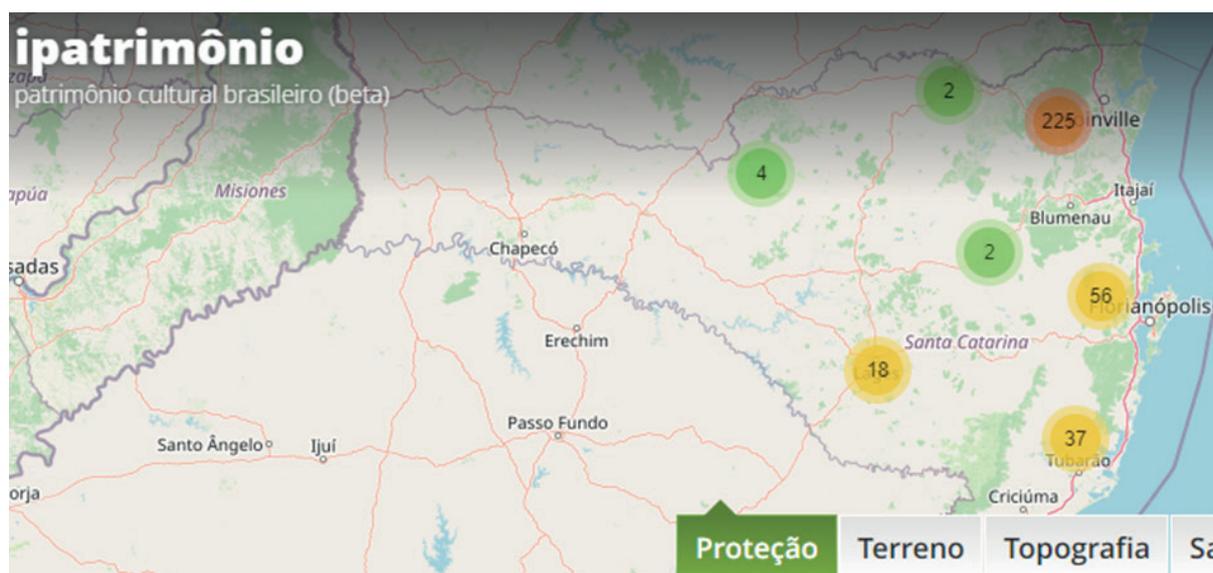
não, seus percursos históricos. Deixaram de ser objeto de tombamento até mesmo bens culturais relacionados a outros imigrantes europeus e seus descendentes (como os colonos no Oeste, no início do século XX) ou imigrantes não europeus (como os japoneses de Frei Rogério). Por força da opção privilegiada pelo elemento europeu e pelo bem arquitetônico, a produção cultural de grupos indígenas e afrodescendentes não ganhou lugar no mapa patrimonial catarinense (Gonçalves, 2016, p.176 -177).

Assim, as políticas públicas de reconhecimento do patrimônio cultural de grupos minoritários, como indígenas e negros, acabam se tornando pontuais e esparsas em comparação à demanda da gestão dos conjuntos de ocupação portuguesa tombados e dos bens culturais de imigração europeia supracitados, bem como o interior do estado segue literalmente distante das políticas de preservação de maior projeção.

O seguinte mapeamento (Figura 02), elaborado pela plataforma “Ipatrimônio”, aponta os bens culturais protegidos em nível estadual pela FCC – Fundação Catarinense de Cultura, apesar de contar com mais alguns bens tombados no interior, segue a mesma lógica desigual da estância federal.

O mapeamento evidencia a desigualdade do quadro da preservação do patrimônio catarinense, em especial na Mesorregião Serrana, recorte regional desta pesquisa. Na sequência, iremos apontar as políticas de preservação do patrimônio na Mesorregião Serrana, inclusive na instância municipal para completar a análise sobre as políticas de preservação do patrimônio do planalto serrano catarinense.

Figura 02: Mapa de estado de Santa Catarina e marcação de bens protegidos pela FCC.



Fonte: Plataforma IPatrimônio, 2024.

4. Políticas de preservação do patrimônio cultural da Mesorregião Planalto Serrano

No recorte da Mesorregião Planalto Serrano catarinense, percebemos a incipiência das ações nas três instâncias. Em nível federal, temos apenas a Igreja São Judas Tadeu tombada pelo IPHAN, na cidade de Vargem/SC, mas que, apesar da sua distância regional dos demais bens, está inserida no conjunto de bens dos Roteiros Nacionais de Imigração, por ser um exemplar da arquitetura de imigração italiana.

Em nível estadual⁵, a Mesorregião do Planalto Serrano conta também com o tombamento da Igreja de Vargem, mais 18 bens imóveis, todos localizados no município de Lages. Sendo que o Colégio Vidal Ramos e o Conventinho foram tombados em 1984 e 1985, poucos anos após a pro-

vação da legislação estadual. Conforme é possível verificar nas imagens abaixo, o Colégio Vidal Ramos, fundado em 1913, é uma edificação neoclássica. A edificação abrigou uma escola de ensino público estadual até 2011, quando iniciou o processo de restauração e inaugurou, em 2016, o Centro Cultural Vidal Ramos, configurando o principal equipamento cultural da cidade e região.

Já o Conventinho, tem a peculiaridade de ser uma edificação com a técnica construtiva enxaimel⁶, utilizada pelos imigrantes alemães no Brasil. A Mesor-

⁵ Lei Estadual nº 17.565, de 6 de agosto de 2018, que atualizou a Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980 - Lei Estadual de Patrimônio.

⁶ A técnica construtiva enxaimel (em alemão "fachwerk") é a denominação dada à estrutura de madeira, que articulada horizontal, vertical e inclinada forma um conjunto rígido e acabado por meio do encaixe dos caibros de madeira. Essa técnica foi trazida para o Brasil pelos imigrantes alemães e se apresenta em alguns estados, como: Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Wittman, 2016).

Figura 03: Imagem externa e interna da Igreja São Judas Tadeu em Vargem/SC.



Fonte: Instagram de Lajens a Lages, 2020.

região do Planalto Serrano não fez parte dos territórios de imigração desta etnia, porém houve casos pontuais, em especial no final do século XIX, com a presença de irmandades religiosas vindas da Alemanha, como os Franciscanos e as irmãs da Divina Providência, que fundavam importantes instituições religiosas e educacionais. O Conventinho, primeira sede de convento dos frades, foi fundado em 1899⁷. Seu tombamento reforça a valorização da arquitetura relacionada ao imigrante alemão, representada pelas edificações enxaimel, mesmo que sem conexão com outros exemplares, pois ao que se sabe é o único exemplar do sistema construtivo na região.

Outras 15 edificações⁸ foram tombadas pela FCC, em 2000, utilizando como

base um Parecer técnico elaborado em 1994⁹. Nesse parecer de três páginas é brevemente descrito o histórico da fundação da Vila de Lages, apontando que a ocupação inicial resultou do ciclo econômico do tropeirismo, que mais tarde foi impulsionado pelo ciclo madeireiro. O parecer justifica que “justamente por ter sofrido um processo de grandes transformações econômicas, sua imagem histórico-arquitetônica apresenta diversas tipologias, não constituindo grupos homogêneos, com exceção de sua área comercial Art Déco das décadas de 40 e 50” (SANTA CATARINA, 1994, p.01), destacando a urgência de salvaguardar um grupo de exemplares que representem a evolução urbano-arquitetônica da cidade, desde sua fundação até meados do século XX.

Ficarão, desta forma, protegidas unidades singelas, térreas com telhados em taçanica, sobrados lu-

7 Fundados pelos freis Herculano Limpinsel, Frei Mariano, Frei Maurício, Frei Rogério Neuhaus. Atualmente, é utilizado como capela do Colégio Bom Jesus Diocesano e seu acesso é restrito.

8 Catedral Diocesana de Lages, Prefeitura de Lages, Conjunto residencial (casas nº16, nº 21, e nº 40 da Praça João Ribeiro, Igreja Presbiteriana e Escola Evangélica, Colégio Santa Rosa de Lima, Igreja e Convento Franciscano São José, antiga sede do Fórum Nereu Ramos, Cine Teatro Tamoio, Comércio na Rua Nereu Ramos nº 148, Palacete Gamborgi, Casa União, Casa nº49 da Rua Correia Pinto e Casarão Juca Antunes.

9 O parecer de tombamento estadual no município de Lages, intitulado “Justificativa Histórico-Arquitetônica”, foi elaborado em dezembro de 1994 pelas Arquitetas Lílian Mendonça Simon e Fátima Regina Althoff. Além das edificações listadas acima, três edificações coloniais que constavam no parecer foram demolidas antes do tombamento.



Figura 04: Colégio Vidal Ramos, Lages/SC. Fonte: Acervo da autora, 2017.

...sos brasileiros com balcões guarnecidos por gradil de ferro, edificações do período do ecletismo, além dos exemplares consagrados por usos e tradições como igrejas, colégios e instituições públicas de importância histórico-arquitetônica. São prédios monumentais, pelas suas volumetrias e técnicas construtivas de grande significado regional (SANTA CATARINA, 1994, p.01).

Sobre este grupo de tombamentos apontamos a valorização do patrimônio a partir das linguagens arquitetônicas, que, apesar pois não formarem um conjunto homogêneo, é justamente na diversidade de temporalidades representadas pela arquitetura que parece estar a atribuição de valor. O último tombamento estadual, da Fazenda Cajuru, ocorreu em 2015. Há diversos casos de reconhecimento de bens como “patrimônio cultural estadual” pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, como os murais do

artista Martinho de Haro, localizados no Colégio Industrial do Município de Lages (2007 - 2018) e as Festividades realizadas pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho de Santa Catarina, porém, são meros títulos dados por membros do poder legislativo, sem efeito de tombamento ou registro, que faz parte do contexto das sedes de fazendas dos remanescentes do Caminho de Viamão, mas não teve mais nenhum outro exemplar reconhecido.

Quanto ao patrimônio imaterial, somente o “Queijo artesanal serrano” (Serra Catarinense) conta com o Registro do Patrimônio Cultural, desde 2018, a partir do dossiê elaborado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), com a anuência da Associação dos Produtores (Aproserra). Segundo Córdova e Schlickmann (2012), este reconhecimento por meio do registro estadual faz parte de um projeto maior que, motivado pela intenção de obter uma indicação geográfica para o produto, bem



Figura 05: Conventinho, Lages/SC. Fonte: Instagram De Lajens a Lages, 2020.

como a obtenção do registro como no âmbito nacional, por compreender as políticas de salvaguarda auxiliariam na legalização da comercialização em toda a região produtora (a qual envolve partes de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul).

Em nível municipal, a situação da Mesorregião Planalto Catarinense é ainda mais carente, pois somente dois municípios contam com legislação de proteção do patrimônio, Lages¹⁰ e Curitiba¹¹. Lages conta com legislação de tombamento criada em 1995, em um contexto de construção de políticas públicas de patrimônio cultural, segundo Peixer (2002):

10 Lei Municipal Complementar nº 22, de 21 de setembro de 1995.

11 Curitiba conta com legislação de proteção do patrimônio cultural, por meio da Lei Ordinária nº 4/1983, sendo que até o momento apenas a edificação do Museu Histórico Antonio Granemann de Souza está protegida pelo tombamento municipal.

Procurou-se desenvolver as ações no sentido de que a preservação do patrimônio histórico/cultural/arquitetônico não fosse uma exceção na vida e gestão da cidade, mas que fizesse parte do planejamento e gestão urbana. E mais ainda, que a população reconhecesse o seu direito à memória, participação, preservação e valorização do seu patrimônio (Peixer, 2002, p.241).

A visão de patrimônio cultural expressa nas ações desta gestão municipal reflete o alinhamento com a noção de referência cultural, isto é, de patrimônio cultural como algo amplo, parte do cotidiano e que necessita de participação efetiva da população para fazer sentido. Um exemplo é o tombamento do Parque Jonas Ramos (popularmente conhecido como Tanque), atribuindo seu valor como “espaço público de uso popular, primeiro com suas memórias de trabalho e depois como espaço de lazer igualitário” (Peixer, 2002, p. 249).

Porém, infelizmente, as políticas de preservação fundadas neste período não tiveram continuidade nas gestões posteriores. Atualmente, quase 30 anos depois, temos apenas como bens tombados pela lei municipal o Teatro Marajoara (tombado na mesma gestão, em 1997) e o Edifício Dr. Acaccio. Há uma lista de treze bens imóveis reconhecidos como patrimônio cultural pela Lei Orgânica Municipal, mas sua proteção está sujeita a manipulações da câmara municipal e já ocorreu casos de demolição de edificações que foram retiradas da lista.

Compreendemos que o processo de patrimonialização é complexo e moroso, portanto, analisar apenas os bens culturais já reconhecidos não necessariamente representa a visão atual dos

profissionais atuantes nos órgãos públicos de preservação, tampouco a movimentação para que os bens que são referência cultural de grupos até então invisibilizados sejam reconhecidos deva partir somente do poder público. Mas, a incipiente presença das Mesorregiões do Planalto Serrano e Oeste catarinenses no “mapa” do patrimônio cultural do estado e, portanto, nos símbolos e discursos do que representa a cultura, a identidade, a ação e a memória deste estado é algo a ser refletido e debatido.

Neste ano de 2024, completamos 40 anos do primeiro tombamento na região e de acordo com os dados apresentados, podemos afirmar que houve ações pontuais e isoladas, mas não uma política pública preservacionista no sen-

Figura 06: Corredores de taipas na região da Coxilha Rica (Lages/SC e Capão Alto/SC).



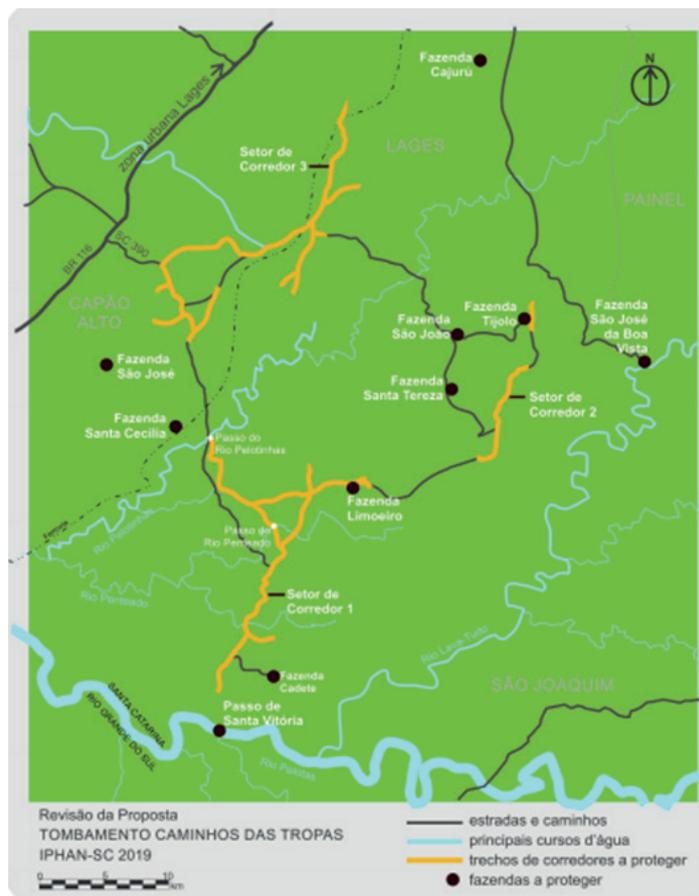
Fonte: Acervo da Superintendência do Iphan em Santa Catarina, 2012.

tido de ações e programas contínuos em nenhuma das três esferas de governo. A discussão é tão incipiente que nem os bens materiais de linguagem luso-brasileira, reconhecidos amplamente no início da política preservacionista do Brasil, estão protegidos. Um exemplo é o Processo de Tombamento dos Remanescentes do Caminho do Viamão pelo IPHAN, que perdura desde 2012, e que poderia ser um ponto de inflexão, mas já sofreu diversas diminuições e atualmente não apresenta movimentações que indiquem sua continuidade.

Esse processo de tombamento, que iniciou com discussões ainda 2009 quando o território da Coxilha Rica (a qual mantém os principais remanescentes dos Caminhão do Viamão, hoje fazendo parte dos municípios de Lages e Capão Alto), estava ameaçado pelo impacto de empreendimentos variados, como as atividades de plantação de pinheiro americano e cultura de soja, com abertura de vias entre as taipas e corredores para escoamento da produção, como a instalação de dezenas de empreendimentos hidrelétricos e pequenas centrais hidrelétricas na bacia do Rio Pelotas e outros rios da região da Coxilha Rica, resultando em alterações na paisagem provocadas pelas usinas hidrelétricas e linhas de transmissão (BRASIL, 2016).

Os pareceres dos técnicos da Superintendência do Iphan em Santa Catarina apontam os valores deste conjunto, formado por estruturas arqueológicas caracterizadas como trechos remanescentes de caminhos de tropas murados (corredores de taipas de pedra), aos quais se ligam às fazendas, formando uma verdadeira rede de estradas pela qual era escoado o gado proveniente dos antigos estabelecimentos pastoris; a existência de cemitérios rurais cente-

Figura 07: Delimitação proposta de tombamento dos Remanescentes do Caminho do Viamão, 2012.



Fonte: Acervo da SE-IPHAN-SC.

nários; o Passo de Santa Vitória junto ao rio Pelotas (na divisa com o estado do Rio Grande do Sul) e “um incontável número de manifestações culturais de natureza imaterial, que tem como pano de fundo uma paisagem natural única, formada pela alternância de matas de araucária e campos nativos ainda hoje voltados à pecuária de corte tradicional” (BRASIL, 2016, p.04).

Os técnicos do IPHAN-SC alegam ainda que “esses bens culturais, considerados em conjunto, caracterizam perfeitamente o que se pode definir como a Paisagem Cultural dos Caminhos das Tropas em Santa Catarina”, e apontam a região

como merecedora do título de Patrimônio Mundial pela UNESCO (BRASIL, 2016, p.04). Porém, apesar de todos os valores atribuídos, o processo foi sendo reduzido, contando atualmente com oito fazendas¹², do Passo de Santa Vitória entre Lages/SC e Bom Jesus/RS e de três setores de Corredores de Taipa em Lages/SC, acautelados por estar em processo de tombamento, porém não efetivamente protegidos.

12 Fazenda Cadete - Lages/SC, Fazenda Cajuru - Lages/SC, Fazenda Limoeiro - Lages/SC, Fazenda Santa Cecília - Capão Alto/SC, Fazenda Santa Tereza - Lages/SC, Fazenda São João - Lages/SC, Fazenda São José da Boa Vista - Painel/SC, Fazenda São José - Lages/SC e Fazenda Tijolo - Lages/SC.

5. Considerações finais

A análise histórica e conceitual do patrimônio cultural no Brasil revela uma trajetória marcada por diferentes concepções e políticas públicas. Desde a fundação do SPHAN em 1937, passando pela integração do conceito de referência cultural nos anos 1970, até os dias de hoje, o campo da preservação do patrimônio evoluiu significativamente. Essa evolução reflete não apenas mudanças nas políticas estatais, mas também uma ampliação das vozes e dos grupos sociais envolvidos na definição do que constitui o patrimônio cultural.

No contexto catarinense, as políticas de preservação do patrimônio cultural a partir dos anos 1980, privilegiaram o componente étnico de grupos de imigrantes europeus, particularmente alemães e italianos. Essa ênfase contribuiu para a construção de narrativas identitárias que destacam a contribuição desses

O processo é formado por uma enorme gama de pareceres, estudos, mapeamentos sobre o sítio geográfico, estudos arqueológicos, levantamentos arquitetônicos, fotográficos, entre outros, produzidos pelos técnicos da Superintendência do Iphan em Santa Catarina.

Porém, apesar do volume de estudos e pareceres que apontam os valores patrimoniais do conjunto, esse processo de reconhecimento encontra-se parado em nível federal. No ano de 2024 foi dado um passo quando esse material foi repassado para a Fundação Cultural de Lages para servir de embasamento para a proteção municipal, após pressão popular e do Ministério Público de Santa Catarina.

grupos para o desenvolvimento regional, muitas vezes em detrimento da diversidade cultural mais ampla do estado.

Apesar desta evolução, os dados e informações apresentados demonstram o quadro de incipiência de políticas de preservação do patrimônio na Mesorregião do Planalto Serrano e que essa região se encontra distante de uma discussão mais atualizada e complexa que venha a reconhecer o patrimônio cultural de grupos minoritários presentes neste território, como os povos originários, os afrodescendentes e caboclos.

Apesar da ampliação do entendimento do conceito de patrimônio cultural brasileiro com a valorização da diversidade, e a desconstrução do tecnocentrismo na seleção de bens a partir da noção de referência cultural, ainda há um longo percurso para que grupos minoritários

participem ativamente das políticas públicas preservacionistas no interior de Santa Catarina.

Mostra-se necessário continuar questionando e ampliando essas narrativas para incluir de forma mais representativa a diversidade dos grupos formadores da sociedade catarinense. A noção de referência cultural, ao incluir atores

sociais e suas práticas na definição do patrimônio, oferece uma ferramenta potente para uma abordagem mais inclusiva e democrática. Apenas por meio da contínua reflexão crítica e da inclusão de múltiplas perspectivas podemos garantir que as políticas de preservação do patrimônio cultural reflitam verdadeiramente a diversidade e a complexidade do nosso território.

6. Referências

ARANTES, Antônio Augusto. O Patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. *Revista Habitus*. Goiânia, v. 4, n.1, p. 425-435, jan./jun. 2006.

BRASIL. [Constituição(1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.

BRASIL. Ata da 55ª Reunião do Conselho Consultivo do Iphan. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2007__04__55a_reuniao_or-dinria__06_de_dezembro.pdf. Acesso: 30/04/2024.

BRASIL. Parecer Técnico 309/2016-IPHAN/SC. Florianópolis, 16 de julho de 2016.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Topoi*, v. 4, n. 7, jul-dez, Rio de Janeiro: UFRJ, p. 313-333, 2003.

_____. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*. Edição nº 34 – Editoria IPHAN, Rio de Janeiro, 2012.

CLEROT, Pedro Gustavo Morgado. Referência Cultural: uma retórica da descoberta nas políticas de patrimônio cultural. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2019.

CÓRDOVA, Ulisses de Arruda e SCHLICKMANN, Andréia de M. de F. B. F. O queijo artesanal serrano nos altiplanos do Sul do Brasil. *Revista agropecuária catarinense*. V.25, n.3, nov. 2012. Disponível em: <https://publicacoes.epagri.sc.gov.br/rac/article/view/779/663>. Acessado em 14.05.2024.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. *Boletim de Políticas Setoriais*. Brasília: IPEA, n. 02, 2001.

GONÇALVES, Janice. Figuras de valor: patrimônio cultural em Santa Catarina. Casa Aberta Editora. Itajaí/SC, 2016.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, 2007.

_____. A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

KRENAK, Ailton. Conferência de abertura do 6º ICOMOS/Brasil. YouTube, 11 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jnDxpRR-4SF8>. Acessado em: 07 de março de 2024.

PEIXER, Zilma Isabel. A cidade e seus tempos: O processo de constituição do espaço urbano em Lages. Lages: Uniplac, 2002.

PISTORELLO, Daniela. Iphan e Fundação Catarinense de Cultura: políticas para o patrimônio cultural do imigrante europeu em Santa Catarina na década de 1980. Estudos de cultura material/dossiê: Democracia, Patrimônio e Direitos: a década de 1980 em perspectiva. Anais do Museu Paulista. São Paulo, Nova Série, vol. 28, 2020.

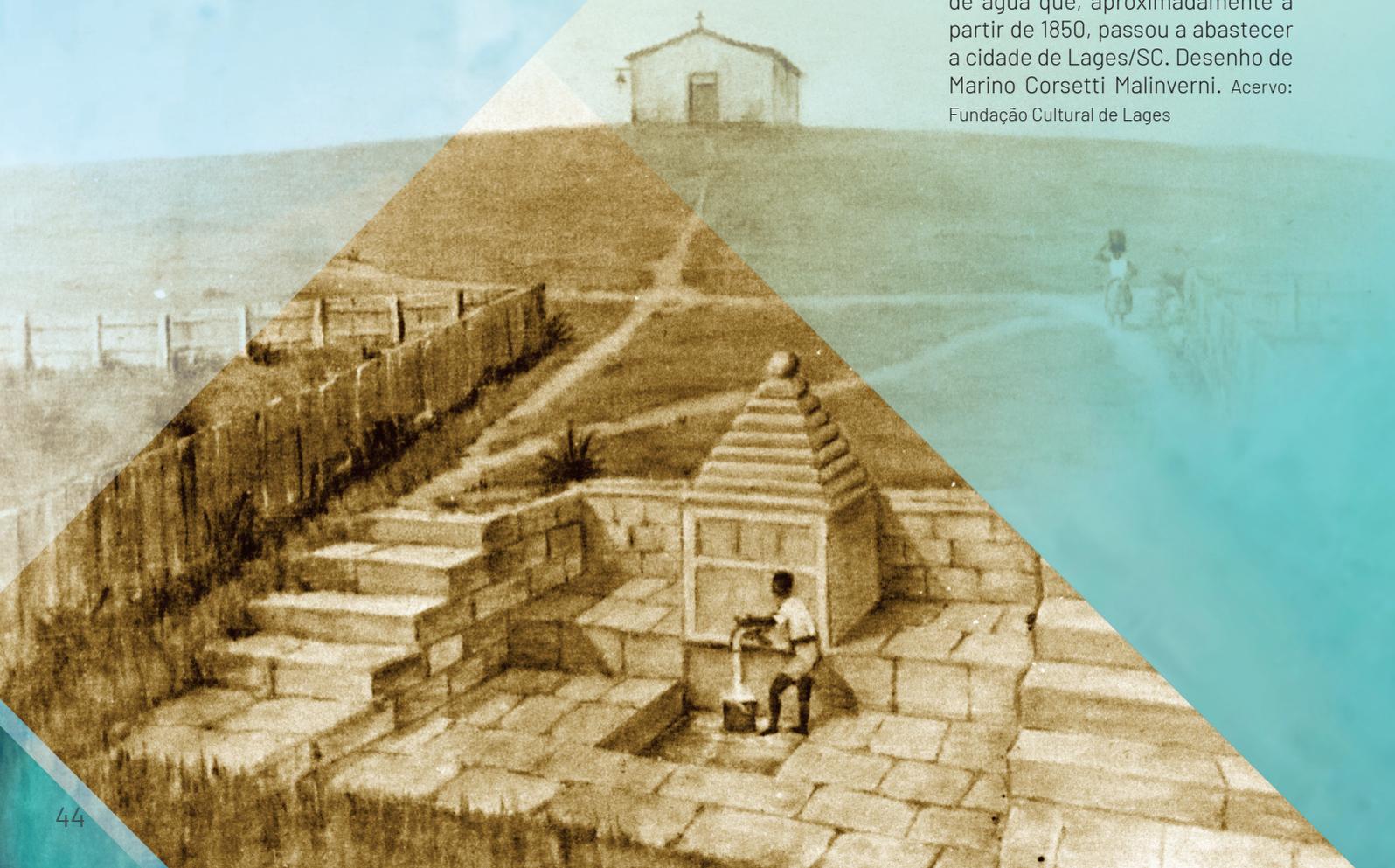
VIEIRA FILHO, Dalmo. O futuro é muito antes. In: GOVERNO DO ESTADO (SANTA CATARINA). Alicerces da memória: 60 bens tombados pelo Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Tempo Editorial, Governo do Estado, 2003. p.10-15.

Zilma Isabel Peixer

PRESERVAÇÃO DAS IDENTIDADES:

a valorização dos saberes,
fazeres e celebrações de
um povo

Primitiva capela da Santa Cruz, com seu largo fronteiro e a cacimba do Tanque Novo, uma fonte de água que, aproximadamente a partir de 1850, passou a abastecer a cidade de Lages/SC. Desenho de Marino Corsetti Malinverni. Acervo: Fundação Cultural de Lages



Resumo

Este artigo é uma síntese da participação na mesa redonda sobre Identidade, Memória e Herança: o Patrimônio Cultural na Serra Catarinense realizado no Seminário Patrimônio Cultural na Serra Catarinense: 40 anos de conquistas e desafios, em agosto de 2024. E aqui expresso os agradecimentos aos organizadores pelo convite e pelo desafio de participar desse diálogo sobre culturas, identidades e especificidades, falando a partir de pesquisas realizadas sobre Lages nos últimos 30 anos. É também a oportunidade de revisitar alguns dos caminhos percorridos pela pesquisa, das lacunas e dos pontos de contribuição para o entendimento das práticas culturais e construção dos tecidos sociais que configuram Lages. Nesse artigo faço uma síntese de três pesquisas realizadas, que tem como objetivo identificar e registrar patrimônio material e imaterial do município.

Palavras-chaves: Lages, Patrimônio Imaterial.

1. Introdução

Todo texto é também o contexto de criação e construção dele, assim é necessário explicitar o entrelaçamento entre o escritor e o seu interlocutor, no caso Lages. Em 1993 passo a integrar um grupo de pesquisa, vinculado à diretoria de Cultura⁵ do Município, com o objetivo de, para além da história oficial, compreender a configuração do espaço urbano a partir da construção cotidiana dos diferentes grupos sociais. Alicerçados entre outras referências pelos estudos de configurações e a diversidade urbana (Lefebvre 1991, 1999, 2000),

pelos parâmetros da história oral (Bosi, 1994), da história do cotidiano (Certeau) e no imaginário de pesquisa a inspiração em Italo calvino (1990) sobre as cidades invisíveis. No diálogo com essas referências entrevistamos (dialogamos) diferentes pessoas sobre sua história de vida, suas memórias e experiências.

Ao mesmo tempo, trabalho minucioso em registros (documentos oficiais, memórias registradas, pesquisas, legislações) sobre Lages. Essas pesquisas pautaram trabalhos acadêmicos (iniciação científica, mestrado e doutorado) e o delineamento de uma política de Patrimônio Cultural para o Município de Lages, que resultou na Lei Complementar nº 022, de 21/09/1995. Essa pesquisa inicial teve ramificações posteriores, por meio da UNIPLAC, Centro Vianei de Educação Popular e UFSC que contaram com apoio financeiro em diferentes momentos da FAPESC, IPHAN e Petrobrás, com

5 O Departamento de Cultura era vinculado à secretaria de educação municipal até 1995, quando teve sua autonomia com a criação da Fundação Cultural da Cidade. Na estrutura da fundação foi instituído o Departamento de Memória e Patrimônio Cultural, ao qual estavam vinculados os trabalhos de pesquisa, valorização e preservação do patrimônio cultural. A diretora do departamento de cultura e depois presidenta da Fundação Cultural foi Iáscara Almeida Varela. A equipe de pesquisa multidisciplinar era composta por profissionais da Sociologia, História e Arquitetura.

estudos sobre Caminho das Tropas; O Art Déco em Lages, Os saberes dos trançadores de couro; Os Saberes e Fazeres da Coxilha Rica, práticas alimentares, os saberes dos taiperos, das benzedadeiras; das lavadoras de roupa, das práticas de Edu-

cação do Campo; Diferentes estudos que vão construindo um tecido social, delineando as identidades e práticas culturais. Neste artigo, destacam-se alguns desses aspectos pontuados pelas pesquisas, configurando fios de longa permanência.

2. O que torna Lages especial? Saberes e fazeres

Falar sobre Lages e perguntar, ou sobre qualquer lugar: o que a torna especial? E aqui podemos pensar em cada lugar, cidade ou município, espaços do habitar humano, que fizeram ou fazem parte de nossas breves experiências de vida e que tem um lugar especial, que tem referência, tem significado. Que traz um sorriso, ou lágrimas aos nossos olhos quando nos lembramos. Lages está fazendo 258 anos (oficiais), ou seja, mais de dois séculos e meio, e o que nos marca, nessa territorialidade, nesses diferentes tempos delineados, o que nos diferencia ou o que nos mimetiza?

Aqui o convite para caminhar por suas ruas, observar o encanto de suas árvores, de suas esquinas, o ir e vir das pessoas, as crianças em tempos quentes a brincar nas águas do recente chafariz, ou no rio carahá quando ele não estava poluído, do passeio pelo tanque, da cimba. Das novidades e nem tão novidades repassadas nos *Instagram*, no *facebook*, no *whats*, e para os mais velhos nos jornais ou nas rádios locais e outras mídias comunicacionais. Como destaca Italo calvino:

“poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de

zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado...” (1990; p. 14).

Podemos aqui acrescentar entre as medidas de seu espaço, dos acontecimentos passados, do caminhar e dos conflitos do presente e das projeções/disputas de futuro. Dialogar é também um caminho a visitar ou revisitar esses lugares. O convite é caminhar por esses territórios. Fiz alguns destaques e deixei as memórias os conduzirem. Falar de identidade é falar de sentimentos, de pertencimento, de acolhimento.

Podemos iniciar nosso trajeto pela rua Frei Gabriel, que nos meses de agosto ou setembro (dependendo das variações climáticas) se cobre com a beleza das cerejeiras em flor, plantadas na primeira década do século XXI, praticamente 100 anos depois do projeto de arborização feito pela prefeitura na primeira década do século XX e que algumas décadas mais tarde foram cortadas em função da “sujeira” proporcionada pelo cair das folhas (Peixer, 2002; p. 84). Mas é também o espaço da correria, ou das memórias de um dos trajetos percorridos pelo Sr. Laurindo no início do XX descendo a rua com

os dejetos fecais, recolhidos para dar um destino nos rios.

A Rua Correia Pinto, um dos pórticos mais antigos, agora com uma paisagem mais suave, com a modificação do sistema de distribuição elétrica, com os fios subterrâneos e os seus espaços comerciais. Mas também uma das entradas pela qual chegavam os trabalhadores, os vendedores ambulantes, as mulheres com seus tabuleiros de doces. E ainda presente nas memórias as casas de senhorios, com a presença de senzalas, a proximidade dos territórios de moradia com o de trabalho, no que é hoje o primeiro espaço público protegido pela Lei municipal de tombamento - o Tanque.

Percorrer lages é também vivenciar suas praças. A praça João Costa, mais conhecida como calçadão, que, hoje, ainda mantém a figura solitária da Estátua de Nereu Ramos (Presidente da república entre 11/11/1955 a 31/01/1956). O Calçadão! aqui a síntese do lugar / não lugar, espaço de passagem, de conversar, de reuniões e eventos.

Já tiveram várias intervenções e usos, seja como espaços administrativos, de configuração dos poderes legais, espaço da intendência, da cadeia. Dos espaços de encontro e sociabilidades com os cafés, com a rádio voz da cidade. Do espaço educacional, com a construção do Colégio público Aristiliano Ramos (década de 30), como espaço de trabalho, seja pelos cafés, mas também pelo ponto de táxi que ficava ali e foi removido em 1952, não sem antes grande mobilização contrária a esse deslocamento.

Da mesma forma a demolição do Colégio em 2017. Ambos justificados por propostas de remodelação/revitalização dessa praça. Que faz "terra nua" dos usos, memórias e fazeres do espaço público,

mantendo somente os símbolos cuidadosamente escolhidos para perpetuar um tipo de memória, que enaltece os poderes hegemônicos.

É uma praça estrategicamente situada entre duas outras praças e na confluência de trajetos importantes na área histórica. Na década de 80 do século XX, essa praça é remodelada, transformando-se no calçadão, espaço somente para pedestres, mas mantendo o uso educacional. Em 2017 novamente remodelada, agora com amplos espaços para a realização de eventos e ao mesmo tempo permitindo um controle maior dos seus usuários. É interessante observar seus novos usos, como espaço de brincadeiras, no chafariz, com bicicleta, skate. Ela ainda está em processo de (re)ocupação pela população.

Outra praça significativa é a praça Vidal Ramos Sênior. Praça do mercado, praça do terminal. A característica marcante desse espaço é o trabalho dos grupos populares. De início praça do mercado público, hoje espaço de locomoção via terminal urbano municipal.

Mas percorrer Lages é também percorrer os espaços de diferentes religiosidades. Algumas já instituídas em espaços centrais, ali alocadas, já na implantação oficial da vila. O espaço da catedral católica, situado ao lado da praça João Ribeiro e da prefeitura. Referência, hoje já ícone de Lages, nas celebrações de final de ano. Mas também, o espaço religioso Luterano, a mesquita, e outros não tão visíveis, como as casas espíritas e os diferentes terreiros do candomblé.

Aqui destacamos rapidamente materialidades inscritas no tecido e trajetos urbanos, construídos pela ação e fazer humano. Além desses, não podemos esquecer as referências ao ambiente, as matas

de araucária, da cor da terra, do nascer do sol ou das cores do pôr do sol, do campo nativo. Dos diferentes tons de branco e cinza nos invernos mais rigorosos.

E além dessas materialidades construídas pelo ser humano ou pela natureza. Temos que considerar também o patrimônio imaterial. As afetividade e as identidades também estão marcadas em festas e rituais: rapidamente lembramos da festa do pinhão, da paçoca de pinhão, do café matinal, para alguns o camargo (café forte que é finalizado com leite obtido diretamente na ordenha), do chimarrão, da rosquinha de coalhada, do queijo, ou mais recentes dos vinhos.

Presentes também no simbolismo e no linguajar próprio, com expressões como: *home do céu; campiá; caiêra, baita, aviu, apinchá, de vereda, inozá, garrão, tchuco, vará, luitá, pestiada* (Correio Lageano, 2010.)

Aqui observe que citei várias situações que se entrecruzam e se intercalam e que formando e constituindo as identidades, as especificidades de cada lugar. Do conjunto que compõe, se assim pudermos chamar de um povo, habitantes de uma localidade. Patrimônio material e o patrimônio imaterial, sínteses presentes de um contínuo fazer.

Também é um espaço de reflexão: Quais são as memórias que estamos valorizando? Quais são os saberes que estamos destacando? ou que são destacados para nós? O que está sendo “esquecido” ou “escondido”? Quais foram as pessoas que construíram esses territórios e territorialidades?

Essa terra, nesse território, cujos fios foram aos poucos descortinando-se pelo fazer da pesquisa, eu destaco alguns pontos nodais. Estratégicos para

a compreensão das diferentes culturas que compõem esse território.

Um primeiro destaque é reconhecer que a ocupação humana dessa região tem mais de dois séculos e meio. *Xokleng, Kaingangs, Guaranis* e outros povos foram os primeiros habitantes dessa região. Povos originários que foram no processo de colonização sendo expulsos, agregados de forma subalterna ou exterminados. Não são poucos os relatos presentes na história oral de “avós que foram pegas no laço”, destacando a violência predominante nessa nova ocupação territorial. Na frase acima está a síntese do patriarcado e da expansão colonial capitalista. Nesse encontro de dois mundos.

O entrelaçar dessas culturas, bem como, a resiliência e a resistência (mesmo que silenciada) dos povos originários se fazem presentes. Indicativos dessa diversidade de saberes, encontramos presentes no saber alimentar, nas ervas medicinais, no manejo de áreas florestais, na religiosidade, no próprio traçado dos caminhos das tropas, nas diferentes expressões que compõem a linguagem. Muitas dessas heranças só recentemente estão sendo identificadas e reconhecidas.

Um segundo aspecto acontece a partir do processo de colonização, com a ocupação secundária europeia e africana, é desse período que comumente costumamos contar os anos oficiais. Remete à ocupação desses territórios, na estruturação das vias de comunicação por meio do caminho das tropas. Espaço de fronteira, de ampliação territorial da colônia de Portugal. As taipas, as atividades no campo, o traçado do povoamento inicial de Lages, a santa de devoção e outros referenciais indicativos dessa nova estrutura estão presentes na arquitetura, no traçado das comunidades, na divisão das terras e na expro-

priação das terras também. Na produção alimentar, nas organizações institucionais, nos modelos oficiais de família, educação e sociabilidades, assim como na organização política.

Desse segundo momento, vários aspectos são destacados na historiografia local, principalmente pelo viés de ciclos econômicos: ciclo do charque - da pecuária; Ciclo da Madeira; Ciclo da Diversificação Industrial; Ciclo da Terceirização. Isso tem presença marcante nas fazendas centenárias, nos prédios do teatro, do cinema, nas igrejas, nas áreas industriais, no mercado público, enfim define vários territórios e seus usos.

Além dos aspectos econômicos, podemos destacar ciclos políticos: presentes nas formações oligárquicas, nas formas de organização política, nas hierarquias sociais. Presentes também em processos de inovações, como foi a gestão "a força do povo" (1976-1982), na formação de diferentes movimentos sociais, bem como, nos processos de reacionarismo inscritos no lugar, protegidos sob o manto do "conservadorismo". Destaca-se também ciclos educacionais: da não-escola, da escola da fazenda, do professor itinerante, da escola para os ricos, da escola para os pobres, das escolas laicas, confessionais, das universidades públicas, comunitárias e das faculdades mercadológicas.

Dois séculos e meio, marcado pelos ciclos da escravização, do assalariamento e da terceirização. Processos marcados pela precarização do trabalho e do trabalhador, cujas presenças se fazem marcantes na vulnerabilidade dos bairros, na falta de infraestrutura, na falta de saneamento básico, de transporte público, de mobilidade urbana adequada, de atendimento precário à saúde e à educação, entre outros aspectos.

Esses destaques, foram sendo descortinados ao longo das pesquisas realizadas pela equipe, como mencionado na introdução, em diferentes momentos com apoio de diferentes instituições. E aqui, destaco aspectos dessas pesquisas.

Pesquisa sobre o Caminho das Tropas. Os pressupostos desta pesquisa partem da constatação da existência de patrimônio material que são os percursos e trajetos delineados na região de campos de altitude, com construções de taipas, com suas pedras perfeitamente estruturadas. Também, há diferentes construções feitas com taipas, sejam residenciais, como casas, ou de trabalho, como os galpões, bem como práticas culturais da lida com o gado, do carreteiro, do café na chocolateira, da música, dos torneios de laço, entre outros aspectos.

É um território, e isso precisa sempre ser reafirmado, que se forma a partir da ocupação das terras dos povos originários. Portanto um espaço de ocupação secundária, com forte concentração da terra e estruturação hierárquica entre o novo dono da terra e os que vieram (ou foram trazidos) para o trabalho, numa condição de subalternidade. Delineando a cultura da fazenda (Sartori, 2006; Locks, 2016), do mandonismo local, das relações assimétricas entre o patrão e o peão. Aqui é marcante a formação da cultura patriarcal e de instituições sociais, moldadas pelos interesses e cosmologia dos novos ocupantes.

Essa pesquisa, que depois foi complementada com os saberes e fazeres locais, dá visibilidade aos aspectos arquitetônicos, culturais e ambientais que formam uma paisagem cultural diferenciada e com potencial para pensar o desenvolvimento da economia da cultura. Esta pesquisa contou com a valorosa participação do prof. Sergio Sartori, que

sempre acompanhado do seu chimarrão e de sua prestigiosa memória e análise sobre esse território, destacava em seus causos a resistência, a beleza e a coragem das pessoas simples, na luta diária pela sobrevivência e contra todas as formas de opressão.

Outra duas pesquisas, em parceria com os professores da UFSC do curso de arquitetura, foram sobre o patrimônio construtivo no percurso do caminho das tropas e de exemplares arquitetônicos do *Art Déco* em Lages. Com relação às construções *Art Déco* em Lages, esse levantamento demonstrou a existência de uma quantidade significativa presente na área urbana. Presentes em prédios públicos (Correio, hospital), prédios culturais, como o cinema e o teatro, de moradias luxuosas e simples, presentes nas áreas centrais e periféricas. Essa materialidade urbana acontece num momento de transformações econômicas intensas. Entre as décadas de 40 até final da década de 60 do século XX, a proeminência da pecuária, cede lugar à extração e à indústria básica da madeira. Aumento demográfico, ampliação da malha urbana, novos atores sociais disputam os espaços políticos. Esse movimento está inscrito na cidade, na arquitetura, nos delineamentos e disputas políticas locais. E o *Art Déco* vai ser uma dessas facetas, pois como salienta Teixeira:

É assim o Art Déco contraditório, mas também popular e cativante, a ponto de seduzir toda uma parcela da população que o confunde com o moderno, como o 'último grito' para usar uma expressão da época. Isso é difundido em várias cidades, sob várias feições desenhando desde grandes edifícios até mobiliários urbano, letreiro dos prédios, elementos de arquitetura de interiores,

de uso diário (como os primeiros eletrodomésticos e rádios), enfim uma totalidade. É um mundo de modernidade tranquilizadora, sem sobresaltos ou grandes mudanças estruturais. Não é uma ruptura (tecnológica, linguística), mas esteticista uma aparente mudança (2013; p. 60).

Aqui destaca-se o conceito de modernidade tranquilizadora, de mudança aparente. Aspecto que já havia aparecido nas pesquisas sobre a estruturação política e econômica local, dessa forma, com o avanço da economia madeireira no qual novos atores com força econômica entram em cena, mas não há rupturas com os padrões políticos vigentes, pelo contrário, formam-se alianças estratégicas, que permitem a construção dessa "modernidade tranquilizadora", modernidade sem rupturas com o antigo. Em síntese, como já destacado em outro momento:

"essa cidade que se procurava construir devia representar para a elite dominante os 'tempos modernos' ... foram sendo construído os projetos e os discursos de urbanização pela elite dominante que, ao mesmo tempo, buscava romper com a imagem 'rural' da cidade, porém mantendo as bases rurais da elite econômica e produzindo símbolos de sua permanência no poder" (Peixer, 2002; p. 148).

Esse território com todas essas contradições e fissuras também é composto pelo trabalho, pelo cotidiano, pelas estratégias de sobrevivência - de vivências das pessoas simples. E esse foi outro percurso que buscamos nas pesquisas seguintes sobre Saberes e Fazeres: As práticas religiosas e curativas das benzedeadas, dos monges populares, dos taapeiros, dos trabalhadores

de couro, das lavadeiras de roupa, das práticas e saberes alimentares e das práticas educacionais.

Trabalhar com cultura imaterial é trabalhar com os detentores desses saberes e práticas, é percorrer os caminhos do pertencimento, das tradições, dos diálogos geracionais, da criatividade. Há diferentes aspectos que podem ser delineados, escavados pelos pesquisadores. Aqui um dos principais aspectos é a participação e a escolha feita pelos detentores do saber. Vou destacar nessa escrita as práticas alimentares.

Por que trabalhar com práticas alimentares, como uma das identidades culturais? A alimentação é uma ação básica presente em todos os agrupamentos humanos, mas a escolha do que se alimentar, a forma do preparo, a escolha e o preparo dos ingredientes, a forma como é servida a comida e com quem se partilha, são marcadores de identidades culturais e do entrelaçar entre ser humano e ambiente.

Aqui de início já destaco uma percepção registrada pelo viajante Ave-Lallemant em 1858 sobre a acolhida no Planalto de Santa Catarina:

...muito desejara continuar a viagem na manhã seguinte, ao romper da aurora, mas não é fácil desprender-se daquela gente. Primeiro é preciso tomar o café, e não se deve recusar. Parece-me que no planalto de Santa Catarina o café tem o mesmo significado que o mate no Rio-Grande. Com café se é recebido e com café se é despedido. Recusando a xícara de café da recepção, seríamos considerados orgulhosos, e, ao partir, não tomar café da manhã com o hóspede, seria declarar-se insatisfeito com a hospedagem. Por

isso é preciso tomar café, do contrário se destrói a paz. Por conseguinte, o café não é tanto um prazer como um símbolo, o sacramento da hospitalidade, uma espécie de Dominus Tecum. (Ave-Lallemant, 1980).

E é com registro dessas particularidades que vamos encontrando as referências das identidades locais, e também na ênfase do cotidiano e do trabalho da mulher, figura quase sempre invisibilizada nas sociedades patriarcais. A ênfase da pesquisa aqui foi dar visibilidade a aspectos da economia do cuidado, da prática cultural e do papel social subalternizado historicamente.

No destaque do saber cultural alimentar estão presentes a rosquinha de coalhada, o queijo serrano, o café tropeiro, o charque, arroz de carreteiro e a quirera. Presentes no processo o modo de fazer, de escolher os ingredientes e também de servir, no qual, a sacralidade da refeição complementa-se com o intrincado jogo de pontos e linhas presentes nas toalhas das mesas, dos enfeites na casa, do cuidado com a cozinha. Alimentos, utensílios e vestimentas que marcam a arte e o saber popular.

O tempo de cada prato alimentar, marcado pela temporalidades das estações, como a paçoca de pinhão, o entrevero. Marcado também pelos rituais que reforçam as hierarquias sociais, como a roda de chimarrão. Marcando também os ritmos do trabalho, como o café matinal, o camargo, ou o lanche que era levado aos que estavam trabalhando nas atividades no campo, nas matas de araucária ou nas serrarias.

Nos caminhos da alimentação, registros do carinho e hospitalidade, da agilidade no fazer, do saber compartilhado, do tempo do preparo, do tempo do

conviver. Marcado pelo aprendizado intergeracional e pelas diferentes matizes da interculturalidade.

Identificar, reconhecer e valorizar os saberes culturais, a apropriação dessa valorização pelos detentores desse saber, ou seja identificar-se, reconhecer como importante é ponto básico para o investimento em projetos e planos para economia da cultura. Tudo isso se traduz também em potencialidade, perspectivas de turismo e de produção cultural. Potencial para desenvolvimento, sim. Mas é também um campo de disputa, há interesses econômicos de viés exploratório e extrativista que concebem esse território como colônia de exploração, de fornecimento de matérias primas, que buscam o lucro acima de qualquer outra referência de desenvolvimento, para os quais, o ambiente e as pessoas estão ali para servir a esse propósito e quando não for mais possível obter lucros, ou vantagens, esses mesmos setores migram seus interesses para outros locais a serem também explorados.

3. Considerações finais

Aqui retomamos a pergunta inicial: O que marca Lages? O que faz de Lages - Lages? Os fios condutores dessa trajetória destaca as diferentes matizes culturais presentes ao longo de sua formação. Pluralidade, diversidade inscrita no corpo da cidade, das localidades, mas também nos saberes e fazeres dos diferentes grupos sociais.

O território, as identidades sendo construídas, grande parte delas subalternizadas sim, mas que demonstram resiliência, e mesmo em situações de alta exploração do ambiente e de seres humanos, persistem e deixam registradas suas

E aqui finalizo com uma citação de Italo Calvino

É uma cidade igual a um sonho: tudo o que pode ser imaginado pode ser sonhado, mas mesmo o mais inesperado dos sonhos é um quebra-cabeça que esconde um desejo, ou então o seu oposto, um medo. As cidades como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa (1990, p. 44).

Sonho e medo, disputas pelo que deve ser preservado, pelo que deve ser referenciado pela memória. São espaços de luta, de resistência, de articulação entre diferentes saberes, entre diferentes áreas de conhecimentos científicos e articulação entre instituições, poderes públicos, movimentos sociais e principalmente das pessoas, que têm esse espaço como espaço de vida.

vivências, suas experiências. Como vejo o presente, como sínteses autoarticuladas e articulantes desse diferentes eus, eus coletivos e singulares, desses diversos presentes históricos, como também de presentes projetados. Essas diferentes camadas de saberes e fazeres. Múltiplas, que articulam tempos e espaços diferenciados, entrelaçam hierarquias, processos includentes e excludentes. No território e territorialidades constituídas, os diferentes tempos, cronotopias e polifonias. Há ainda muitos aspectos e dimensões a serem estudados e que foram ou estão sendo pesquisadas, como o tropeirismo, a presença dos povos ori-

ginários, as comunidades quilombolas, as comunidades sirio-libanesas entre outras.

Identidades culturais remetem ao processo de conhecer nossa história, reconhecer seus aspectos que engrandecem a humanidade e outros que não

são tão bonitos, nem tão nobres, pelo contrário, mas que não podem ser esquecidos para que não se repitam. E também a partir disso construir o processo civilizatório mais equitativo, solidário, igualitário. Mosaico de saberes e fazeres constitutivos e constituintes do cotidiano e das identidades culturais.

4. Referências

AVE-LALLEMANT, Robert. Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858) SP: EDUSP, 1980.

BORNHAUSEN, Eliana Z. (et al). Saberes e Fazeres: Cores e Sabores da Coxilha Rica. Lages: Centro Vianeí, IPHAN. 2009.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

CALVINO, Italo. As cidades invisíveis. SP: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: artes de caminhar. Petrópolis: Vozes, 1994

CORREIO LAGEANO, 2010. O jeito de falar do serrano. Lages, 28/05/2010, Correio Lageano. Disponível: <https://clmais.com.br/o-jeito-de-falar-do-serrano/>

LEFEBVRE, Henri. A cidade do capital. RJ: DP&A, 1999.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. SP: Moraes, 1991.

LEFEBVRE, Henri. The production of space. Massachusetts, Blackwell, 2000.

LOCKS, Geraldo A. Cultura da Fazenda e persistência do passado em práticas sociais contemporâneas na Serra Catarinense. In: PEIXER, Zilma I. CARRARO, José Luis (org). Povos do Campo, Educação e Natureza. Lages: Centro Vianeí, 2016.

PEIXER, Zilma Isabel. A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages. Lages: Ed. Uniplac. 2002.

PEIXER, Zilma I. Memórias de uma mulher no século XX. "Daí eu lavava roupa... pra pagar o colégio". In: VALLE, Ione Ribeiro. Miséria e sofrimento na educação brasileira. Salvador: EDUFBA, 2024.

SARTORI, S. et al. Caminho das Tropas: Caminhos, pousos e passos em Santa Catarina. Lages: Ed. Uniplac, 2006.

TEIXEIRA, Luiz Eduardo Fontoura. Interiores Art Déco: uma aproximação. In: ISHIDA, Américo. et al. Memórias, ausências e presenças do Art Déco em Lages. Florianópolis: Ed. UFSC. 2013.

Jessica Coelho

Kássia Zanchett

Lia Moraes

Bruna Chaves

Lilian Louise Fabre Santos

O COLETIVO MEMÓRIAS QUE HABITAMOS E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA SERRA CATARINENSE



Lages/SC: Praça do Mercado – hoje Vidal Ramos Sênior –, em dia de feira, tomada por tropeiros com seus animais e carroças. À direita, o edifício do antigo Mercado Municipal. Acervo: Museu Thiago de Castro

1. Introdução

O Coletivo Memórias que habitamos tem procurado contribuir nas ações e discussões sobre a preservação e a valorização do patrimônio cultural da Serra Catarinense, especialmente no município de Lages. Sua trajetória é recente, porém, marcada por iniciativas de preservação do patrimônio arquitetônico e promoção da consciência coletiva e sensibilização sobre a importância da memória e identidade local, por meio do reconhecimento do patrimônio cultural da Região Serrana de Santa Catarina.

Por meio da iniciativa da arquiteta e professora universitária e atual coordenadora do coletivo, um grupo previamente definido com orientandas e estudantes de arquitetura engajadas com a temática patrimonial se reuniu para compor o quadro de trabalho de um projeto cultural contemplado pelo prêmio Elisabete Anderle de incentivo à cultura, na edição 2020.

Sendo o primeiro trabalho da equipe, o projeto teve como objetivo a catalogação da arquitetura neocolonial na região serrana de Santa Catarina a partir

do modelo do projeto piloto realizado em Florianópolis. Gradualmente, as percepções sobre o patrimônio cultural da Serra Catarinense foram se alargando e novas possibilidades de projetos culturais foram surgindo. Desse modo, em 2022 o grupo passou a se denominar com um Coletivo, escolhendo o nome “Memórias que habitamos”, para traduzir o entendimento das integrantes de que a preservação do patrimônio arquitetônico é dotada de sentido a partir das memórias e vivências destes espaços.

Composta por seis arquitetas, a equipe esteve à frente de várias tratativas patrimoniais da região nos últimos quatro anos, não apenas com iniciativas culturais de pesquisa e de educação patrimonial, mas também com projetos de restauro de significativas construções que contam a história de comunidades serranas, como o Conjunto da Igreja São Judas Tadeu, em Vargem - SC e a edificação da prefeitura municipal de Lages- SC. Tais iniciativas de valorização e preservação do patrimônio cultural da Serra Catarinense são apresentadas a seguir.

2. Iniciativas de Valorização e Preservação

2.1 A Arquitetura Neocolonial em Santa Catarina: do erudito ao popular – etapa região serrana

O primeiro projeto realizado pelo Coletivo Memórias que habitamos foi contemplado pela edição 2020 do Prêmio Elisabete Anderle e teve como objetivo principal desenvolver um material técnico sobre a produção da arquitetura

neocolonial e seus impactos na construção da identidade de quatro cidades da Serra Catarinense: Lages, Anita Garibaldi, Curitiba e Bom Retiro. Simultaneamente à elaboração do projeto para o edital, diversas demolições de

edificações representativas da memória local aconteciam no centro da cidade de Lages, inclusive de exemplares neocoloniais. Esse problema demonstrava a necessidade e a urgência de efetivar uma pesquisa sobre essa arquitetura, bem como a importância de pensar em possíveis desdobramentos e futuras iniciativas de valorização e preservação patrimonial.

Sendo assim, em 2021 foi desenvolvido o projeto, ainda em período de pandemia de Covid-19, iniciando pela fase de pesquisa e conhecimento acerca da arquitetura neocolonial de Santa Catarina e passando pela etapa de levanta-

mento e catalogação dos exemplares encontrados nos quatro municípios englobados. O resultado foi a construção de um vasto material de pesquisa composto por: caderno técnico da arquitetura neocolonial serrana, apresentando o conteúdo teórico da pesquisa; tabelas de análise tipológica e de linguagem; mapas com a localização dos imóveis mapeados, inventariados e edificações demolidas em cada cidade; e fichas de imóveis inventariados, contendo informações sobre o estado de conservação a relação da arquitetura com o lote e os espaços abertos, a composição volumétrica e os elementos estilísticos adotados nas fachadas.

Figura 1 - Memórias da arquitetura neocolonial nas redes sociais do coletivo.



memóriasquehabitamos Lembram da varanda do último post?

Então, a importância dela vai além da arquitetura. Foi ali que, gentilmente, dona Lucia Pasin nos recebeu e folheou um álbum de fotografias cheio de recordações. A casa onde mora, construída na década de 50 pelo pai e o avô, aparece em vários dos registros como cenário dos momentos em família e, mesmo sem vivenciar, nós pudemos sentir o afeto que a família tem pelo lugar, através das memórias retratadas ao longo dos anos e o cuidado de dona Lucia em preservar sua casa e sua história.

Compartilhe conosco uma memória sua aqui nos comentários! Não é gostoso lembrar desses momentos?



memóriasquehabitamos "Em 1949, fui trabalhar no morro do posto no Posto Agropecuário, sabe aquele que tem um portão de pedra assim, o portão eu que fiz, bem ali".

A frase, dita com orgulho por Hercílio Oliveira da Silva, se refere ao portão em estilo neocolonial que mostramos na última publicação.

São poucos os registros da história que reconhecem as mãos negras cujo trabalho braçal invisibilizado edificou boa parte do Planalto Catarinense. Então, nós como habitantes de memórias, dedicamos o post de hoje não apenas para quem habita as edificações neocoloniais, mas a quem deu forma a elas.

Fonte: Acervo das autoras (2022).

Mesmo com as restrições da pandemia, motivo pelo qual não foi possível adentrar nas residências, essa iniciativa possibilitou o estreitamento dos laços entre as pesquisadoras, os moradores e a população, principalmente a partir das redes sociais. Foi possível, a partir da página do coletivo no Instagram, divulgar dados, relatos e memórias de moradores da arquitetura neocolonial serrana (Figura 1).

Além da sensibilização nas redes sociais, outra atividade importante foi a capacitação dos professores de história e geografia da rede municipal de ensino, realizada pela plataforma *Google Meet*. O objetivo era destacar a importância da preservação do patrimônio e a potencialidade de estudar a história e geografia da cidade a partir das manifestações materiais na paisagem. Nessa ocasião, foi elaborada uma linha do tempo da história de Lages com mapas da evolução

urbana e imagens das edificações mais significativas de cada período.

Esse material foi disponibilizado aos professores que quisessem utilizá-lo em suas aulas, tendo em vista a dificuldade relatada por eles para encontrar um conteúdo gráfico e gratuito sobre o tema. Essa experiência demonstrou a necessidade de elaboração de materiais didáticos sobre a temática e inspirou outras iniciativas do coletivo, em especial a criação de mapas ilustrados do patrimônio arquitetônico.

Este projeto foi importante para a criação do coletivo e, principalmente, para a identificação e a discussão sobre bens culturais imóveis que detêm não só valores históricos e arquitetônicos, mas também forte relação de pertencimento com a população catarinense, impulsionando a sua salvaguarda.

2.2 Mapa Ilustrado do Patrimônio Arquitetônico de Lages

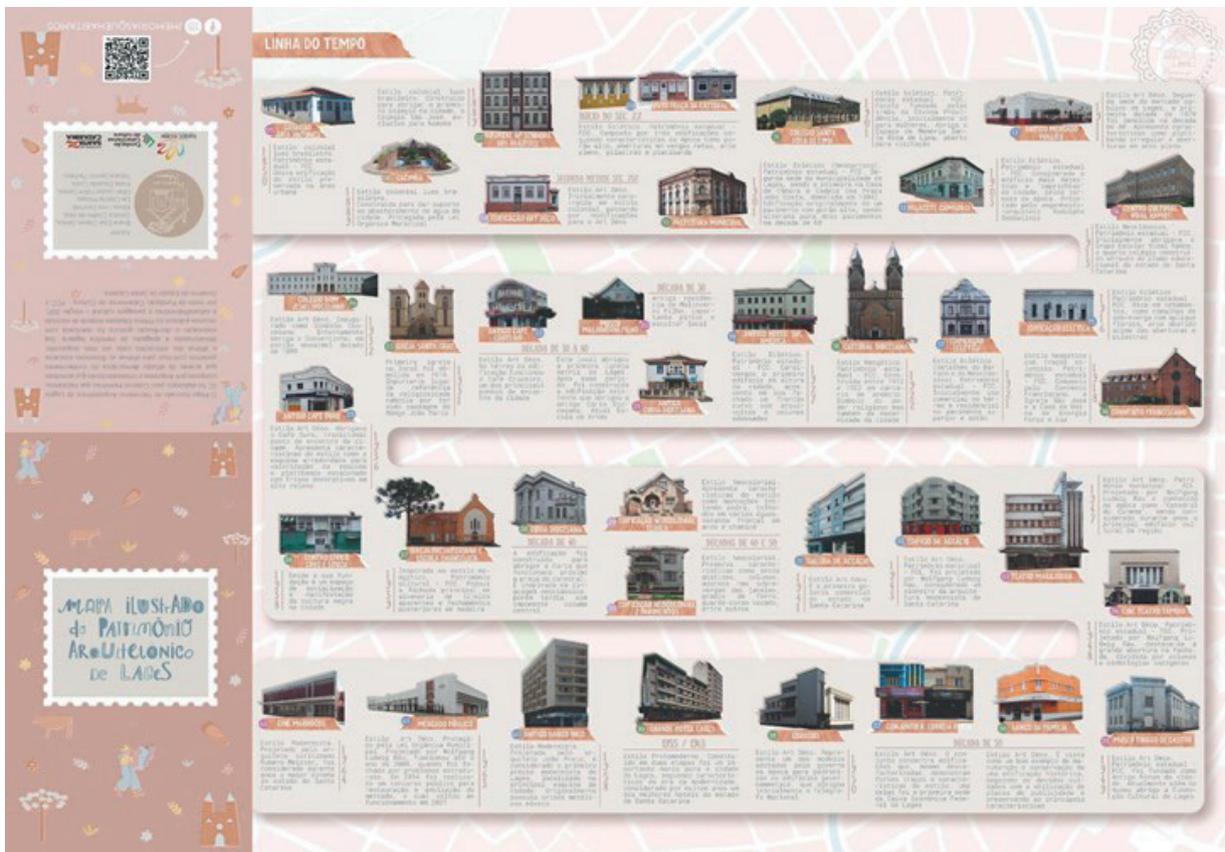
Um dos principais projetos do coletivo Memórias que habitamos é o “Mapa Ilustrado do Patrimônio Arquitetônico de Lages”, cuja primeira edição foi publicada e distribuída em 2022 (Contemplado pelo Prêmio Elisabete Anderle de apoio à cultura - Edição 2021). A produção desse mapa envolveu um extenso processo de pesquisa, documentação e *design*, no qual foram catalogados edifícios de diferentes estilos arquitetônicos do núcleo fundacional da cidade de Lages, incluindo o neocolonial, que tem uma presença marcante na Serra Catarinense.

O objetivo principal do projeto foi criar um material acessível e educativo,

que pudesse ser utilizado por professores, estudantes, moradores, turistas e gestores públicos interessados na preservação do patrimônio cultural. Este é apresentado na Figura 2.

Além disso, foi gerada uma cartilha complementar apresentada na Figura 3 com informações adicionais que também estão presentes no Instagram do coletivo, de modo que esse material fosse entregue aos professores da rede municipal de ensino. Nele, estão presentes textos e imagens sobre a evolução urbana de Lages, os espaços públicos e as linguagens arquitetônicas encontradas na cidade.

Figura 2 - Mapa ilustrado do patrimônio arquitetônico de Lages.



Fonte: Acervo das autoras (2022).

Figura 3 - Capa da cartilha complementar ao Mapa ilustrado do patrimônio arquitetônico de Lages.



Fonte: Acervo das autoras (2022).

2.3 Seminário 1º Dia do Patrimônio Cultural em Lages

Em agosto de 2022, o coletivo organizou o “Seminário 1º Dia do Patrimônio Cultural em Lages”, na Câmara de Vereadores de Lages. Esse evento foi importante para a promoção do debate sobre estratégias de preservação do patrimônio cultural na região, reunindo especialistas, acadêmicos, gestores públicos e a comunidade.

No seminário, foram discutidos temas como a importância da preservação patrimonial e as políticas públicas necessárias para concretizá-la. A

apresentação de projetos como o Mapa Ilustrado do Patrimônio Arquitetônico demonstrou o compromisso do coletivo com a divulgação e valorização do patrimônio cultural serrano.

O evento também serviu para fortalecer a rede de agentes da sociedade civil envolvidos com a preservação cultural em Lages e demonstrar que há diversas ações em andamento por diferentes grupos com o objetivo comum de valorização do patrimônio local, seja ele material ou imaterial, monumental ou popular.

2.4 Projeto de Intervenção no Conjunto da Igreja São Judas Tadeu – Vargem/SC

Figura 4 - Vista aérea do Conjunto da Igreja São Judas Tadeu, em Vargem/SC.



Fonte: Acervo das autoras (2022).

Entre 2022 e 2023, foi desenvolvido o Projeto de intervenção do Conjunto da Igreja São Judas Tadeu (Figura 4), localizado no município catarinense de Vargem/SC (Contemplado pelo Prêmio Elisabete Anderle de apoio à cultura - Edição 2021).

A Igreja São Judas Tadeu é uma edificação de madeira com características do revivalismo gótico que foi construída em 1955 por descendentes de imigrantes italianos. Essa construção é protegida em nível estadual e federal e integra os Roteiros Nacionais de Imigração do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Apesar disso, a Igreja apresenta uma série de patologias nos elementos construtivos e decorativos de madeira relacionadas, principalmente, à umidade descendente, além das lacunas e perdas de material pela ação antrópica.

No seu entorno estão o Antigo Sa-

lão Paroquial, construído de madeira na década de 60, e a Praça João Pedro Stefanos, formando o conjunto que é o objeto da intervenção. Essa foi pensada de modo unitário e elaborada junto à comunidade por meio de encontros de sensibilização, escuta e diálogo, reforçando sua relação de pertencimento com o patrimônio. Tais momentos são mostrados na Figura 5.

Assim, o coletivo elaborou o Projeto de restauração e conservação da Igreja São Judas Tadeu, o Projeto de reforma do Salão Paroquial e o Estudo preliminar de urbanização das áreas externas, conforme orientações dos manuais do IPHAN, visando a sanar os danos ao patrimônio construído, promover a acessibilidade universal, qualificar os espaços existentes e, enfim, propor usos complementares para diferentes usuários e a infraestrutura necessária para comportá-los.

Para a elaboração dos projetos, foram cumpridas as etapas de identificação e conhecimento do bem e o diagnóstico. Nesse contexto, foram realizadas a pesquisa histórica do conjunto e a análise tipológica, além de diversas visitas técnicas para os levantamentos fotográficos, físicos e prospecções pictóricas. Ao mesmo tempo, foi feita a atualização cadastral da Igreja a partir do material disponibilizado pelo IPHAN, os desenhos técnicos do Antigo Salão Paroquial e das áreas externas, e o mapeamento de danos ao patrimônio. Esse material, em conjunto com os produtos gráficos

da etapa projetual, foram apresentados para a comunidade em 2023.

Os resultados dessa experiência revelaram a importância de projetos de intervenção no patrimônio colaborativos e pautados em diálogos construtivos com os detentores dos bens culturais, tendo em vista seu potencial para reforçar a relação de pertencimento, compreender as demandas dos usuários e coletar informações para a pesquisa histórica por meio de fontes orais, contribuindo, assim, para a preservação do patrimônio cultural após as ações intervencionistas.

Figura 5 - Encontros de sensibilização, escuta e diálogo com a comunidade de Vargem.



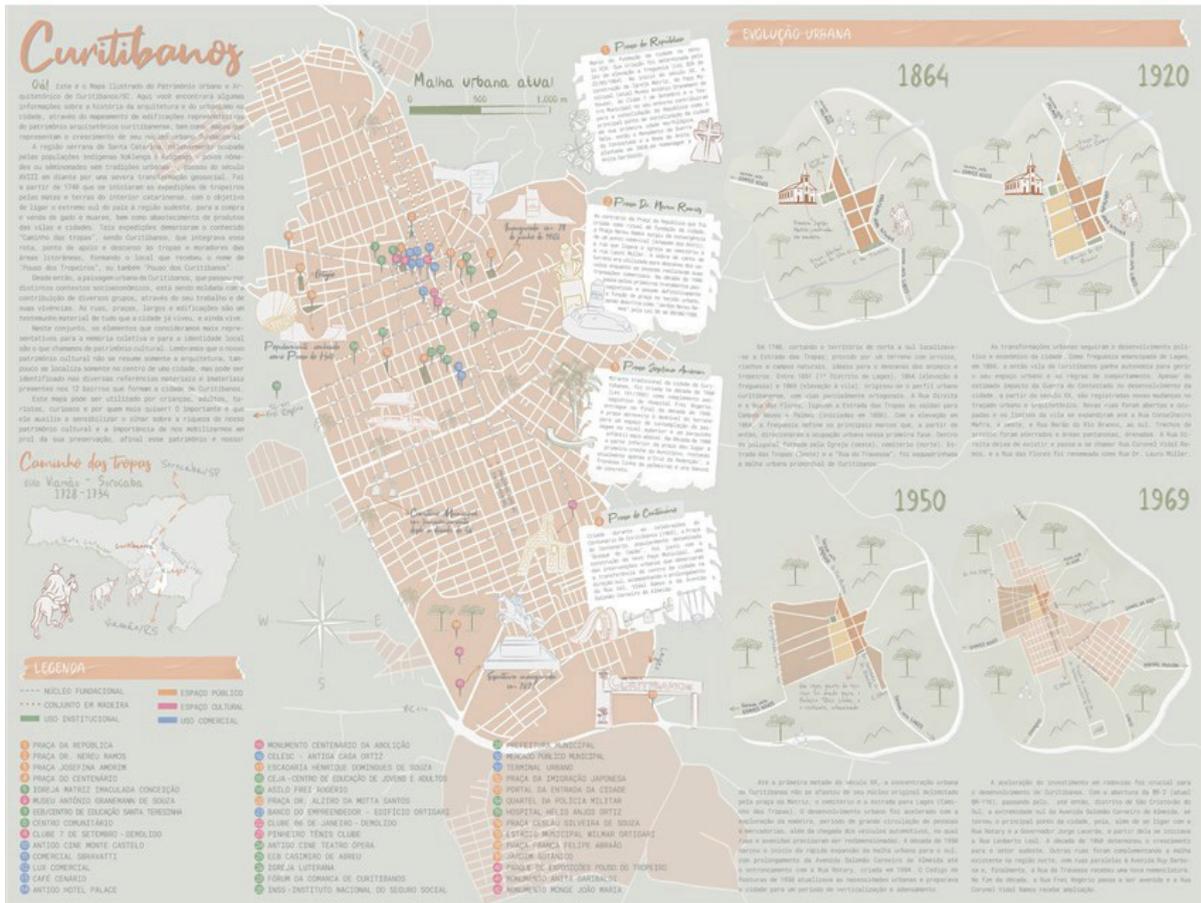
Fonte: Acervo das autoras (2022).

2.5 Mapa Ilustrado do Patrimônio Urbano e Arquitetônico de Curitiba/SC

Baseado nas experiências adquiridas com o mapa e a cartilha elaborados em Lages, o coletivo decidiu expandir a pesquisa e produção de materiais didáticos para outras cidades da região serrana. Em 2023, foi lançado o “Mapa Ilustra-

do do Patrimônio Urbano e Arquitetônico de Curitiba/SC” (Contemplado pelo Prêmio Elisabete Anderle de apoio à cultura - Edição 2022). A escolha por Curitiba/SC foi fundamentada em sua importância para o desenvolvimento de Santa Catari-

Figura 6 - Mapa ilustrado do patrimônio urbano e arquitetônico de Curitibaanos.



Fonte: Acervo das autoras (2023).

na, tendo sido o primeiro distrito no território de Lages e o segundo município do Planalto Catarinense. Além disso, a cidade preserva manifestações arquitetônicas de diversas épocas, materiais e estilos, oferecendo um valioso registro da sua história.

Portanto, com o objetivo de despertar a consciência e o sentimento de pertencimento da população com o patrimônio da sua cidade, o mapa (Figura 6) foi desenvolvido como uma ferramenta com potencial tanto turístico quanto educativo. O conteúdo do mapa elaborado em Curitiba é semelhante ao produzido anteriormente em Lages, incluindo

pesquisa aprofundada, levantamento de monumentos, praças, edificações históricas e suas linguagens arquitetônicas, além de mapas que ilustram a evolução do traçado urbano da cidade.

Após o lançamento e distribuição do mapa na Semana Literária de Curitiba, realizada em junho de 2023 no Parque de Exposições Pouso do Tropeiro, as unidades impressas do material foram distribuídas entre as instituições de ensino da cidade. Assim como em Lages, o mapa ilustrado serve de apoio às disciplinas de história, artes e geografia, promovendo a educação patrimonial e o interesse pelo tema desde a infância.

3. Considerações finais

As ações do Coletivo Memórias que habitamos procuram promover a preservação material das edificações, como também contribuir para a conscientização da comunidade acerca da importância de seu patrimônio cultural. Através de projetos culturais, exposições, seminários, visitas guiadas e publicações, o coletivo busca envolver a população local e despertar o seu interesse pelos bens culturais, reforçando a importância de sua preservação para as futuras gerações.

Nesse sentido, uma das abordagens mais eficazes tem sido a educação patrimonial, cujo objetivo é compartilhar o conhecimento com a comunidade, especialmente aos jovens, sobre o valor histórico e cultural dos edifícios e lugares preservados. Essas iniciativas contribuem para a formação de uma consciência coletiva sobre a importância de preservar não apenas os edifícios, mas também as histórias e tradições que eles representam. Isso é fundamental para garantir

que as futuras gerações possam compreender e valorizar a herança cultural de sua própria comunidade.

Por meio de suas diversas iniciativas, o coletivo tem procurado demonstrar que a preservação patrimonial não é apenas uma questão de conservar edificações antigas, mas também de proteger a identidade e a diversidade cultural de uma região de maneira ampla e democrática.

Assim, as novas ações em andamento têm como objetivo ampliar o acesso ao conhecimento produzido sobre a história urbana e arquitetônica de Lages para públicos como a população surda da cidade por meio de parceria estabelecida com sua respectiva instituição. Sabendo o restrito acesso à informação e do modo como ela chega a essa parcela da população lageana, que, de acordo com a coordenadora da Associação de Pais e Amigos dos Surdos – APAS, de Lages - SC, o

modo como o surdo vivencia o mundo, o cotidiano e absorve seu contexto é, de fato, diferente de outros grupos. Para ela, muitos dos que frequentam a instituição têm o conhecimento do que carregam na memória afetiva do passado, mas, devido à barreira na comunicação, pouco conhecem sobre as edificações e espaços públicos que representam marcos históricos da cidade.

Dessa forma, compreendendo a necessidade e a importância da disseminação do conhecimento e fomento da cultura local, os artifícios da educação patrimonial abrangendo a comunidade surda lageana se mostraram importantes para que o acesso e o direito à cultura, à memória e principalmente ao patrimônio sejam propagados na cidade e nas diversas comunidades que formam sua totalidade.

Sara Nunes

O CONTINENTE DAS LAGENS: A ELABORAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO



Resumo

O estudo apresentado é resultado da tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. A análise proposta neste artigo é sobre a elaboração da obra intitulada “O continente das Lagens: sua influência no sertão da terra firme”, escrita pelo diplomata lageano Licurgo Ramos da Costa e publicada pela primeira vez em 1982, pela Fundação Catarinense de Cultura. Essa obra é um patrimônio histórico e cultural da Região Serrana de Santa Catarina. Em consequência do seu significado patrimonial foi publicada a segunda edição em 2022. Assim, problematizamos aqui a inserção da referida obra no cenário de produção historiográfica catarinense, como também a do próprio Licurgo nesse espaço de atuação. Para tanto, busca-se identificar na ação do autor a intenção de projetar Lages na tradição política e cultural de Santa Catarina, e também, de projetar a si mesmo como intérprete regional da história de Lages. Essa pesquisa tem como instrumento teórico e metodológico a compreensão de que a escrita da história é um produto de forças sociais e também históricas, em acordo com as contribuições do historiador francês Michel de Certeau. Ao analisar as condições históricas de escrita e publicação da referida obra, como também o seu impacto ao longo dos últimos 40 anos, entende-se que Licurgo logrou êxito, já que o “Continente das Lagens” configura-se em um patrimônio histórico da Região Serrana de Santa Catarina.

Palavras-chave: História; Patrimônio; Legado.

1. Introdução

O continente das Lagens, sua história e influência no sertão da terra firme (COSTA, 1982) foi escrito entre os anos de 1975 até 1982. Narrativa em quatro volumes sobre a história de Lages, produção que envolve uma abordagem extensa, fazendo uma incursão desde o que o autor denominou como “primitivos habitantes”, isto é, os povos originários, até as composições sociais do século XX.

Licurgo pesquisou sobre várias temáticas, incluindo educação, costumes, política, economia, religião e esportes. A primeira edição foi responsabilidade da Fundação Catarinense de Cultura. A publicação de 1982 marca o retorno do lageano Licurgo Costa para Santa Catarina, já que entre as décadas de 1920 e 1970,

construiu sua trajetória profissional, primeiro, como jornalista, depois, como funcionário do Itamaraty em embaixadas e consulados do Brasil pelo mundo. Além de marcar o retorno a casa, O continente das Lagens é também um registro do seu empreendimento na construção de uma representação sobre o passado de Lages, mediante o qual, faz um recorte que destaca a memória do grupo social ao qual Licurgo Costa pertencera em sua terra natal.

Trata-se de um investimento na produção de uma memória que destaca o legado de seus familiares. Ao retornar para Santa Catarina, após a aposentadoria como ministro de primeira classe do Itamaraty, em meados da década de

1970, Licurgo aproximou-se de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico⁵, tornando-se sócio em 1976, e da Academia Catarinense de Letras, eleito em 1978. Investiu também na produção de uma memória de si relacionada à sua trajetória profissional. E conforme as palavras do já falecido historiador e também membro do IHGSC, Carlos Humberto Correia, Licurgo “mostrou várias vezes que os trinta e tantos anos em que viveu no exterior não o afastaram da cultura do seu estado natal e suas conhecidas diversificações em face dos variados grupos colonizadores e características geográficas” (COSTA, 2002).

Tendo como ponto de partida essas colocações acerca do “legado de Licurgo”, a publicação de *O continente das Lagens*, sua história e influência no sertão da terra firme, e também a memória fabricada pelo autor a respeito de sua própria trajetória, propõe-se neste artigo analisar a produção escrita⁶ de Licurgo Costa sobre a cidade de Lages, identificando a historicidade do lugar social do agente para compreender o significado da publicação dessa obra, não só na trajetória literária do autor, mas também no campo cultural e político catarinense sobre o qual interveio. Nessa análise, é importante problematizar e pontuar a inserção da referida

5 Solicitaram-se ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina as atas da instituição referentes à década de 1970. A intenção era identificar as condições mencionadas pelos então sócios para realizar o convite a Licurgo Ramos da Costa, a fim de que ele se tornasse sócio. Esses documentos são disponibilizados somente para os sócios, de modo que não foi possível acessá-los. No entanto, outros documentos estão disponíveis, como textos, recortes de jornais, entre outros, citados no arrolamento das fontes pesquisadas para a realização desta tese.

6 Importante destacar que o artigo que se apresenta é resultado da tese de doutorado defendida no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. De modo que muitas das reflexões no presente texto são um recorte da abordagem da tese.

obra no cenário de produção historiográfica catarinense, mobilizando várias forças políticas e sociais e tornando-se um patrimônio histórico e cultural, como também a inserção do próprio Licurgo nesse espaço de atuação. Procurar identificar na ação do autor a intenção de projetar Lages na tradição política e cultural de Santa Catarina, de certa forma, projetando a si mesmo como intérprete regional da história de Lages.

No prefácio de *O continente das Lagens*, escrito pelo próprio Licurgo, ele finaliza com a seguinte colocação: “para um lageano que viveu sempre longe da terra natal e para ela retornou quando sentiu que começava a envelhecer, este livro representa, de certo modo, um mecanismo de compensação” (COSTA, 1982, p. xv).

Prefaciar é algo muito sintomático, precede o que então virá. De tal forma que é notável uma intenção de compensar a ausência por meio de uma ação pública, que possa conferir certo reconhecimento à memória social e política de seus familiares e, por consequência, dele mesmo, como intérprete da região em que nasceu. Ressalta-se que, no prefácio, há uma nota de rodapé que acompanha a autodefinição como lageano, na qual ele se apresenta como descendente, tanto do lado materno quanto paterno, dos primeiros povoadores portugueses que chegaram ao lado de Antônio Correia Pinto de Macedo⁷.

Na organização de sua escrita, Licurgo pontua os vínculos familiares com personagens que ele nomeia como centrais no desenrolar de vários acontecimentos políticos e administrativos de Lages e de Santa Catarina. De certa forma, é

7 Bandeirante paulista representante da Coroa portuguesa, responsável por fundar a Vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens, em 1766.

um acerto de contas de Licurgo com seu grupo social de origem: inscrever a história local e familiar – de Lages e dos Ramos e Costa – na história política e cultural do estado catarinense. Cabe destacar que essa elite serrana protagonizou eventos em espaços políticos e administrativos de Santa Catarina ao longo do século XX. Contudo, essas posições de poder político não se projetaram com a mesma força ou importância naqueles espaços destinados à História, como as academias de eruditos e a pesquisa acadêmica universitária. A incipiência de estudos sobre Lages acabou por conferir longevidade à obra de Licurgo Costa, transformando-a em um clássico por abstenção da concorrência.

Não obstante ter vindo à luz entre o final de 1982 e o começo de 1983, a publicação do *Continente* ocorreu em um momento da historiografia catarinense em que é possível observar a franca crise de legitimidade do saber produzido pelo IHGSC, em decorrência da expansão do meio universitário e dos novos pressupostos epistemológicos experimentados pela academia histórica. Apesar de ser uma obra mais reconhecida pelos consócios do IHGSC do que pelos acadêmicos das universidades, o fato de existirem poucos trabalhos publicados, acadêmi-

cos ou não, em relação à história de Lages, torna o *Continente* uma obra que, embora se configure em um monumento⁸ à memória do grupo social ao qual Licurgo pertencera, transita também em espaços universitários, na medida em que reúne, em seu corpo textual, uma ampla gama de temas e fontes. Isso confere ao livro uma valorosa importância, já que reúne uma rica perspectiva de conteúdos, fontes e informações, as quais servem como referência para a produção de outros estudos históricos, como também para pesquisas geográficas, políticas, econômicas e culturais. Por conta disso, é possível atrelar ao *Continente* uma compreensão de patrimônio, tendo em vista que agrega bens: menção a documentos sobre um passado constantemente esquecido.

⁸ Para compreender essa noção de “monumento”, cabe apropriar-se das contribuições de Jacques Le Goff, quando afirma que “a memória coletiva e sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” (LE GOFF, 2003, p. 525). Nesse sentido, compreende-se o *continente das Lagens* como um monumento que resulta de uma operação de forças sociais e históricas para celebrar memórias.

2. Fundamentação Teórica

A escrita da história é uma ética da ação presente, pois o passado não se impõe ao historiador, é investigado em função das perguntas elaboradas pelo presente.

A operação historiográfica contemporânea adota uma posição autocrítica, sensível às fragilidades do próprio ofício.

A análise em questão é realizada em uma época ou regime de historicidade, em que a emergência dos estudos historiográficos pode ser entendida como sintoma de um momento peculiar de crise da disciplina nas décadas finais do século XX.

Observa-se uma reflexão acerca do próprio ofício, uma necessidade de his-

toriar-se, uma busca por compreender melhor os mecanismos de produção do conhecimento histórico.

Ao considerar a escrita da história como uma produção social que constrói uma representação sobre o passado a partir da interpretação das fontes, entende-se que todo trabalho histórico começa com o ato de separar, de reunir em documentos informações distribuídas de forma aleatória (CERTEAU, 2002, p. 1), e logo, organizar, problematizar, interpretar e construir uma escrita.

Conforme Certeau, historiador de uma geração que, em determinado momento, voltou-se para a própria prática do historiador de forma crítica, o ofício não seria um dado acabado, mas sim, uma série de disposições e operações históricas e socialmente localizáveis, a partir das quais se construiria a disciplina como é conhecida. A produção de história seria a articulação entre um lugar, uma prática e uma escrita.

Em sua *Escrita da História*, publicada originalmente em 1975, Certeau compreende a historiografia como uma operação que envolve a articulação entre um lugar social (uma profissão, um meio), uma prática, isto é, os procedimentos de análise e as regras que lhe conferem um caráter disciplinar, e uma escrita (o texto histórico). Com esse pressuposto, ressalta o caráter institucional, o jogo de forças sociais e as regras da composição ocultas na escrita histórica, permitindo integrar a história à realidade social enquanto atividade humana (CERTEAU, 2002, p. 66).

Dessa forma, entende-se a escrita de Licurgo como um produto elaborado a partir dos condicionantes apresentados por Certeau. No entanto, as contribuições do Certeau são mais voltadas para

investigar a produção de conhecimento dentro de um espaço disciplinar elaborado por historiadores de ofício, ou seja, com formação acadêmica, de tal forma que se apropriar dele, na circunstância desta pesquisa, é algo que se faz considerando o contexto onde Licurgo está inserido, pois não se trata de um historiador com formação acadêmica, de modo que classificá-lo como historiador pode limitar as possibilidades de interpretação de sua escrita.

Sendo assim, é melhor entendê-lo como um diplomata aposentado com incursões intelectuais plurais, considerando a diversidade de suas publicações, e logo, como um intelectual que compõe intensas redes de sociabilidade. Assim, o percurso metodológico adotado compreende as representações elaboradas por Licurgo, mais próximas dos diversos quadros sociais dos quais participara, do que exatamente do rigor de uma instituição portadora de reconhecidas credenciais, norteadora da produção do saber histórico.

Embora estivesse ligado ao IHGSC, vincular as características de sua escrita apenas a esse espaço, apesar das proximidades, limitaria a compreensão das referências implícitas ou explícitas às representações de Licurgo, assim como a abrangência do alcance de sua obra.

3. Resultados e Discussão

A produção de *O continente das Lages* emerge como um memorial, suscitado a partir dos compromissos e inquietações de seu autor. Em tempos de fragilidade da memória viva, da memória oral e das experiências coletivas, é preciso buscar suportes exteriores de preservação e mediadores da memória. Os museus, centros de memórias, livros, entre outros “lugares” potenciais de memória, funcionam como dispositivos mnemônicos. A memória é a manifestação de um esforço individual e também coletivo de rememoração, na medida em que são consideradas as interações sociais que produzem experiências e que sustentam memórias. Na década de 1920, Maurice Halbwachs argumentou que as memórias são construídas por grupos sociais, que “são os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que determinam o que é ‘memorável’, e também como será lembrado”. Logo, entender a escrita do *Continente* como uma prática de representação do passado sobre Lages, implica pensar não só na vontade pessoal do seu autor ao retornar à sua terra de origem, mas também no sentido estratégico e politicamente interessado de uma ação que destaca a importância social e política do grupo que representa. A partir dessa manifestação de memória e pertencimento, Licurgo voltará seus esforços a todo um empreendimento de produção do passado que ressalta, entre outras coisas, a história dos nomes dos homens das praças, ruas e estátuas, muitos deles, seus parentes.

Ao trazer para essas linhas uma investigação sobre a produção da escrita empreendida por Licurgo Costa em seu retorno para Santa Catarina, compreendeu-se a sua escrita como um produto

que resulta de vários fatores, tais como: origem social favorecida, educação de qualidade, íntima relação com livros e intenso acúmulo de capital social e capital cultural. Trata-se de uma trajetória que, de acordo com as contribuições teóricas do sociólogo francês, Pierre Bourdieu, faz pensar sobre o mundo social de Licurgo, uma vez que ele aprimorou a herança dos capitais recebidos em seu núcleo familiar, e reconverteu o capital econômico, social e cultural na construção de sua trajetória profissional. É possível identificar no *Continente* mais do que uma manifestação da volta nostálgica para casa, pois o fato de escrever a história de Lages é uma expressão de sua trajetória, uma ação de compensação pelos anos ausentes, um investimento no legado do poder político familiar. É possível também compreender a escrita dessa obra como uma ação que emerge de um *habitus*⁵, entendendo esse conceito como fruto da incorporação da estrutura social de origem no interior do próprio sujeito. O *habitus* é a interiorização da vida social e se manifesta na prática dos sujeitos de uma forma quase que sinérgica. “Essa estrutura incorporada seria colocada em ação, ou seja, passaria a estruturar as ações e representações dos sujeitos, em situações que diferem, em alguma medida, das situações nas quais o *habitus* foi formado” (NOGUEIRA, 2004, p. 28). Dessa

5 “Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador estruturador das práticas e representações que por ser objetivamente regulado e reguladores sem ser produto da obediência e regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-las e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente” (BOURDIEU, 1994, p. 74).

forma, as representações sobre o passado de Lages, elaboradas por Licurgo, configuram-se em uma ação profundamente relacionada com o seu habitus.

Ao argumentar que a produção escrita sobre o passado configura-se em uma representação, uma estratégia discursiva, isto é, uma prática de apropriação dos vestígios do passado, reorganizados pelo ofício de escrever em forma de uma realidade textual, identifica-se também nos estudos do historiador Roger Chartier uma significativa orientação de como analisar e compreender a escrita realizada por Licurgo Costa. O objetivo de Chartier consiste em identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler (CHARTIER, 1988, p. 16-17). O autor ainda destaca que: “Todo escrito obedece a categorias de pensamento e formas de apreensão do real – e que ao representarem uma dada situação, os textos criam realidades” (CHARTIER, 1988, p. 61.). O Continente se constitui em uma representação performativa sobre o passado de Lages, uma apreensão de várias realidades que acaba por produzir constantemente outras realidades a partir dos atos interpretativos da escrita e da leitura. No “continente”, além das diversas temáticas abordadas e do extenso recorte temporal (séculos XVI a XX), assemelha-se também a um arquivo em forma de livro, o que lhe confere um lugar de memória, na medida em que guarda em si muitas referências de fontes, vestígios de realidades.

Além disso, é importante realçar o peso político da elaboração⁶ de uma memória sobre determinado grupo social,

6 GRILL, Igor Gastal; REIS, Eliana Tavares dos. O que escrever quer dizer na política? Carreiras políticas e gêneros de produção escrita. Revista Pós Ciências Sociais, v. 9, n. 17, 2012, p. 101-121.

pois Licurgo advinha de uma família de políticos de alta extração social, portadores de títulos escolares e profissionais de prestígio, compatíveis com o exercício de funções políticas e atividades intelectuais. No entanto, esse grupo letrado de políticos de uma elite de interior, ao qual Licurgo pertencia, não tinha erguido ainda um monumento no campo da cultura até a publicação de *O continente das Lagens*. A construção de uma memória sobre determinado lugar ou grupo social é um mecanismo de produção de poder simbólico, que pode ser convertido em poder político.

As forças políticas que articulam a produção de sentido na escrita de Licurgo ocupam as movimentações do tempo presente, já que a publicação da segunda edição da obra em 2022, resultou de articulações de diferentes espaços políticos e culturais. Inicialmente era uma proposta para comemorar os 250 anos da história de Lages.

Vale ressaltar que a palavra comemoração, oriunda, etimologicamente, do latim *commemoratio*, significa um processo ativo e dirigido de memória. O prefixo “co” indica lembrar em conjunto, ou seja, uma ação que envolve o coletivo. Comemorar não é apenas uma rememoração de um evento do passado, mas sim, um processo ativo de representação do passado no presente. Trata-se de um ato profundamente vinculado com o uso político da memória. É um ato que não apenas transmite uma representação sobre determinado passado, mas também que, ao evocar o que deve ser lembrado, produz outras memórias. Identifica-se, nas celebrações que envolvem Licurgo e sua obra, um exercício político da memória, principalmente desde o seu falecimento em 2002, quando o Continente se tornou um legado. As homenagens publicadas nos jornais estaduais operam uma qua-

se canonização à obra e ao seu autor. Elaborar-se em torno do Continente uma espécie de lugar de memória (NORA). Entretanto, a quem esse memorial faz lembrar? Trata-se de uma representação do passado financiada pelo Estado e que contribui sobremaneira na formalização de modelos consensuais e canonizados

4. Conclusão

Para concluir, observa-se que: A obra de Licurgo é indiscutivelmente um “lugar de memória”, pois exerce um poder patrimonial, ou melhor, é um patrimônio histórico do espaço que representa. Todavia, muitas vozes, sentidos e memórias não estão presentes nessa “sepultura”, tratada, por muitos, como uma contribuição ao entendimento do que é a identidade serrana e catarinense. Afirmar-se muito arriscado, já que a identidade é algo muito plural e dinâmico, menos essencial do que relacional, daí a dificuldade de apreendê-la em termos estáticos. Além do mais, na escrita de Licurgo, ele considera, principalmente, as vozes dos fundadores lusitanos no povoamento de Santa Catarina, enquanto os demais, isto é, os africanos, povos originários, alemães e italianos, não são referenciados de forma tão majestosa quanto os portugueses. Esses “outros” também são presenças fortes na composição social de Santa Catarina, incluindo a Região Serrana.

Licurgo enuncia seus sentidos em um lugar social com aspirações voltadas à valorização das realizações políticas e nacionais, da grande narrativa, das suntuosas celebrações, e também, à invenção de um passado quase mítico. Enquanto ele escreveu desde um lugar que celebra as origens e as grandes realizações, observa-se a pungente necessidade de uma escrita em ângulo menos

em torno do passado de Lages. Assim, o Continente configura-se em uma memória dita oficial da cidade de Lages. Permanece a questão sobre o compromisso ético do fazer historiográfico: também pensar as memórias dos sobrenomes de menor prestígio.

solene. Jeanne Marie Gagnebin, Filósofa, professora titular da PUC-SP, responsável por pesquisas sobre a obra de Walter Benjamin, ao analisar a obra de Walter Benjamin, contribui sobremaneira para lançar vistas aos não celebrados pelas estratégias de rememorar presentes no Continente:

O ensaio do Benjamin, intitulado “o narrador”, constata o fim da narração tradicional, mas também esboça como que a ideia de uma outra narração, uma narração nas ruínas da narrativa, uma transmissão entre os cacos de uma tradição em migalhas. Deve-se ressaltar que tal proposição nasce de uma injunção ética e política, já assinalada pela citação de Heródoto: não deixar o passado cair no esquecimento. O que não significa reconstruir uma grande narrativa épica, heroica da continuidade histórica. Muito pelo contrário, o último texto de Benjamin, as famosas Teses Sobre o Conceito de História, é bastante claro a esse respeito. Podemos reter da figura do narrador um aspecto muito mais humilde, bem menos triunfante. Ele é, diz Benjamin, a figura secularizada do justo, essa figura da mística judaica, cuja característica mais marcante é o anonimato. O historiador também poderia ser o catador de sucata e lixo das gran-

des cidades que recolhe os cacos, os restos. Esse narrador sucateiro não tem por alvo recolher os grandes feitos. Deve muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, recolher as coisas que não têm sentido para as grandes narrativas. Ou ainda: o narrador e o historiador deveriam transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recorda. Essa tarefa paradoxal consiste, então, na transmissão do inenarrável, numa fidelidade ao passado e aos mortos, principalmente, quando não conhecemos nem seu nome e nem seu sentido (GAGNEBIN, 2006, p. 53).

Ao se investigar a emergência do Continente no cenário catarinense, identifica-se, por um lado, um campo historiográfico marcado pela ascensão da produção profissional de história e o enfraquecimento da produção vinculada ao IHGSC, e por outro, embora a publicação da referida obra seja subvencionada pelo Estado e próxima das perspectivas do IHGSC, mesmo em um momento de franco declínio da força política dessa instituição, o Continente emerge ocu-

pando um espaço de representação regional, na medida em que se torna uma referência sobre o passado de Lages, tanto no meio universitário, apesar das críticas sobre os limites da obra, quanto nos meios “diletantes”.

Além disso, por ser uma representação do passado construída por um mediador pertencente a um grupo social de expressão política, sua escrita se configura em um investimento social que produz uma memória sobre os seus, a construção de um legado que transforma ações políticas em bem simbólico. O Continente tornou-se um memorial para celebrar a lembrança de alguns, não de todos. Lembrar é sempre escolher, voluntária ou involuntariamente. Entretanto, quando se torna uma estratégia de poder privado, vinculada e viabilizada pelo poder público, ganha contornos que demonstram uma perspectiva ideológica do que deve ser lembrado e também esquecido. Desta forma, entende-se a necessidade de se realizar uma operação historiográfica que, inspirada em Benjamim, seja mais humilde e menos triunfante, própria de um historiador sucateiro, preocupado com o que é deixado de lado.

5. Referências

BENJAMIM, Walter. Obras escolhidas: Magia, técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1996.
BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico: memória e sociedade. Trad. Fernando Tomaz. São Paulo: Difel, 1989.
BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. Trad. Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1992.
BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). Petrópolis: Vozes, 1998.
CERTÉAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Lisboa/RJ: Difel/Bertrand, 1988.
COSTA, Licurgo Ramos. O continente das Lagens: sua história e influência no sertão da terra firme. Florianópolis: Edição da Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
COSTA, Licurgo Ramos. Licurgo Costa, um homem de três séculos. Florianópolis: Insular, 2002.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar escrever esquecer. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2006.
GRILL, Igor Gastal; REIS, Eliana Tavares dos. O que escrever quer dizer na política? Carreiras políticas e gêneros de produção escrita. Revista Pós Ciências Sociais, v. 9, n.17, p.101-121, 2012.
HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003
HEYMANN, Luciana Quillet. De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”: reflexões acerca da produção de “legados”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.
LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. Bourdieu & a educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
NORA, Pierre. Entre Mémoire e Histoire, La problématique des Lieux. In: Les lieux de mémoire. Vol I. Paris: Gallimard, 1984, p.xvii.

Cleber Duarte Coelho

A ESTÁTUA DO MONGE JOÃO MARIA DE AGOSTINI: UM PATRIMÔNIO LAGEANO

Monge João Maria.
Willy Zumblick



Resumo

Esta pesquisa bibliográfica visa analisar relevantes aspectos sobre a emblemática personalidade do monge João Maria de Agostini e a instalação de uma estátua em sua homenagem em frente à igreja Santa Cruz, região central da cidade de Lages. Considerando que Agostini não foi um religioso ordenado, mas recebeu a alcunha de “monge” pela religiosidade do povo caboclo, esta estátua representa um bem patrimonial que envolve duas formas de catolicismo: o popular, ligado diretamente aos caboclos da então região contestada e de todo planalto serrano, e o catolicismo representado pela igreja oficial. Dessa forma, a estátua de João Maria de Agostini instalada em uma praça, e a poucos metros da igreja Santa Cruz, região central de Lages, representa um patrimônio emblemático, unindo a fé popular à fé da Igreja institucionalizada.

Palavras-chave: Patrimônio; Monge; Agostini; Estátua; Imagem.

1. Introdução

Dentre os inúmeros patrimônios materiais da cidade de Lages, a maior cidade da região serrana de Santa Catarina, encontra-se a icônica estátua do chamado monge João Maria de Agostini em plena região central da cidade, ao lado da igreja Santa Cruz. Objetivamos nesta pesquisa de caráter bibliográfico situar como determinadas ideias acerca da figura de Giovanni Maria de Agostini se constituíram no imaginário lageano, bem como analisar porque o personagem Agostini é representado pela imagem da estátua que se ergueu. Uma estátua de um homem chamado de monge pela população (não oficializado

pela Igreja, uma vez que Agostini era um pregador leigo), erguida no centro de uma cidade numa praça e ao lado de uma igreja parece ser, por si só, um relevante e muito significativo patrimônio da cidade. Mas até que ponto os imaginários constituídos acerca de Agostini sobre sua presença em Lages e a própria imagem escolhida se coadunam com os fatos históricos? Muitos simbolismos envolvem patrimônios materiais e imateriais ligados à figura de Agostini no imaginário do povo serrano: buscaremos aqui investigá-los e contextualizar a importância do erguimento da estátua de João Maria de Agostini para as crenças locais.

2. Fundamentação Teórica

Quando nos debruçamos sobre os estudos acerca da Guerra do Contestado (1912 – 1916), de forma recorrente encontramos muitas referências à religiosidade popular e àqueles que passaram a ser conhecidos como “monges do Contestado”. Extremamente importante destacar que

novos estudos acerca dos personagens denominados monges, dentre os quais se encontra Giovanni Maria de Agostini, podem proporcionar mudança de paradigma quanto às imagens que representam o chamado monge João Maria: seja nos livros de História, seja nas imagens

que se edificam no imaginário popular ou nas estátuas que se edificam para homenagear e reverenciar o chamado “monge do Contestado”.

Quando pesquisamos sobre os monges do Contestado ou sobre “São João Maria”, como popularmente é conhecido e representado esse ícone da religiosidade popular cabocla, deparamos-nos, em geral, com personagens diferentes que acabaram se convertendo nos imaginários populares como sendo um único ser.

Maurício Vinhas de Queiroz atesta que “o historiador catarinense Oswaldo Cabral reconstituiu a biografia de dois monges do mesmo nome” (QUEIROZ, 1977, p. 50). Embora seja consensual entre os pesquisadores que estudam a figura do “monge João Maria” de que houve ao menos dois indivíduos distintos que receberam esta alcunha, para o imaginário religioso popular edificado a partir da passagem desses indivíduos pela região contestada há um único monge, como atesta Paulo Pinheiro Machado: “para o habitante do planalto catarinense só existiu um monge João Maria” (MACHADO, 2004, p. 163 – 164).

De acordo com Queiroz e Machado, podemos afirmar que para o imaginário popular daqueles que habitam a região serrana, incluindo a cidade de Lages, há uma única imagem que representa o chamado monge João Maria, identificado por um único ser: é essa mesma imagem que está representada na estátua edificada na praça Siqueira Campos, região central de Lages.

A antropóloga Tânia Welter, que desenvolveu seus estudos doutorais acerca da figura de João Maria, chama de joaninos e joaninas as pessoas “que reconhecem João Maria na contemporaneidade a partir de referenciais culturais, histó-

ricos, religiosos, políticos, turísticos, comerciais ou outros” (WELTER, 2018, p. 21). Em termos práticos, evidencia-se que se cristalizou na devoção religiosa popular a ideia de que houve (há) um único João Maria (ou monge João Maria, profeta João Maria) representado por uma única imagem: comumente encontrada em quadros, pequenas estátuas em oratórios, grutas, casas, ou mesmo em grandes estátuas: como a encontrada em Lages.

Ao visitarmos a cidade de Lages em 2019 nos deparamos com os seguintes dizeres diante da estátua erguida para homenagear João Maria: “Monge João Maria D’Agostini (Frei Giovanni Mã D’Agostini). Nasceu em Piemonte, na Itália, no ano de 1801; chegou ao Brasil em 1844. Após a Guerra dos Farrapos, iniciou sua peregrinação de evangelização pelo sul do Brasil, seguindo o caminho dos Tropeiros, de Sorocaba ao Rio Grande do Sul. Em Lages, também plantou sua cruz, como símbolo de fé viva, que deu origem a este santuário, próximo à vertente de água, hoje a Cacimba. “Ó Cruz Bendita! Seja para seus devotos Esperança e Vida Nova. Amém””. Destacamos que a estátua para homenagear o monge foi inaugurada dia 15 de setembro de 2017.

Percebe-se, pelo tamanho da imagem edificada e pelo local onde foi instalada, o grande valor patrimonial que essa estátua tem para a cidade, uma vez que envolve simbolismos e valores ligados à fé, à devoção, ao modo de vida desenvolvido e defendido pela figura do monge. E ainda: a proximidade entre um homem considerado santo pelo imaginário popular com a Igreja oficial, uma vez que a estátua se encontra praticamente ao lado da igreja Santa Cruz. Parece evidente, portanto, que a estátua do monge João Maria erguida na cidade de Lages é um importante patrimônio material imbricado a

Figura 1 - Estátua do Monge João Maria, em frente a Igreja da Santa Cruz em Lages.



Foto: Autor, 25/6/2019.

uma série de patrimônios imateriais, relacionados fundamentalmente ao modo de vida, às crenças e às pregações proferidas pelo monge, transmitidos de geração em geração por meio da oralidade.

Mas quem foi João Maria de Agostini e por que costumeiramente se confunde esse personagem com outros também chamados de “monges do Contestado”? Como já mencionado, encontramos em Maurício Vinhas de Queiroz (1977) a afirmação de que houve mais de um monge João Maria. Para nós, essa é a principal chave de entendimento para esclarecermos porque Agostini tantas vezes é confundido com outros personagens, em especial um: João Maria de Jesus (Anastás Marcáf), que teve uma influência mais direta no imaginário do povo caboclo do Contestado. Tentaremos situar minimamente estas duas figuras em seus tempos históricos e evidenciar como cada um deles se relaciona com a história de Lages.

Quando pesquisamos sobre João Maria de Agostini nos livros mais antigos sobre a Guerra do Contestado, encontramos, de modo geral, a informação de que ele desapareceu ou morreu em meados de 1870. Queiroz (1977, p. 51) diz que Agostini “andou em Rio Negro e em Lages, mas voltou ainda uma vez a Sorocaba, onde morreu em 1870, se é que não se mudou para Araraquara, onde temos notícia de um João Maria em 1906. Para que fosse o mesmo homem, teria de ser mais que centenário”.

Até meados de 2012 era consenso entre historiadores e outros pesquisadores brasileiros que Agostini tenha morrido no Brasil por volta de 1870 ou desaparecido sem que documentos atestassem qual seu verdadeiro e derradeiro paradeiro. Acerca deste homem que é considerado o “primeiro dos monges do Contestado” houve uma completa mudança de paradigma a partir dos estudos doutorais do professor Alexandre Karsburg.

No livro *O Eremita das Américas: a odisséia de um peregrino italiano no século XIX* (versão reduzida e um pouco modificada de sua tese de doutorado), publicado em 2014, Karsburg traz à tona o itinerário percorrido por Giovanni Maria de Agostini dentro e fora do Brasil, incluindo a precisão quanto ao seu falecimento. Para quem tem interesse em conhecer os pormenores dos caminhos percorridos por Giovanni Maria de Agostini, esse monge homenageado pela estátua no município de Lages, a leitura do livro de Karsburg é imprescindível.

Apresentaremos aqui alguns dados extremamente importantes acerca de Giovanni Maria de Agostini, extraídos de Karsburg. Embora resumidos, faremos um recorte que atende ao propósito aqui estabelecido: entender quem foi Agostini e seu itinerário percorrido, bem como

sua relação com a fé religiosa da população do planalto catarinense, em especial, a cidade de Lages. Agostini nasceu “em 1801 na região do Piemonte, noroeste da Península Itálica” (KARSBURG, 2014, p. 15). Realizou estudos formais e desde a juventude manifestou interesse em ter uma vida religiosa. Buscou a ordenação em algumas congregações religiosas do continente europeu, mas não obteve êxito possivelmente por possuir aleijões em dedos da mão esquerda, uma vez que a Igreja Católica não ordenava sacerdotes que possuíssem deficiências físicas. Imbuído do profundo desejo de se tornar um peregrino itinerante e viver uma vida eremítica, Agostini rumou às Américas na década de 1830. Ao embarcar no vapor e partir da Itália rumo às Américas, o peregrino deixa para trás sua terra natal, a qual jamais regressará. Karsburg aponta que:

Após chegar a Caracas, na Venezuela, em 5 de junho de 1838, o italiano passou por vários países vivendo em diferentes lugares. Entre grutas, cavernas e montanhas, ele esteve em vilas e povoados da Colômbia, do Equador e do Peru antes de iniciar a travessia amazônica em território brasileiro. Em abril de 1843, seguindo o roteiro presente nos manuscritos, o eremita saiu de Lima, capital do Peru, no litoral do Pacífico, e se dirigiu à região nordeste daquele país. Parece ter feito todo o trajeto a pé, apesar das dificuldades que a natureza impunha. No mês seguinte, em 6 de maio de 1843, alcançou, na floresta peruana, o Rio Maranhão, um dos maiores tributários do Rio Amazonas. Seguindo o curso do rio, entrou na Amazônia brasileira por Tabatinga, uma pequena aldeia na divisa entre Brasil, Peru e Colômbia. O eremita não menciona, mas, provavelmente, tomou um barco para penetrar na floresta, uma vez que não poderia

ter feito essa viagem a pé através da selva. Esse itinerário pelos Rios Maranhão (ainda na floresta peruana) e Amazonas (ou Solimões, já em território brasileiro), infelizmente, para o pesquisador, resume-se a uma simples declaração: “Por Tabatinga, continuei indo ao leste selvagem até chegar à foz do grande Rio para, na sequência, seguir pela costa passando pela Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, onde parei por algum tempo” (KARSBURG, 2014, p. 111-112).

Por intermédio de Karsburg sabemos, portanto, que Agostini adentrou o solo brasileiro em 1843. Alguns dados importantes acerca daquilo que o chamado monge João Maria viveu em solo nacional: Agostini esteve por um tempo na capital do Império (cidade do Rio de Janeiro), dirigiu-se a Santos e depois à cidade de Sorocaba, interior paulista, em dezembro de 1844. Nesta cidade foi registrado pelo escrivão local como tendo a profissão de solitário eremita e como sinais particulares “aleijado dos três dedos da mão esquerda” (KARSBURG, 2014, p. 140). Sendo um monge itinerante e percorrendo grande parte de sua jornada com as próprias pernas, nos anos seguintes, entre 1846 – 1848 Agostini fundou no Campestre (município de Santa Maria) e no cerro Botucaraí (hoje município de Candelária), no Rio Grande do Sul, o culto a Santo Antônio Abade, seu santo de devoção.

Muitas pessoas o procuravam em busca de curas, pois acreditavam que as águas abençoadas pelo monge eram santas. Sua fama de milagreiro e curador por meio das águas, uma vez que grandes aglomerações de gentes se formavam ao seu redor, causou desconfiança no governador da província, que restringiu sua liberdade e o encaminhou ao estado vizinho: Santa Catarina.

Chegando a Desterro (hoje Florianópolis) em dezembro de 1848, Agostini solicita ficar na ilha do Arvoredo e é atendido. Sua fama de monge milagreiro e curador também chegou aos pescadores locais, que iam até a ilha lhe solicitar orientações e benzeduras. Em maio de 1949 João Maria de Agostini, com a permissão das autoridades locais, embarca num vapor que se dirige novamente à cidade do Rio de Janeiro. Busca abrigo na serra dos órgãos, em Petrópolis. A peregrinação do eremita italiano em território brasileiro perpassa ainda três anos intensos e demasiados itinerantes, como aponta Coelho:

Alexandre Karsburg indica que é provável que Agostini tenha tomado o caminho do interior paulista após deixar o Rio de Janeiro ao final de 1849, “vivendo nos sertões meridionais do Brasil – passando por lugares que já conhecia, como Sorocaba, Castro, Lapa e região oeste do Paraná e Santa Catarina – até decidir entrar no Paraguai” (KARSBURG, 2014, p. 298.). Como não tinha documentos para permanência no Paraguai, o eremita retorna ao Brasil em busca de um passaporte. No natal de 1851 estava em São Borja, e caminha até Porto Alegre, “em aproximadamente quarenta dias” (KARSBURG, 2014, p. 302). Quando consegue seu passaporte na capital dos gaúchos, Agostini faz o caminho inverso, com ordens de se retirar do Rio Grande do Sul no prazo máximo de trinta dias (uma vez que em 1848 foi enviado para Desterro com ordens expressas de jamais regressar). Em novembro de 1852 Agostini deixa o território brasileiro para jamais regressar (COELHO, 2022, p. 131-132).

Após deixar o território brasileiro em 1852, segundo Karsburg (2014), Agosti-

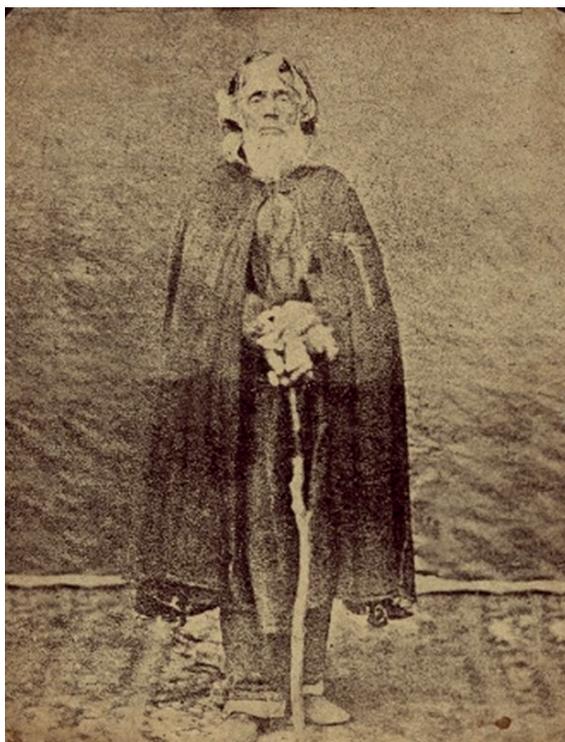
ni passou por diversos países: Paraguai, Argentina, Chile, Bolívia, Peru, Panamá, Guatemala, México, Cuba, Canadá e Estados Unidos. Em abril de 1869 funda a missão peregrina e eremítica de Agostini. O primeiro dos monges do Contestado foi assassinado no condado de Dona Ana, sul do Novo México, nos Estados Unidos. Ao que tudo indica, o assassinato foi cometido por índios que viviam em conflito com homens brancos que circulavam pela região, mas isso, embora seja muito provável, fica no campo da hipótese. Fato incontestável é que Giovanni Maria de Agostini está enterrado no cemitério de Mesilla, Novo México (EUA).

Duas questões essenciais para nosso trabalho: a primeira é que, ao longo de toda a tese de doutorado do professor Alexandre Karsburg, não há uma única menção ou documento que comprove ter Agostini passado pela cidade de Lages, ou mesmo que tenha pregado nesta cidade. Não podemos descartar a possibilidade de que em suas inúmeras andanças Giovanni Maria de Agostini tenha estado em solo lageano, mas o fato é que, salvo engano, não temos um único documento de arquivos públicos ou jornais da época que assegurem ou mencionem que o chamado monge Agostini, o primeiro João Maria, efetivamente tenha estado em solo lageano.

A segunda questão é que, por meio de sua pesquisa doutoral, Karsburg descobriu duas fotos que retratam Agostini. Essas fotos diferenciam Agostini da representação clássica utilizada nas imagens de quadros e estátuas erguidas nos oratórios e praças das mais diversas localidades, o que inclui a estátua encontrada na cidade de Lages.

O primeiro retrato de Agostini foi feito em Havana (Cuba), provavelmente no “início da década de 1860” (KARSBURG, 2014,

Figura 2: Fotografia de Giovanni Maria de Agostini. Início da década de 1860.



Fonte: KARSBURG, 2014, p. 384.

Figura 3: Eremita Juan Maria de Agostini. Las Vegas, 1867.



Fonte: KARSBURG, 2014, p. 397.

p. 384). A foto intitulada “A maravilha de nosso século”, pelo retratista passou a ser vendida como *souvenir* (Karsburg, 2014) e uma cópia foi fornecida a Agostini. A segunda foto foi tirada em 1967 na cidade de Las Vegas. Eis as imagens que retratam o verdadeiro Giovanni Maria de Agostini.

Como já apontamos anteriormente em nosso trabalho, houve ao menos dois personagens ligados ao Contestado e à fé popular no planalto serrano conhecidos como “monge João Maria”.

Analisados pormenores referentes a Giovanni Maria de Agostini, objeto central desta pesquisa, faz-se necessário situar, ainda que brevemente, a figura do “segundo João Maria”, popularmente conhecido como João Maria de Jesus. Este sim, é sabido, transitou e pregou em Lages, uma vez que teve encontros com Frei Rogério Neuhaus (que narra o

encontro e o diálogo em suas memórias escritas), personagem central da cultura lageana. No que tange a João Maria de Jesus, importante comentário encontramos em Paulo Pinheiro Machado:

O segundo monge foi João Maria de Jesus, o qual o coronel Pinto Soares afirmou ser um imigrante sírio de nome Anastas Marcaf. Testemunhos diretos afirmam que João Maria de Jesus tinha fala acastelhanada, era proveniente de Buenos Aires e peregrinou pelo planalto entre 1890 e 1908. Afirmando que estava pagando uma penitência, este João Maria, além de relativa semelhança física com o primeiro, adotou várias práticas do monge desaparecido. Vários cruzeiros foram erguidos, várias “águas santas” foram sinalizadas pelo segundo monge, que também evitava aglomeração de fiéis, ficando muito

pouco tempo na região onde passava – “ele dormia e não amanhecia” (MACHADO, 2004, p. 167-168).

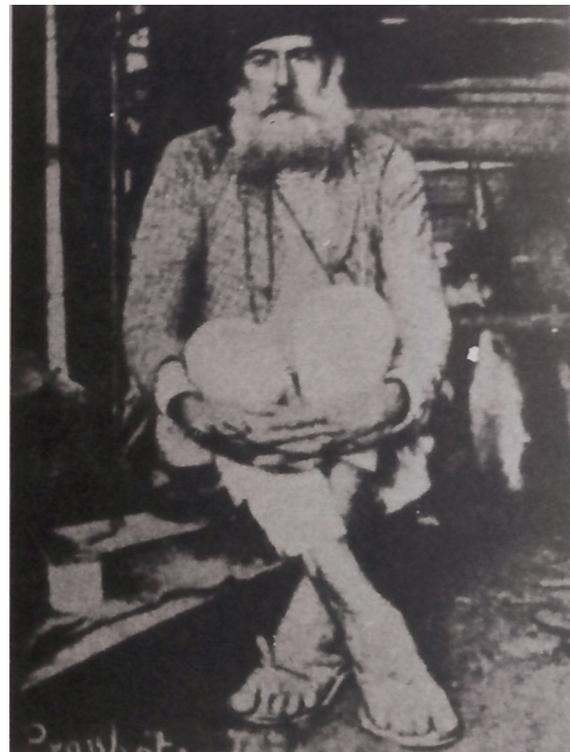
Alguns apontamentos importantes referentes a João Maria de Jesus se referem aos conflitos existentes entre a religiosidade rústica do povo caboclo, cheia de sincretismos e atenta aos sinais da natureza, e o catolicismo oficial da igreja católica, permeado de dogmas muitas vezes desconhecidos pela maior parte das pessoas. A Igreja oficial nesse período tinha como projeto interiorizar esses dogmas e seguir catequizando populações Brasil adentro, e é nesse contexto que os franciscanos se instalam no planalto. Marli Auras atesta que “em fevereiro de 1892, frei Rogério chega a Lages, depois de uma longa viagem a cavalo pelas picadas já abertas em meio à mata e inúmeras travessias de rio” (AURAS, 2015, p. 59).

É nesse contexto, onde conflitos entre a religiosidade rústica e a Igreja oficial ocorrem, que João Maria de Jesus (lembrando que Agostini havia deixado o Brasil em 1852) assume o papel de monge, curandeiro, santo popular, benzedor, representante máximo da fé dos desassistidos: nunca cobrava para rezar, benzer ou batizar, pois era tão simples como os próprios caboclos. Além disso, afirmava ser irmão do primeiro monge João Maria (Agostini). Em 1897 um emblemático encontro ocorre na cidade de Lages, como atesta Marli Auras:

Em dezembro de 1897, ao saber que João Maria estava em Capão Alto, na paróquia de Lages, Frei Rogério manda dizer-lhe que desejava falar-lhe, recebendo, como resposta, “que fosse a sua procura”. Tomando então a iniciativa de encontrá-lo, trava-se interessante diálogo entre o representante da ortodoxia católica e o representante da religiosidade rústi-

ca do Contestado. Depois de censurar suas profecias e proibi-lo de batizar as crianças, frei Rogério convida o monge para assistir a missa do dia seguinte. João Maria exclamou: “A minha reza vale tanto quanto uma missa! Impossível (exclamou o frei), nem as orações de Nossa Senhora têm o valor de uma missa, pois nesta Jesus Cristo vem descendo sobre o altar. João Maria, apontando para a sua caixinha respondeu: Para aqui também vem” (AURAS, 2015, p.55).

Figura 4: João Maria de Jesus. Anastás (ou Atanás) Marcaf. s/d.



Fonte: QUEIROZ, 1977, p. 314.

A história narrada evidencia quão potentes eram os conflitos entre as crenças populares e as práticas realizadas pelo monge João Maria de Jesus (que agia como uma espécie de sacerdote popular, leigo) e a ortodoxia da Igreja oficial. Frei Rogério, como representante do catolicismo oficial, reprovava uma série de práticas do monge João Maria de

Jesus, não as reconhecendo como legítimas. Isso torna mais significativo o fato de haver hoje na cidade de Lages, em pleno centro da cidade, uma estátua do monge (ainda que represente Agostini, e não este monge que teve o embate com frei Rogério) ao lado da igreja. É como se, enfim, a fé popular e a ortodoxia da igreja possam andar de mãos dadas e estarem em plena paz.

Em relação aos caminhos seguintes de João Maria de Jesus, Paulo Pinheiro Machado atesta que ele peregrinou por diversas cidades do território do Con-

testado. “Por volta de 1908 ou 1910, João Maria não foi mais visto” (MACHADO, 2004, p. 168). Não há documentos históricos que demonstrem ou apontem onde e como morreu. Como a Guerra do Contestado eclodiu em 1912 com o combate do Irani, torna-se importante ressaltar que nenhum dos dois monges “João Maria” teve ligação direta com a Guerra. O monge do Contestado que teve ligação direta com a guerra é José Maria, que morreu no combate do Irani. Sobre ele, não trataremos aqui, uma vez que não se relaciona diretamente com o tema de nossa pesquisa.

3. Resultados e Discussão

O presente estudo se mostra relevante porque envolve dois diferentes personagens ligados à fé popular que geralmente são tidos como uma única e mesma pessoa. Que o monge João Maria é patrimônio do povo caboclo do Contestado e, também, da população de todo o planalto serrano, incluindo o povo lageano, parece evidente e inegável.

A estátua exalta isso: une a fé popular, imbuída de uma série de idiosincrasias e pormenores, com a fé ortodoxa e institucionalizada da Igreja oficial. O fato da estátua em homenagem a João Maria de Agostini estar literalmente ao lado da igreja Santa Cruz, em plena região central da cidade de Lages, evidencia a grandeza e a importância deste patrimônio, até mesmo em termos turísticos.

Esta pesquisa traz como resultado a percepção de que Igreja e religiosidade popular tiveram muitos conflitos na segunda metade do século XIX, e a figura de frei Rogério, outro personagem central ligado ao patrimônio material e imaterial

de Lages tem relação direta com essa discussão. Quando falamos em patrimônio é importante pensarmos em como se formam os imaginários.

Nesse sentido, está cristalizado no pensamento popular a representação do monge João Maria (seja ele o primeiro ou o segundo) pela mesma imagem: a imagem que hoje os historiadores atribuem a Anastás Marcaf (João Maria de Jesus).

Isso em nada diminui a importância da estátua erguida em homenagem a João Maria de Agostini no centro de Lages e sua bela representação, uma vez que simboliza a memória de um homem que buscou viver santamente e peregrinou pelo planalto serrano pregando o evangelho e o culto a Santo Antônio.

Nossas pesquisas futuras apontam para a busca de levantamento de imagens relacionadas à figura de João Maria em outros municípios catarinenses: em oratórios, estátuas erguidas para homenagear o monge, e em outros espaços.

4. Conclusão

Este trabalho envolveu a imagem de um personagem extremamente difundido na fé popular de todo o planalto catarinense: João Maria (monge João Maria, profeta João Maria).

Identificamos que há diferença na percepção das imagens relacionadas ao monge, sobretudo após os estudos doutorais de Alexandre Karsburg, que identificou duas fotos, feitas respectivamente em 1861 e 1867, as quais retratam a fisionomia de Giovanni Maria de Agostini. Percebemos, no entanto, que “São João Maria”, como é popularmente reconhecido, sempre foi retratado em estátuas de oratórios e/ou quadros com a imagem correspondente à encontrada na praça Siqueira Campos, em Lages.

A título de exemplificação, na cidade de São José do Cerrito, município vizinho a Lages, encontramos na comunidade Ermida uma imensa estátua do Monge João Maria com a representação semelhante à estátua erguida em Lages. No Distrito de Herciliópolis, no município de

Água Doce (meio oeste catarinense), encontramos um quadro do monge dentro da própria igreja da comunidade, com representação similar. Se no período em que os monges transitaram pela antiga região contestada e pelo planalto catarinense a religiosidade rústica e o Igreja oficial muitas vezes se dissociavam, hoje a fé e o respeito pelo monge João Maria (seja ele o primeiro ou o segundo) aproximam muito mais a fé popular da ortodoxia católica.

A história de vida de João Maria de Agostini (Giovanni Maria de Agostini) é, de fato, uma verdadeira odisséia. Sua memória é exaltada na máxima proferida pelo povo caboclo catarinense: “Viva São João Maria”. Para concluirmos, tomamos a liberdade de exaltar: Viva a estátua de São João Maria como patrimônio material da cidade de Lages! Patrimônio material este que não está dissociado de uma série de patrimônios imateriais também existentes neste belo e importante município do planalto serrano catarinense.

5. Referências

AURAS, M. Guerra do Contestado. A organização da irmandade cabocla. 5ª ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2015.
COELHO, C. D. João Maria de Agostini e a tradição dos padres do deserto. In: ESPIG, M. J.; TOMPOROSKI, A. A.; VALENTINI, D. J.; MACHADO, P. P.; RODRIGUES, R. R. O lugar do Contestado no História do Brasil. Vitória: Ed. Milfontes, 2022. pp. 125 – 143.
KARSBURG, A. O eremita das Américas. A odisséia de um peregrino italiano no século XIX. Santa Maria: Ed. UFSM, 2014.

MACHADO, P. P. Lideranças do Contestado. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.
QUEIROZ, M. V. de. Messianismo e Conflito Social (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912 – 1916). 2ª ed. São Paulo: Ática, 2017.
WELTER, T. Encantado no meio do povo. A presença do profeta São João Maria em Santa Catarina. São Bonifácio: Edições do Instituto Egon Schaden, 2018.

Lara Lima Felisberto
Juliana Aparecida Biasi

MEMÓRIA E RELIGIÃO NA GUERRA DO CONTESTADO: O monumento do Monge João Maria em Curitibanos (SC)



Resumo

Apresenta-se aqui o monumento dedicado ao Monge João Maria, localizado em Curitibanos, Santa Catarina. Figura proeminente durante a Guerra do Contestado (1912-1916), o monge teve um papel significativo nesse conflito armado que marcou a história do estado. O monumento em sua homenagem exemplifica como tais estruturas podem preservar a memória de eventos históricos importantes, como a Guerra do Contestado, que teve um impacto profundo na formação do território e na identidade das regiões Meio Oeste e Serrana de Santa Catarina.

Palavras-chave: Patrimônio Material; Monumento Religioso; Patrimônio Cultural.

1. Introdução

A Guerra do Contestado foi um conflito civil que ocorreu em Santa Catarina entre 1912 e 1916. A principal motivação para essa luta armada foi a disputa territorial entre os estados do Paraná e Santa Catarina pela região conhecida como “Região do Contestado”. Outro fator relevante foi a construção da estrada de ferro pela Brazil Railway Company, financiada pela empresa norte-americana Percival Farquhar.

Essa obra resultou na desapropriação de terras e no deslocamento de milhares de famílias caboclas, que perderam suas propriedades sem receber uma compensação justa. Além disso, a empresa recebeu vastas extensões de terras ao longo da ferrovia, o que intensificou ainda mais as tensões na região (Tesser, 2012; Lino, 2012; Lino e Saymonds, 2021; Machado, 2023).

Durante o período de tensão do conflito, destacou-se a figura dos monges, sendo três deles particularmente importantes. Entre eles, José Maria emergiu como o mais proeminente, simbolizando a esperança em meio às batalhas. Seu misticismo inspirava os combatentes,

oferecendo um senso de propósito e fé durante os momentos mais difíceis da guerra. Curitibanos desempenhou um papel fundamental na Guerra do Contestado, sendo o cenário de uma das batalhas mais significativas do conflito: a Batalha de Taquaruçu. Embora esse embate tenha sido liderado pelo Monge José Maria, os habitantes da região já nutriam uma profunda admiração pelo Monge João Maria, que chegou ao Brasil em 1851. Esse último era considerado um místico e alquimista, simbolizando fé e esperança em tempos de adversidade. Há relatos de que João Maria previu a eclosão da Guerra do Contestado, anos antes de seu início (Alves, 2005).

Em reconhecimento à sua importância, foi erguido em Curitibanos (SC) um monumento em homenagem ao Monge João Maria, que até hoje é um local frequentado pelos moradores em busca de fé, esperança e espiritualidade. O objetivo deste trabalho é apresentar uma exposição sobre o monumento ao Monge João Maria, localizado em Curitibanos (SC), e refletir sobre a função da construção como um instrumento de preservação da memória de um evento histórico fatídico nas terras catarinenses.

2. A Guerra do Contestado no Território Catarinense e na Cidade de Curitibaanos

A colonização do Meio Oeste de Santa Catarina tem suas origens em uma diversidade de povos, como as tribos indígenas Xokleng e Kaingang, uma grande quantidade de povos caboclos e imigrantes europeus. A chegada desses grupos de imigrantes à região foi motivada por vários fatores, destacando-se a construção da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (EFSPRG) pela Brasil Railway Company, para conectar São Paulo aos estados do Sul do Brasil. A remoção das populações sertanejas, que viviam ao longo do traçado dos trilhos, foi uma consequência direta do avanço das obras. Essas pessoas, muitas vezes pequenos agricultores e famílias que ocupavam a região há gerações, perderam suas terras e casas, forçando-as a buscar novos locais para viver. (Alves, 2005; Espig, 2016).

O deslocamento forçado, somado a outros fatores, como a tensão política preexistente entre Paraná e Santa Catarina acerca dos limites territoriais, levaram a uma mobilização da população que buscava reivindicar suas terras tomadas pelo governo. Essa mobilização desencadeou a Guerra do Contestado, um conflito armado que envolveu os moradores das margens dos trilhos, simpatizantes da causa e as tropas do exército brasileiro. As batalhas mais significativas ocorreram nos estados de Santa Catarina e Paraná, abrangendo municípios como Rio Negro, Itaiópolis, Timbó, Três Barras, União da Vitória e Palmas no Paraná, e Lages, Curitibaanos, Campos Novos, Canoinhas e Porto União em Santa Catarina (Figura 1).

A primeira revolta resultou na união da população combatente em torno do Monge José Maria, que levou seu grupo a

se refugiar no sertão de Palmas, no Paraná, para escapar das perseguições das tropas catarinenses. No entanto, foi em Irani, Santa Catarina, que ocorreu o primeiro confronto, culminando na morte do monge. Um ano depois, alguns de seus seguidores se reuniram em Taquaruçu, atualmente parte do município de Curitibaanos-SC, aguardando a ressurreição do monge para liderar o Exército Encantado de São Sebastião. Esse exército era composto por fiéis do mito "sebastianista", os quais acreditavam que o rei D. Sebastião, desaparecido em 1578, retornaria para restaurar a justiça. (Carvalho, 2009).

Além de ser o palco de uma significativa batalha, o município de Curitibaanos teve uma participação ativa na Guerra do Contestado. Desde o século XIX, a região enfrentava uma crise política, marcada pela ascensão da República e pela sucessiva eleição do coronel Albuquerque para a superintendência municipal. Esse coronel tornou-se uma figura emblemática durante o conflito, acumulando diversas ini-

Figura 1 - Localização da estrada de ferro e região da Guerra do Contestado



Fonte: Ministério Público do Paraná, online.

mizadas políticas na cidade. O isolamento político do Coronel, principal representante do poder local, potencializou a atuação da irmandade cabocla, que buscava reivindicar seus direitos e lutar contra a opressão da República (Lemos, 1977; Machado, 2008).

As batalhas da Guerra do Contestado foram marcadas por uma violência extrema, com o exército estatal determinado a eliminar a população cabocla envolvida no conflito (Richter, 2013). O

último embate ocorreu em dezembro de 1915, sob o comando do Capitão Euclides de Castro. Nesse confronto, o último líder caboclo foi capturado, e a batalha se destacou como uma das mais sangrentas de toda a guerra (Valentini e Radin, 2012). A vitória coube aos colonizadores e às forças militares do governo. Em seguida, foi assinado o Tratado de Limites, que formalizou a colonização das regiões Oeste e Meio Oeste de Santa Catarina, definindo a configuração territorial atual (Bittencourt, 2012).

3. A Figura do Monge na Guerra do Contestado

O caráter religioso da Guerra do Contestado desempenhou um papel significativo no conflito. Três monges se destacaram nesse contexto: João Maria Agostini, João Maria de Jesus e José Maria Agostini. Dentre eles, o Monge José Maria foi o mais proeminente, tornando-se o líder espiritual dos habitantes da região da ferrovia. Ele conduziu a Batalha de Irani, uma das mais importantes do conflito (Neto, 2020).

Esse processo místico deu origem aos redutos, monumentos, fontes, grutas e cidades santas, onde os seguidores dos monges se reuniam. Os redutos, em particular, caracterizavam-se como comunidades fortificadas onde a população sertaneja expulsa de suas terras se reunia e vivia. Nesses redutos, estabeleciam-se centros de resistência e refúgios, além de serem locais onde se praticava a religião messiânica, com a crença nos monges. Alguns desses locais continuam preservados nos municípios catarinenses (Lemos, 1977; Espig e Machado, 2008; Carvalho, 2009; Lino, 2012; Richter, 2013).

Figura 2 – Imagem de João Maria de Jesus entregue pelo próprio



Fonte: Ministério Público do Paraná, online.

Os monges eram figuras religiosas que peregrinavam pelas terras catarinenses desde antes da guerra. O primeiro monge, João Maria D'Agostini, tornou-se popular por volta de 1845, realizando bênçãos, curas e batizando milhares de moradores do estado. Ele desapareceu por volta de 1869, e a tradição oral relata que ele previu a Guerra do Contestado alguns anos antes de ocorrer (Alves, 2005).

O segundo monge, João Maria de Jesus, originalmente chamado Anastás Marcaff, adotou o nome do primeiro monge e também peregrinava pelo território catarinense, realizando bênçãos e curas. Ele costumava deixar uma foto dele nas casas por onde passava (Figura 2), que as pessoas guardavam como símbolo de proteção. João Maria de Jesus desapareceu por volta de 1908, e segundo a popu-

lação, "está encantado no morro de Taió" (Tesser, 2012, p.47). Foi em homenagem a este monge que o monumento em Curitiba (SC) foi erguido, o qual será apresentado a seguir.

Em seguida, destacou-se o Monge José Maria, nascido Miguel Lucena de Boaventura. Ele foi fundamental para reunir a população e mobilizar os combatentes durante a Guerra do Contestado, sendo morto na Batalha de Irani em 1912 (Tesser, 2012).

Até hoje, a comunidade se reúne em grutas, fontes de água, poços e monumentos, entre outros locais sagrados que representam os monges, para realizar batismos, buscar bênçãos, meditar e aprofundar sua espiritualidade (Alves, 2005).

4. O Monumento ao Monge João Maria em Curitiba (SC)

O monge João Maria de Jesus, também denominado como o segundo monge da Guerra do Contestado, peregrinou pelo território catarinense entre os anos de 1899 a 1908. Segundo o que conta a tradição oral, esse monge teria passado alguns dias na atual cidade de Curitiba, por volta do final do século XIX. Ele era visto pela população local como um venerável homem santo, cujos ensinamentos eram escutados por diversos grupos (Alves, 2005; Popinhaki, 2024).

Os habitantes da vila de Curitiba e da região do Contestado sempre realizavam suas preces e peregrinações fervorosas nos locais onde o monge pernoitou pela primeira vez, transformando esses lugares em santuários religiosos místicos. Além disso, esses locais eram

frequentemente visitados como espaços de fé, utilizados para a realização de batismos e bênçãos (Popinhaki, 2024).

Ao chegarem ao santuário, os primeiros fiéis se defrontaram com o monge, julgando que estavam vendo uma santa miragem, ou até mesmo sonhando. Em suas humildes mentes, acreditavam que o velho profeta do sertão tinha retornado, após quarenta e dois anos. A simples fé do sertanejo foi à altura do infinito, confirmando este, ser mesmo um iluminado. O reaparecimento do profeta percorre o sertão catarinense e paranaense como um rastilho de pólvora. Aparecem muitos peregrinos à procura da ajuda espiritual do monge. Atanás Marcaff era curan-

deiro, receitava remédios naturais e também fazia previsões. O monge era alquimista, místico e profundo conhecedor das ciências ocultas (Alves, 2005, p.12).

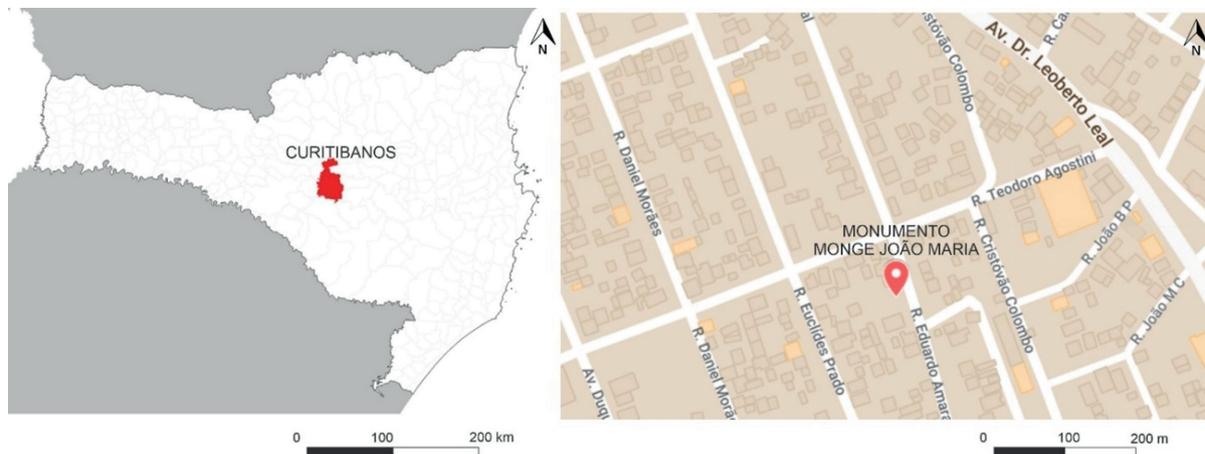
Segundo Choay (2006), monumento significa “advertir, lembrar, aquilo que traz lembrança de alguma coisa. A natureza afetiva de seu propósito é essencial: não se trata apenas de apresentar informações neutras, mas de tocar emocionalmente e reviver uma memória viva (Choay, 2006, p. 17)”. Esse é o significado que a obra erguida em homenagem ao monge busca transmitir.

O atual monumento ao monge encontra-se no terreno da família França. Acredita-se que inicialmente a família construiu uma pequena gruta em homenagem ao monge, substituída em 1985 pelo atual monumento (Figuras 3 e 4), er-

guido pelo Prefeito Armando Costa, feito em pedra e concreto, como forma de homenagem e reconhecimento da importância da figura do monge na guerra e na tradição religiosa do povo de Curitiba. O monumento está localizado no bairro Água Santa, assim nomeado por ser um local onde o monge costumava repousar.

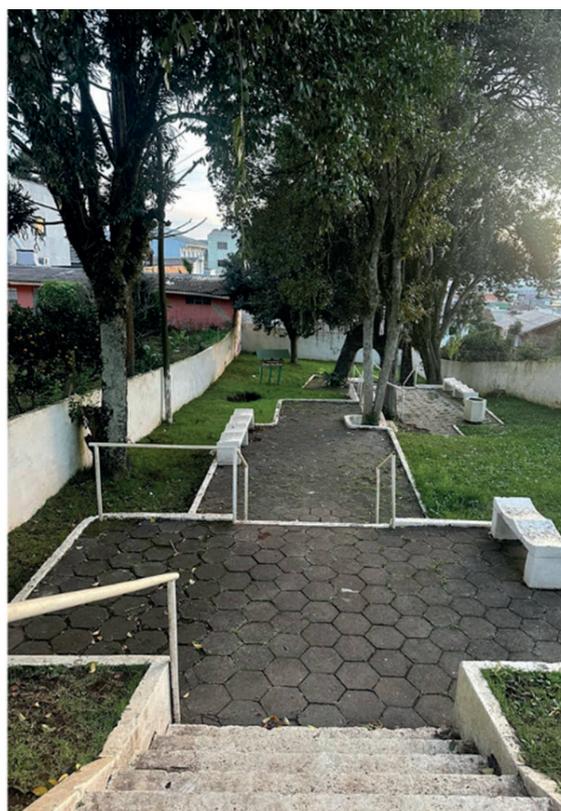
“João Maria, pobrememente vestido, com uma malinha de pano às costas [...] era a figura mais procurada e mais querida dos sertões. [...] Quase sempre, nos lugares onde pousava, ele plantava uma grande cruz de madeira, para onde os crentes iam rezar depois. Aqui mesmo em Curitiba, a origem do bairro Água Santa está ligada a um desses “pousos” do profeta, que, ao santificar o olho d’água existente ali, fez com que ele nunca mais secasse (Lemos, 1977, p. 101 e 102).”

Figura 3 - Localização do Monumento em Curitiba (SC), Brasil.



Fonte: Elaboração das autoras.

Figura 4 - Monumento do Monge João Maria de Jesus



Fonte: Fotos das autoras.

5. Conclusão

A Guerra do Contestado foi um conflito marcante na história de Santa Catarina, fundamental para a formação da atual região Meio Oeste e Serrana, deixando uma profunda marca na memória do estado. Embora tenha durado apenas quatro anos, “[...] seu contexto de eclosão e as paisagens humanas e naturais relacionadas ao conflito remontam, pelo menos, até meados do século XIX” (Lino, 2012, p. 48). Além das batalhas significativas, a figura dos monges desempenhou um papel crucial durante a guerra. O monumento em questão é apenas um dos muitos exemplos espalhados pelo território cata-

rinense. Esse conjunto de monumentos, embora não amplamente reconhecido, narra a história e a memória de um povo e de um território profundamente impactados pelo conflito. Portanto, preservar esses exemplares é essencial para manter viva a memória do acontecimento.

O propósito deste resumo, ao destacar o monumento, é criar uma fonte histórica sobre um patrimônio religioso situado na cidade, que serve como uma forma de preservar a memória da Guerra do Contestado e a religiosidade do povo de Curitibanos.

6. Referências

ALVES, Luis Sebastião. O Holocausto do Sertão. Publicação Independente, 2005.

BITTENCOURT, Adgar. Adeodato vancê é o nosso “último” chefe: Guerra do Contestado, uma visão holística. 1. ed. Editora do Autor, 2012. 232 p

CARVALHO, Tarcísio Motta. Coerção e consenso na primeira república: a Guerra do Contestado (1912-1916). 2009, p. 214. Tese (Doutorado em história) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, São Paulo.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. 4ª edição. São Paulo: Estação Liberdade, 2006. 288 p.

ESPIG Márcia Janete. Turmeiros, Ferrovia e Guerra: A Construção do Trecho Sul da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e o Movimento do Contestado (1908 – 1915). In: Contestado: 100 Anos De Uma Guerra Sem Fim. Cap. 03 p. 55 – 84, 2016.

ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro. A Guerra Santa Revisitada: Novos estudos sobre o movimento do Contestado. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. 331 p.

LEMOS, Zélia de Andrade. Curitibanos na História do Contestado. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1977. 215 p.

LINO, Jaisson Teixeira. A cultura material da Guerra do Contestado como documento histórico. Cadernos do CEOM, ano 35, n. 36, 2012.

LINO, Jaisson Teixeira; SYMONDS, James. Arqueologia da Guerra do Contestado (1912-1916): conflito, cultura material e memória. Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, v. 15, n. 1, p. 5-25, 2022. DOI: 10.31239/vtg.v15i1.15894.

MACHADO, Paulo Pinheiro. A invasão de Curitibanos: Retrato de uma guerra “fraterna”? em: ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro. A Guerra Santa Revisitada: Novos estudos sobre o movimento do Contestado. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. 331 p.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Apresentação: A aventura e a tragédia do Contestado. Em: RODRIGUES, Rogério Rosa; MACHADO, Paulo pinheiro; TOMPOROSKI, Alexandre Assis; VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete. A Guerra Santa do Contestado Tintim por Tintim. São Paulo: Letra e Voz, 2023. 531 p.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. Imagem da Região do Contestado. Disponível em: <https://site.mppr.mp.br/Imagem/mapa-sul-okjpg>. Acesso em 23 jun. 2024

NETO, Breno Conceição. Importância do messianismo para a Guerra do Contestado (1912 – 1916). Geographia Opportuno Tempore. Londrina, v. 6, n. 2, 2020.

POPINHAKI, Antônio. Monumento Monge João Maria. Disponível em: <https://asemanacuritibanos.com.br/opiniao/historia-regional/monumento-monge-joao-maria/>. Acesso em 23 jul. 2024

RIBEIRO Thiago, LINO Jaisson Teixeira. A Resistência Sertaneja na Guerra do Contestado: Reflexões Sobre o Ataque À Estação Ferroviária São João dos Pobres, 1914. Revista Grifos – Unochapecó. Edição Vol 30, Núm 52, 2021.

RICHTER, Fábio Andreas. A Guerra do Contestado: elaborações e transformações na Memória e Patrimônio Cultural. In: XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH – conhecimento histórico e diálogo social, 2013, Natal-RN. XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH – conhecimento histórico e diálogo social, 2013.

TESSER, Rosa Maria. A Guerra do Contestado: Um século de vidas e histórias. 1ª edição. Florianópolis: Publicação Independente, 2012.

VALENTINI, Delimir José; RADIN José Carlos. A Guerra do Contestado e a expansão da colonização. Revista Esboços. Florianópolis, v. 19, n. 28, 2012. Dossiê Centenário do Contestado.





Produção



Apoio



Realização



Proposta Cultural realizada com recursos do Governo do Estado de Santa Catarina, pela Fundação Catarinense de Cultura [FCC], por meio do Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura – Edição 2023.